



UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS APLICADAS
Curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo

Ana Carla Izepe

**O LEGISLATIVO DE BAURU E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA PAUTA
DO JORNAL DA CIDADE**

Bauru
2009

Ana Carla Izepe - 26147

O LEGISLATIVO DE BAURU E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA PAUTA DO JORNAL DA CIDADE

Monografia apresentada à Universidade do Sagrado Coração como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social, Habilitação em Jornalismo, sob orientação da Prof^a. Ms. Ângela Grossi de Carvalho.

Bauru
2009

Izepe, Ana Carla

**O LEGISLATIVO DE BAURU E AS POLÍTICAS PÚBLICAS
NA PAUTA DO JORNAL DA CIDADE** / Ana Carla Izepe. – Bauru, 2009.

101 f. : il.

Monografia (graduação) – Universidade do Sagrado Coração, Curso de Jornalismo, 2009.

Orientador: Angela Maria Grossi de Carvalho.

1. Políticas Públicas. 2. Legislativo Municipal. 3. Jornalismo. Bauru/SP, 2009.

**Universidade Do Sagrado Coração
Curso De Jornalismo**

Monografia Apresentada Ao Curso De Jornalismo, Da Universidade Do Sagrado Coração – Usc,
Como Requisito Parcial À Obtenção Do Grau De Bacharel Em Jornalismo

O Legislativo de Bauru e as políticas públicas na pauta do *Jornal da Cidade*

Ana Carla Izepe

Aprovado por:

Orientadora: Ms. Angela Maria Grossi de Carvalho

Dra. Roseane Andrello

Sebastião Clementino da Silva

Bauru, 12 de junho de 2009.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, que me deu saúde e colocou oportunidades em meu caminho, tornando possível eu concluir minha faculdade e atuar no campo jornalístico, com o qual me identifico muito.

Agradeço à minha família, em especial aos meus pais, Rosane e Gilmar, e também aos meus amigos e meu namorado, Lucien, pelo apoio. Agradecimentos também à professora Ângela Grossi de Carvalho, pelo empenho na orientação de meu trabalho. E ainda à diretoria do *Jornal da Cidade*, que gentilmente forneceu todas as edições dos meses de fevereiro e março de 2009, as quais foram alvos da análise deste trabalho.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os profissionais de comunicação empenhados em cumprir o papel social do Jornalismo e a todas as pessoas que se dedicam à criação e implementação de políticas públicas que, de fato, objetivam o desenvolvimento da sociedade brasileira.

"A sociedade é maior do que o mercado. O leitor não é consumidor, mas cidadão. Jornalismo é serviço público, não espetáculo." (**Alberto Dines**)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Pluralidade de Fontes.....	80
Tabela 2 Pluralidade de idéias.....	81
Tabela 3 Contextualização.....	82
Tabela 4 Relação com as políticas públicas	83
Tabela 5 Relação com o trabalho do Legislativo	84
Tabela 6 Espaço dedicado à matéria.....	86
Tabela 7 Recursos gráficos.....	87
Tabela 8 Relação com a capa	88
Tabela 9 Relação com o Editorial	89

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 2 - O PAPEL DO LEGISLATIVO MUNICIPAL NA SOCIEDADE	15
2.1 Política X política pública	17
2.2 Políticas públicas no Brasil	21
2.3 Mudanças necessárias ao Estado para garantir políticas públicas eficientes	23
CAPÍTULO 3 – JORNALISMO POLÍTICO	27
3.1 O jornalismo como definidor da agenda pública.....	33
3.2 O papel da imprensa	37
3.3 Posturas que norteiam uma cobertura política adequada.....	40
3.3.1 Ter sintonia com boas fontes	42
3.3.2 Não banalizar o uso do off	43
3.3.3 Ter feeling aguçado	43
3.3.4 Investir num diferencial.....	45
3.3.5 Modificar o “modus operandi” da cobertura política.....	46
CAPÍTULO 4 – A COBERTURA POLÍTICA NO JORNAL DA CIDADE	49
4.1 Análise da cobertura feita pelo <i>JC</i>	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	94
ANEXOS - EDIÇÕES ANALISADAS DO JORNAL DA CIDADE	100

RESUMO

O Legislativo municipal é um importante fomentador de políticas públicas. Muitas vezes, a cobertura na imprensa brasileira não mostra o papel do legislativo municipal como deveria, ficando na superficialidade. Este trabalho consistiu em uma análise de todas as edições dos meses de fevereiro e março de 2009 do periódico bauruense *Jornal da Cidade*, o mais tradicional do município e com maior tiragem. A pesquisa se debruça especificamente na cobertura da editoria política, com levantamento que enfoca a cobertura ligada ao legislativo bauruense nos primeiros meses de 2009, ou seja, no pós-eleições municipais e início da legislatura 2009-2012. Decidiu-se por iniciar a pesquisa no mês de fevereiro, porque em janeiro há o recesso legislativo. O problema de pesquisa perseguido é: Como o *Jornal da Cidade* aborda as políticas públicas e as ações do legislativo no caderno de política? O objetivo é incentivar a reflexão de profissionais que atuam nesse setor, quanto à função social que pode ser desempenhada pelo jornalismo político e a cobertura condizente com o Estado Democrático, ainda frágil no Brasil. Como metodologia, foi realizada pesquisa bibliográfica, onde partimos da revisão de literatura e, posteriormente, análise a partir de uma matriz teórica construída especialmente para abarcar as principais chaves de compreensão relacionadas às políticas públicas. Assim, foram identificados os aspectos positivos e negativos da cobertura jornalística política em relação ao poder legislativo no jornal bauruense mais antigo ainda em atividade e de maior tiragem. O trabalho discute sobre o Jornalismo que se pratica em âmbito nacional, por meio das referências bibliográficas consultadas; e local, por meio da análise da cobertura em Bauru, com a identificação de pontos positivos e lacunas existentes, e o ideal a ser perseguido. Como resultados são verificados aspectos como a contextualização das matérias em relação às causas e soluções apuradas, ou a falta delas, bem como as fontes empregadas e o espaço editorial dedicado às matérias. A partir daí, discussões específicas também são relacionadas nas considerações finais.

Palavras-chave: Jornalismo. Poder Legislativo. Política. Políticas públicas. Mídia.

ABSTRASCT

The Legislative Power is an important promoter of public policies in municipalities, although at many times, when covering of the subject, Brazilian press presents it in a perfunctory way. This article consists of analysis of every issue published in February and March 2009 of Bauru-based newspaper *Jornal da Cidade*, the largest and most traditional paper in the city. Our research focus the covering of politics, using a corpus that covers the Legislative Power in Bauru in the earlier months of 2009, i.e., right after municipal elections and in the beginning of 2009-2012 legislature. We have decided to start the research in February because of the legislative recess in January. Our research problem is to find out how the *Jornal da Cidade* treats public policies and legislative measures in the politics section. Our main goal is to stimulate some reflection by the newspaper journalists in relation to the social function of politics journalism and a news covering in accordance with a democratic State, something still fragile in Brazil. We have used bibliographical research as method, from literature revision to a later analysis from a source specially built to congregate the main comprehension keys related to public policies. Thus, we have identified both positive and negative aspects of journalistic covering of legislative power in the oldest newspaper in Bauru. This work discuss national-wide range Journalism, via the consulted bibliography, and in a local range, via the analysis of the politics covering in Bauru, by identifying good aspects and gaps, as well as an ideal covering to pursue. As results, we have verified aspects such as the contextualization of news in relation to causes and solutions or the lack of them, as well as the sources used and editorial space reserved for the news. Specific discussions on the subject are presented in this work's conclusions.

Keywords: Journalism. Legislative Power. Politics. Public policies. Media.

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, a cobertura jornalística na área de política tem potencial para situar, informar e orientar o leitor a participar ativamente do imenso e complexo universo público que está ao seu redor. Não dá para desassociar a democracia forte e inclusiva da participação ativa do cidadão no processo político, mas, infelizmente, no Brasil essa participação ainda é incipiente: a maioria da população apenas se sente convidada a participar do processo eleitoral, sem qualquer outro envolvimento futuro em relação aos representantes que elegeu e o trabalho desempenhado por eles.

Em parte essa situação pode ser explicada pelas mazelas da política brasileira, que ainda guarda heranças do processo de colonização do país e da conseqüente era monárquica quando recursos públicos eram esbanjados entre o rei e seus amigos. Por outro lado, a imprensa também tem sua parcela de culpa nesse contexto, à medida que não se compromete em estimular a participação dos cidadãos no processo democrático. A missão que está em jogo, portanto, visa menos o simples interesse comercial — comum à grande maioria da mídia— e mais o interesse social.

A cobertura política tem dado lugar, muitas vezes, a enredos de ficção, priorizado demasiadamente o esdrúxulo, o cômico ou repugnante, esquivando-se das exigências que, ao menos teoricamente, são impostas pelo Estado democrático. Aqui cabe um exemplo. É comum o Congresso Nacional, como o Senado e as Câmaras Municipais, ou seja, os principais ambientes onde atuam os políticos, serem sempre abominados pela imprensa, e, muitas vezes, com legitimidade. Mas repetida de maneira enfática, e sem a exposição de outras realidades, só se tende a reforçar, no cidadão comum, o estereótipo de todos os políticos como corruptos, como esbanjadores do dinheiro público e sem atuação condizente com a função a que se propõem. Essa situação estimula um afastamento do cidadão da política — é uma fúria paralisante.

Mas essas instituições, conforme exigido por lei, precisam atuar com certa transparência. O calendário de suas sessões deve ser público, assim como a agenda das comissões e outras atividades. Apesar de poucos saberem, isso significa que quem quiser participar, e tiver disponibilidade para tanto, pode influenciar no processo, de diferentes formas. Então, porque não aproximar mais os eleitores dos elegidos?

Isso pode ser feito de diversas maneiras, como divulgando de forma mais destacada e dinâmica a agenda desses setores, o que significa colaborar mais no fomento do debate de questões

importantes a serem definidas. Outra maneira é não se esquecendo de acompanhar se os projetos que viram leis estão sendo aplicados na prática, dentro dos padrões éticos e de interesse da sociedade, e também mostrar os seus resultados para fazer com que as medidas adotadas sejam continuadas, se eficientes, modificadas, se ainda rudimentares, ou até trocadas, se ineficientes. E se há escândalos de corrupção porque além de esmiuçá-los também não mostrar ao cidadão, por exemplo, como ele pode colaborar para reverter tal situação?

Neste panorama, também é preciso considerar que é imenso o poder da imprensa para definir o peso dos assuntos na agenda dos governos, seja em esfera municipal, estadual ou federal. Por isso se faz necessária uma imprensa que atue na área de forma crítica, com pluralismo de idéias, com a divulgação das mazelas públicas e também dos vários bons exemplos a serem seguidos. Um dos papéis do Jornalismo é preparar o leitor para o debate, e também estimular o debate, para que os cidadãos — pagadores de tributos e financiadores do poder público — possam influenciar nas decisões a serem tomadas, que vão refletir no cotidiano de toda população, seja de forma direta ou indireta.

E não há dúvidas de que uma eficiente cobertura com foco nas políticas públicas, é uma diretriz a ser perseguida na editoria de política, mas o jornalismo brasileiro parece ainda engatinhar rumo a essa sua missão social.

O trabalho em questão se debruça na cobertura da editoria de política do jornal mais tradicional e antigo de Bauru ainda em atividade, o *Jornal da Cidade*, que circula em 43 municípios e possui sede em Bauru, município com 357.132 habitantes, localizado no interior do Estado de São Paulo. O objetivo é analisar como o *Jornal da Cidade* aborda as políticas públicas nas matérias sobre o poder legislativo, esfera que tem entre suas principais competências elaborar leis que influenciarão a vida dos munícipes e fiscalizar o poder público na intenção de que os recursos sejam aplicados da melhor maneira possível em prol da coletividade. A proposta é discutir sobre o Jornalismo que se pratica e o ideal a ser perseguido, para incentivar a reflexão de profissionais desse campo, quanto a sua função, como também de todos os cidadãos sobre as posturas condizentes com o Estado democrático.

O presente trabalho justifica-se porque, unindo-se a outras iniciativas que atuam no mesmo foco, busca estimular uma cobertura jornalística na área de política com mais qualidade, ou seja, de forma crítica e ciente de seu papel social enquanto imprensa. Isso significa servir como órgão vigilante e estimulador de eficientes ações do governo, do setor privado e da sociedade ci-

vil em busca de melhor qualidade de vida para a população brasileira e de cidadãos mais esclarecidos e menos pacatos frente a situações não condizentes com o bem coletivo.

Como metodologia do trabalho foi realizada a pesquisa bibliográfica sobre o poder legislativo, política e políticas públicas no Brasil, bem como sobre a história e atualidade do jornalismo político. Posteriormente, foram analisadas, a partir da criação de algumas chaves de compreensão, tais como a existência de políticas públicas, o esclarecimento sobre o papel e os trâmites do legislativo entre outras, todas as edições dos meses de fevereiro e março do jornal diário bauruense, para fazer um diagnóstico da cobertura de políticas públicas nas matérias que envolvem o poder legislativo, avaliando-as em relação ao seu potencial informativo e de esclarecimento, identificando temas mais frequentes nas matérias e seus enquadramentos, e, conseqüentemente, apontando quais são as principais deficiências e os desafios.

Aqui no **Capítulo 1 – Introdução**, apresentamos as premissas para a realização deste trabalho. No **Capítulo 2 – O papel do Legislativo municipal na sociedade**, contextualizamos o papel do poder legislativo nos municípios e discorremos sobre as relações que envolvem a política e a política pública. No **Capítulo 3 – Jornalismo Político** aborda-se, especialmente, o jornalismo político, com ênfase em sua história e estudos que avaliaram a cobertura desse setor ao longo dos anos. Paralelamente, apontam-se métodos para uma cobertura mais eficaz.

No **Capítulo 4 – Análise do *Jornal da Cidade*** organizamos os comparativos para melhor compreensão dos dados levantados nesta pesquisa, anexos às análises da cobertura realizada no jornal bauruense diário. E, por fim, as **Considerações finais**, onde são avaliados os resultados das análises e comparações efetuadas, com as idéias que concluem este trabalho.

CAPÍTULO 2 - O PAPEL DO LEGISLATIVO MUNICIPAL NA SOCIEDADE

Elaborar leis, fiscalizar o poder público e servir de ponte entre a população, o poder Executivo e outros sistemas de representação popular podem ser entendidas como as principais funções do poder Legislativo municipal.

Eleitos pelo povo através de pleito direto, os vereadores são escolhidos para trabalharem em nome e para o povo. A função dos ocupantes das cadeiras do Legislativo é relevante frente à missão de encontrar medidas que visem o desenvolvimento e bem estar da coletividade. E a Constituição Federal garante a autonomia política do município por meio da eleição do prefeito, do vice e dos vereadores.

O número desses agentes políticos que compõem o governo local é definido proporcionalmente ao número de habitantes de cada cidade. Assim, municípios com até um milhão de habitantes possuem o número mínimo de nove vereadores e máximo de 21. Para aqueles com até 5 milhões de habitantes, o mínimo de vereadores é 33 e o máximo é 41, e para as cidades com acima de 5 milhões de habitantes 42 é o número mínimo de parlamentares, enquanto 55 é o máximo. A cidade de Bauru, por exemplo, onde circula o *Jornal da Cidade*, que é alvo deste estudo, possui 357.132 habitantes e 16 vereadores. Esses agentes políticos são eleitos para mandato de quatro anos e podem disputar consecutivas eleições. “Os vereadores são invioláveis no exercício da vereança, por suas opiniões, palavras e votos, na circunscrição do município” (IBAM, 2009). A idade mínima para exercer essa função é de 18 anos. Para efeitos penais, o vereador é considerado funcionário público, conforme estabelece o art.327 do Código Penal Brasileiro.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam), as atribuições dos vereadores podem ser resumidas em três. A primeira delas é a legislativa, ou seja, a de elaboração de leis referentes a matérias exclusivas do município. Nesta primeira função elementar da Câmara já desponta a relação entre os vereadores e as políticas públicas, isso porque ao atuarem na elaboração das leis que se referem as matérias exclusivas ao município estão desempenhando papel de agentes centrais na definição das políticas públicas — conjunto de medidas com foco na coletividade— que vão afetar direta ou indiretamente a vida dos habitantes do município.

A segunda é a fiscalizadora, através da qual se visa o controle da administração municipal. Nesse aspecto estão em foco as execuções orçamentárias e também o julgamento das contas apresentadas pelo Executivo que tem em sua figura principal o prefeito.

A terceira atribuição elementar da Câmara é a administrativa, que diz respeito à sua organização interna. Neste quesito entra a elaboração de seu Regime Interno, que depende sempre de deliberação do plenário. É o Regimento Interno que estabelece as posturas comuns a serem adotadas pelos vereadores e por essa instituição, no que contempla as suas funções legislativas, fiscalizadoras e administrativas.

A estrutura da Câmara também abriga as Comissões Permanentes e Especiais (CPEs), nas quais os vereadores se dividem, em geral, conforme suas aptidões. Trata-se de órgãos técnicos formados pelo menos de três membros (vereadores). Estes atuam nesses órgãos em caráter permanente ou transitório. As diretrizes dessas comissões é elaborar estudos e emitir pareceres de maneira especializada.

O período de um ano de atuação da Câmara é chamado de sessão legislativa. Assim, uma legislatura, que dura quatro anos, é composta por quatro sessões legislativas. Uma sessão legislativa, por sua vez, é composta por dois períodos legislativos que, em âmbito municipal, geralmente são distribuídos conforme determinação da Lei Orgânica do Município.

A grande maioria da população — entende-se aqui os “representados” — desconhece as funções dos vereadores — os representantes. O papel dos representados muitas vezes se resume, apenas, a se dirigir às urnas e escolher quem serão os ocupantes das cadeiras do legislativo. Aliás, por esse desconhecimento em relação aos reais papéis da Câmara — desconhecimento que tem em seu cerne ineficiências nos sistemas educacionais e no papel da própria imprensa — é comum se atribuir aos legisladores funções que não lhe competem.

Há políticos que, por sua vez, principalmente em épocas eleitorais, também se aproveitam dessa situação na hora de falarem sobre suas promessas de campanha. Isso explica porque é comum vereadores dizerem que “vão construir” asfaltos em determinadas ruas, vão “fazer postos de saúde”, “implantar” projetos de habitação nos municípios, quando essas funções de “execução” competem justamente a outra esfera: ao poder Executivo, encabeçado pelo prefeito e sua equipe de assessores diretos. É verdade que para a viabilização desses trabalhos, o poder Legislativo, formado pelos vereadores, tem papel relevante. Entretanto, não cabe a esse poder a execução, como muitos pensam e como, em especial em épocas eleitorais, reforça-se, dizem os aspirantes às

cadeiras dos legislativos. E aqui cabe um parêntese: no Brasil, esses próprios aspirantes ao posto de vereador, muitas vezes, também desconhecem o papel e as atribuições da instituição à qual se propõem representar.

Entre os brasileiros, entretanto, esse desconhecimento não diz respeito apenas ao legislativo, mas à política de modo geral. “O tema política é, para a maioria dos brasileiros, algo distante e misterioso, relacionado à corrupção, acordos, ou seja, uma área onde o cidadão comum não só não tem relação como deve, a princípio, manter uma certa distância” (FRADE, 2008, p.1).

É fato que as mazelas da política brasileira têm contribuído para esse cenário, mas o país também tem bons exemplos, apesar de eles poucos serem comentados. Assim, cabe em especial às instituições educacionais e também à imprensa trabalhar para mudar esse paradigma. E à medida que houver maior envolvimento da participação popular no processo político, não só na época de eleições, esse cenário, certamente, mudará.

2.1 Política X política pública

Política e política pública não são sinônimos. E muitas vezes, sequer têm semelhanças. Canela (2008, p.19) tem colocação muito pertinente a esse respeito: “Se for bem verdade que não é possível fazer política pública sem fazer política, é totalmente possível fazer política sem fazer política pública”. Ou seja, o jogo partidário, a disputa pelo poder e o ‘puxa-tapetes’ que envolvem as denúncias entre políticos de legendas ou grupos distintos não tem a ver com política pública. Esses feitos dizem respeito, apenas, ao campo da política e, muitas vezes, da politicagem. Aliás, como se pode ver no Breviário dos Políticos (Mazarin, 1997), a luta pelo poder que envolve os fatos acima citados se dá sob as mesmas regras desde os tempos em que os reis disputavam territórios em suas carruagens até a contemporaneidade, que é marcada pelo mundo globalizado. Neste campo impera, muito, o oportunismo político.

Já quando se fala em políticas públicas deve-se entender as decisões e medidas adotadas pelo governo em seus diferentes níveis, municipal, estadual ou federal, nas mais diferentes áreas que influenciam a vida de um conjunto, ou de todos os cidadãos. Este contexto abrange os atos que as instituições que representam o povo fazem ou deixam de fazer e, conseqüentemente, os efeitos que essas medidas, ou a ausência delas, resultam na sociedade.

Sobre isso, define Canela (2008, p.19): “Uma política pública pode ser definida como qualquer ação dos poderes públicos que seja executada a fim de garantir os mais diferentes direi-

tos dos cidadãos e cidadãs, segundo o estabelecimento no ordenamento jurídico de um dado país”.

As políticas públicas são sempre referentes a algum setor, que as qualifica. Há por exemplo a política pública educacional, de saúde, a social, econômica, tributária, de habitação, de emprego etc. Segundo Castro (2008, p.69), “Teoricamente, toda política pública deve promover o bem comum e o desenvolvimento das pessoas, considerando os direitos que detêm”.

Na prática, entretanto, conforme aponta a autora, nem sempre ocorre assim, já que os grupos políticos e de poder muitas vezes agem conforme a sua ideologia e interesses —estes podem ser legítimos ou não— e acabam afetando a definição e implementação dessa política. Aliás, mesmo quando visam o bem da coletividade, as políticas públicas originalmente podem atender a interesses específicos. Um exemplo desta situação citado pela pesquisadora é o caso do Sistema Único de Saúde (SUS) cuja criação tem ligação com a luta dos “sanitaristas”. Outro exemplo conhecido, e também citado pela autora, é o sistema de ensino superior público no país, que nasceu para atender às elites. Aliás, diga-se de passagem, ainda hoje ele guarda essa característica, apesar de muitas discussões e flexibilizações em torno do tema.

Diferenciada a simples política da política pública é preciso entender como se elabora uma política pública e como garantir que tenha êxito. Então, como fazer uma política pública? Quais os sistemas que levam os representantes a escolherem por uma e não outra política pública? É o que se aborda a seguir.

Uma das atribuições constitucionais do poder público é a elaboração de políticas públicas. Então, em geral, quando se fala em política pública, automaticamente, atribui-se esse papel ao Estado. Guimarães (2008, p.66), entretanto, aponta que “embora o Estado apareça como um agente central”, não se deve chegar à conclusão de que “toda política pública é estatal, mas sim que uma política só é pública a partir do momento em que o Estado participa como um agente importante”.

A esse respeito, Fonseca (2008, p.101) tem posicionamento que pode acrescentar no contexto do entendimento do papel do Estado na elaboração das políticas públicas: “[...] nos regimes democráticos, essa responsabilidade não significa monopólio, mas ela se desenvolve em um sistema representativo institucionalizado [...]”. Entretanto, se as políticas públicas são atribuições constitucionais do Estado, sua formulação contempla muitas participações. Essa participação começa na própria eleição, quando os eleitores escolhem os representantes que formularão as políti-

cas públicas. Em um município, os principais agentes desse cenário são justamente o prefeito e os vereadores.

De acordo com Kinzo (2008, p.17), “numa democracia representativa, processo eleitoral e políticas públicas sociais são termo indissociáveis”, já que as eleições são realizadas justamente para escolher os representantes políticos e estes “supõe-se, participam da elaboração, aprovação e implementação de políticas públicas” (KINZO, 2008, p. 17). Então, eleitores e políticos, ou, representantes e representados, têm papel proeminente frente à implantação, ou não, de políticas públicas. E também no sucesso, ou não, delas. Os primeiros por meio do voto, elegendo os representantes mais aptos —ou inaptos— a desenvolverem políticas públicas. Os segundos, por meio da execução delas. Canela (2008, p. 24) sintetiza a participação dos envolvidos na formulação de uma política pública e os correlaciona:

[...] eleitores devem escolher a melhor proposta entre os candidatos oferecidos pelos partidos políticos; o Executivo deve propor as políticas a serem implementadas a partir da pressão dos grupos de interesse, das bases e da sociedade de maneira mais difusa; ao mesmo tempo, deve negociar com o Legislativo (situação e oposição) o formato das políticas que deseja implementar; políticas bem executadas demandam uma burocracia bem preparada para a implementação, sintonia com os beneficiários e uma acurada fiscalização do Ministério Público, do Legislativo, do Judiciário, da mídia e dos grupos de interesse.

E, é claro, se as políticas públicas são criadas e implementadas a partir de recursos financiados pelo próprio povo, através da arrecadação de seus tributos, certamente, devem atuar com interesse na coletividade. Mesmo que sejam dirigidas a grupos específicos, elas dizem respeito às ações que impactam direta ou indiretamente toda a população. O horizonte a ser perseguido é a garantia de avanços e bem estar da população. As políticas públicas são construídas no transcorrer da história, de acordo com o processo histórico de cada região, os problemas e a cultura.

Como se viu, uma política pública começa a se delinear ainda no processo eleitoral, com as propostas dos candidatos. E o eleitor tem à sua disposição, geralmente, uma gama de opções, mesmo que estejam ainda só no campo das promessas. Mas, passadas as eleições, o vencedor, junto com o seu grupo, é quem escolherá as áreas prioritárias e qual o tipo de política, entenda-se aqui o conjunto de medidas, que será adotado para solucionar determinados problemas. A mídia, nesta fase, tem papel importante, já que, como veremos à frente em maior profundidade, tem o poder de influenciar a agenda pública dos governos, quando não de defini-la. “A esfera pública política provém da literária; ela intermedia, através da opinião pública, o Estado e as necessida-

des da sociedade” (HABERMAS, 1984, p.46). Ou seja, nesta etapa, de acordo com a maneira que determinados conteúdos podem ser veiculados pela imprensa, é possível estimular o surgimento de políticas públicas com maior sintonia com as necessidades do município, estado ou país. Isso porque o autor dessas políticas primeiro as rascunha e se houver uma participação efetiva da imprensa, capaz de mobilizar a comunidade, ela é adotada, modificada ou abolida, conforme a aprovação ou desaprovação popular.

A etapa de implementação é, sem dúvida, a mais esperada e também a mais demorada. Isso porque não é da noite para o dia que se consegue aplicar uma política pública e fazê-la funcionar com sucesso. O processo deve ser pensado, geralmente, a longo prazo. E não há garantia de que aquela medida adotada foi certa. Isso porque só com o passar do tempo será possível, por meio de estudos e levantamentos, saber se ela deve ser continuada, sofrer transformações ou até trocada.

Canela (2008, p.23) levanta algumas características comuns das políticas públicas. O caráter excludente é uma delas. Segundo ele, “[...] alguns públicos podem ser maiores do que outros e, efetivamente, a escolha de públicos bastante específicos tem sido uma estratégia secular de manutenção de determinado *status quo*”. E neste contexto, também deve ser levado em consideração que nem todas as políticas públicas têm interesses legítimos. Pode haver o lado luminoso e o obscuro dessa política — relação, aliás, muito presente no meio político.

Em meio ao lado obscuro, por exemplo, pode-se identificar a adoção de determinadas posturas, como as extremamente assistencialistas, com foco eleitoral. Em muitos municípios do Brasil, os sistemas de habitação popular podem ser tomados como exemplos. Diz o dito popular que “quem casa, quer casa”, e, ao longo dos anos os políticos têm se valido dessa máxima e garantido com facilidade as casas populares, ou seja, o sonho da casa própria, para muitos brasileiros. Mas, com fins mais eleitorais do que sociais, no transcorrer da história muitas implantações de loteamentos não respeitaram as necessidades básicas de infra-estrutura, o que já gerou e continua a gerar muitos problemas. Entre eles estão os conhecidos transtornos de alagamentos e a conseqüente destruição de ruas, casas, prédios públicos, além de acidentes e mortes, tão comuns nos noticiários.

Já no lado luminoso estão as políticas públicas com foco na melhoria de condições de vida de determinados grupos ou de toda população, que se reflete no conseqüente desenvolvimento de uma nação. Dados estatísticos de determinadas situações, pesquisas e consultas às próprias

populações que serão beneficiadas podem ser tomados como diretriz para a formulação dessas políticas. Paralelamente, os tomadores de decisão também devem estar em sintonia com a legislação vigente.

Neste contexto, também deve se levar em consideração a complexidade da esfera pública. Habermas (1984) aborda essa complexidade com relação à esfera pública burguesa do século XVIII, que tem muitas semelhanças com a esfera pública contemporânea. Nesse cenário é comum uma fusão do racional — o que deve ser feito, o melhor a ser feito para a coletividade — com o irracional — o melhor para mim, não para a coletividade. Habermas (1984, p.42) tem colocação pertinente e a esse respeito:

O meio dessa discussão política não tem, de modo peculiar e histórico, um modelo anterior: a racionalização pública. Na língua alemã, *räsonnement*, mantém indeléveis as nuances políticas de ambos os lados: o apelo à razão e, ao mesmo tempo, o seu rebaixamento, cheio de menosprezo, a mero palavrorio pseudo-racional.

Com o passar dos anos as políticas públicas tendem a guardar certas semelhanças, mas também mudam de ótica e se transformam conforme o momento histórico, cultural e o governo vigente.

2.2 Políticas públicas no Brasil

No Brasil, foi em 1930, no governo de Getúlio Vargas (1930-1945) que as políticas públicas passaram, verdadeiramente, a marcar a história. Os programas que existiam até então eram chamados de assistenciais e pontuais.

Vargas iniciou um conjunto de ações nas áreas da saúde, educação, habitação, trabalho e emprego, entre outros. É desta época, por exemplo, a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que, conforme cita Fonseca, foi apresentado como o “Ministério da Revolução” (Fonseca, 2008, p.96). Foi também no governo de Vargas que foram criados a Justiça do Trabalho, a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), as férias com remuneração, a carteira de trabalho, foram reguladas as jornadas de trabalho, o descanso semanal, e que as profissões começaram a ser regulamentadas. Data dessa época ainda a regulamentação do salário mínimo e a organização dos sindicatos em torno de uma mesma categoria. Durante o regime militar as políticas públicas existentes até então foram mantidas, com algumas mudanças. A questão da previdência é muito nítida: passou a ocorrer a unificação dos benefícios.

Castro (2008) reuniu as principais políticas públicas no transcorrer dos anos. As principais delas são comentadas a seguir. Segundo a autora, até o final dos anos 1970 a política social brasileira esteve sempre aquém das necessidades da população. Não se conseguia reduzir as desigualdades e persistiam os bolsões de pobreza. Havia a ausência do acompanhamento dos programas e o clientelismo na distribuição de recursos sempre imperava — e ainda hoje esse clientelismo continua presente, mesmo que em menores proporções.

Durante o governo militar a prioridade foi a expansão da indústria automobilística, e ficou em segundo plano as questões de transporte público, ainda muito ineficiente no Brasil, sobretudo nas grandes cidades. Por outro lado, foi nessa época que surgiu a primeira política redistributiva no Brasil, que estabeleceu aposentadoria para os trabalhadores, como o Funrural (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural). Houve iniciativas dos governos militares em relação à proteção social, como o sistema previdenciário. A assistência social também passa a ser tratada como um direito da população. Exemplo: mínimos sociais passam a ser garantidos àqueles com rendimentos menores que o mínimo estabelecido.

A Constituição de 1988, a Carta Magna, é destaque em relação à reestruturação das políticas sociais. Segundo Castro (2008) houve atenção especial à saúde e à educação. Criou-se o Sistema Único de Saúde (SUS), passou a haver a universalização do ensino fundamental, que se tornou obrigatório por lei, e houve a ampliação do acesso ao ensino médio. Problema que ainda persistiu, entre outros, foi o acesso ao ensino superior, ainda restrito, inclusive, nos dias atuais. Pouco mais de 3% da população brasileira possui curso superior, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base no censo do ano de 2000.

Na década de 1990 os esforços se concentram em uma reforma social, marcada por alterações dos parâmetros de gasto dos programas universais e reforço do papel redistributivo do gasto social federal em relação à desigualdades regionais e locais. Uma das posturas taxadas como importantes é a descentralização de programas sociais e da execução dos gastos: foi dado mais poder aos estados e municípios. Isso é benéfico, justamente porque dessa forma é possível que os investimentos sejam dirigidos, de fato, conforme a realidade de cada localidade e por meio de diagnósticos que partem dessas mesmas localidades.

Quanto às criações, os destaques ficaram por conta da criação do SUS (Sistema Único de Saúde) e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Também na década de 1990 foi criado o

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que assegura os direitos e trata dos deveres relativos aos menores de 18 anos.

Em contrapartida, o grande desnível de renda continua a acompanhar a história do país, mesmo diante de várias mudanças de governo. E nesse cenário surgiram os programas de transferência de renda. A mais considerável ampliação desses programas ocorre em 2001, por meio de programas federais como Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), Agente Jovem, Bolsa Família, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás, Cartão Alimentação. Já o Bolsa Família, criado em 2003, uniu grande parte desses programas federais.

Ainda longe do ideal, hoje se sabe que a faixa de brasileiros na miséria foi diminuída, o que se deve, em partes, ao polêmico Bolsa Família. Um dos carros-chefe do governo Luiz Inácio Lula da Silva, o programa se baseia na transferência direta de renda com condicionalidades e beneficia 11,1 milhões de famílias em todos os municípios brasileiros. O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Combate à Fome aponta que levantamentos feitos pelo órgão indicam que houve redução da extrema pobreza e da desigualdade por meio do programa. “Ainda assim, diante da situação de extrema pobreza, mesmo não sendo a solução única, perfeita e finalizada, é notável o que o Programa Bolsa Família tem sido capaz de atingir no alívio imediato da precariedade de renda e mesmo na dinamização de economias” (SANT’ANA, 2009. p.28).

Inovação tida como importante desses programas de redistribuição de renda é a exigência de contrapartida dos beneficiários, o que estimula o seu crescimento, desenvolvimento e sua independência econômica no futuro. Uma contrapartida, por exemplo, é a exigência das crianças na escola em troca do benefício. Não há dúvidas, por tanto, que houve avanços, mas pode-se considerar que o país ainda engatinha frente ao objetivo de conseguir resolver o problema da desigualdade social.

Neste cenário é preciso considerar que a tão comentada reforma agrária — por muitos esperada e por poucos temida — é uma política pública que ainda não saiu do papel de maneira que possa representar êxito. O mesmo se dá à reforma tributária, a administrativa, entre outras que, se bem implementadas, podem contribuir para eliminar, ou pelo menos diminuir, consideravelmente, a perplexa desigualdade social do Brasil.

2.3 Mudanças necessárias ao Estado para garantir políticas públicas eficientes

Na década de 1980 surgiu uma clara demanda, conforme aponta Kliksberg (1992): a de converter o aparelho do Estado em uma administração pública que é necessária para a democracia. Isso implica dizer que a máquina pública tem que atuar com um claro compromisso nacional, deve atuar perseguindo os esforços para dar maior representatividade e participação aos diversos grupos sociais.

Uma administração pública ideal deve estimular, também, uma maior participação dos cidadãos na gestão pública — no caso brasileiro ainda se está muito longe do ideal, já que em geral as pessoas são convidadas a participar dos processos eleitorais, e só. É preciso maior interesse das comunidades pelas coisas públicas e maior participação. É dever dos veículos de comunicação estimular essa participação, como também é dever das administrações públicas fazer o mesmo, para que, de fato, prevaleça a democracia, que ainda é frágil, e nova, no Brasil. Essa transformação também se faz necessária para a garantia de políticas públicas eficientes e condizentes com as necessidades do município, estado ou país.

Entra época, sai época, mudam-se os personagens e a forma da crise, mas sempre as nações estão em crise; suas proporções são diferentes, é claro. Mas são crises na área da saúde, no cenário econômico, no campo ambiental. Neste momento, por exemplo, o mundo sofre, principalmente, com a Crise dos *Subprimes*¹, que surgiu nos Estados Unidos, e fez reflexos em praticamente todo o globo. Ao Estado, como às pessoas que o formam, cabe sempre se adaptar e buscar formas de superação.

Kliksberg (1992) aborda algumas demandas da administração pública necessária em período de crise, em especial a econômica, que são condizentes com o esforço pelo desenvolvimento democrático. Cabe listar as principais delas:

Tornar produtivo o gasto público é a primeira demanda necessária. Mas, diferente do que dita o censo comum, o problema não está na mera redução dos gastos públicos, conforme explica o autor:

¹ A Crise do subprime é uma crise financeira que foi desencadeada em 2006, a partir da quebra de instituições de crédito dos Estados Unidos, que concediam empréstimos hipotecários de alto risco (em inglês: subprime loan ou subprime mortgage), arrastando vários bancos para uma situação de insolvência e repercutindo fortemente sobre as bolsas de valores de todo o mundo. A crise foi revelada publicamente a partir de fevereiro de 2007 e perdura ainda hoje. Segundo economistas, trata-se da crise mais grave desde 1929, entendida como uma interrupção da cadeia de pagamentos da economia global - que tenderia a atingir generalizadamente todos os setores econômicos. Os subprimes incluíam desde empréstimos hipotecários até cartões de crédito e aluguel de carros, e eram concedidos, nos Estados Unidos, para clientes com histórico ruim de crédito.

A administração pública necessária deveria, entre outros aspectos, planificar novos padrões de alocação dos recursos que manipula, mobilizar integralmente a capacidade ociosa humana e material atualmente existente, utilizar as múltiplas economias de escala, derivadas das dimensões e da magnitude de operação alcançadas pelo aparelho do Estado (KLIKSBURG, 1992, p.26).

Sobre esse aspecto é conexa uma reflexão: é preciso levar em consideração que a atuação de uma administração pública é diferente da de uma administração empresarial. Isso porque na segunda visa-se o lucro, enquanto na primeira o que está em questão é exclusivamente a aplicação de recursos em propostas que, de alguma forma, acarretem benefícios para a população.

Mudar profundamente a auto-imagem e a imagem pública do funcionário é outra diretriz a ser perseguida. “A crise não pode ser encarada com funcionários imbuídos de um profundo sentimento de marginalização, menos-valia e desidentificação. Cumpre criar uma mítica da função pública, revalorizando o papel do funcionário ante sua própria visão e do país” (KLIKSBURG, 1992, p.23).

Como? Com a transparência nas informações fornecidas, o estímulo à participação dos funcionários por meio de pesquisas de opinião, bem como a elaboração de campanhas que levem à reflexão do papel do trabalhador perante o seu próprio país estão no caminho. Deve haver o estímulo à participação dos funcionários na tomada de decisões, no cumprimento de metas e nas mudanças desejadas, com uma sintonia entre o alto escalão das empresas e o funcionário cujo cargo representa o menor piso salarial entre os servidores municipais, para que este, sentindo-se valorizado, também desempenhe melhor o seu papel, o que tende a gerar uma reação em cadeia. A partir daí deve-se buscar altos níveis de rendimento da máquina pública.

Outra necessidade está no incentivo decisivo à criatividade organizacional. O que significa que os modelos organizacionais devem ser repensados. “A administração pública necessária deve impulsionar sistematicamente o questionamento rigoroso da validade dos esquemas de gestão empregados e a orientação no sentido de inovação” (KLIKSBURG, 1992, p.24).

O estabelecimento de mecanismos efetivos de avaliação das medidas adotadas é mais uma exigência. Segundo o autor, as demandas pela otimização de recursos implicam na necessidade de eficientes mecanismos de avaliação — entre eles levantamentos junto às demandas atendidas, dados estatísticos — que permitam avaliar o andamento dos procedimentos adotados para saber se o melhor é mantê-los, por indicarem eficiência, modificá-los ou trocá-los, caso os estudos indiquem o contrário.

A criação de relações de cooperação estreitas entre o sistema científico e tecnológico, e a administração pública também se faz necessária. Isso porque universidades, centros de pesquisa, centros especializados em estudos de diversas realidades podem propor alternativas, até soluções, para diferentes demandas e têm muito a colaborar. As administrações públicas poderiam usufruir mais dessas “ferramentas”.

Trabalhar com medidas para evitar e eliminar a corrupção é outro objetivo a ser perseguido. Não há dúvidas de que um Estado corrupto torna-se desacreditado pelo seu povo, e gera desinteresse em relação a uma maior participação da população, além de ser pouco eficiente. Para Kliksberg (1992), a solução não está simplesmente em medidas punitivas, mas também nas preventivas. Entre elas está a criação de uma nova moral do funcionário público, que o estimule a se identificar com seu compromisso nacional e social.

À medida que essas posturas ganham força e a máquina pública passa a atuar com mais eficiência — entenda-se aqui também as Câmaras Municipais abordadas no início deste capítulo — o cidadão comum também se sente mais aproximado e cai o estereótipo da longuíssima distância entre a máquina pública e esse cidadão. Em contrapartida, passa a progredir o ideário democrático. E com as bases do sistema democrático fortalecidas as políticas públicas eficientes tendem a despontar com mais ênfase rumo à sua missão social; a consequência é o progresso da nação, assim, melhores condições de vida para o seu povo. No capítulo a seguir pode-se entender como o Jornalismo, sobretudo o político, pode colaborar com esse objetivo.

CAPÍTULO 3 – JORNALISMO POLÍTICO

Não há dúvidas de que o jornalismo político no Brasil passou por muitas transformações ao longo dos anos. Uma das mudanças apontadas como a de maior importância é a preocupação em informar o leitor — também o ouvinte, o telespectador — e não procurar impor uma idéia por meio de determinada cobertura. É claro, isso entre mídias mais conceituadas, já que em pequenos veículos, principalmente do interior, onde mais predominam políticos à frente dos sistemas de comunicação, a realidade não é a mesma.

No contexto da cobertura da editoria de política é fundamental munir o público de informações relevantes e, pode-se citar aqui, entre elas, as relacionadas às políticas públicas.

Sabe-se que é imenso o poder da imprensa para definir o peso dos assuntos na agenda dos governos, sejam municipais, estaduais ou nacionais. Por isso se faz necessária uma imprensa que atue na área de forma crítica, com pluralismo de idéias e, que, acima de tudo, tenha consciência de seu dever social e, é claro, aplique-o na prática.

Um espaço público produtor de sentido, a editoria de política, muito mais do que veicular intrigas partidárias, pode divulgar informações de grande interesse coletivo, fomentar o debate de assuntos que impactam direta ou indiretamente o cotidiano da população, estimulando que decisões acertadas sejam tomadas pelos governantes. Ou seja, a editoria política pode ser ferramenta para a construção da cidadania. No entanto, estudos têm mostrado deficiências na cobertura jornalística da área, com predominância de elementos como limitação, fragmentação e descontextualização das informações, o que inviabiliza esse campo como impulsionador da cidadania.

Os meios de comunicação são acusados de “banalizar a política, representando-a como um composto novelesco de personagens motivados por animosidades, extravagâncias e interesses puramente individuais” aponta Rothberg (2005, p.15). Faz-se uma fusão de política, uma esfera racional, e espetacularização, marcada por emoções e, muitas vezes, pela irracionalidade, como complementa Rubim (2000).

Chaia (2000, p.13) soma aos posicionamentos de Rothberg e Rubim ao afirmar que no cenário político contemporâneo, “a sociedade midiática faz do espetáculo sua maneira de ser”.

Neste cenário, despontam enfoques superficiais e narrativas que são tidas como fôrmãs, nas quais só cabem acontecimentos inusitados ou pitorescos. Rothberg (2005, p.22) define essa

situação: “Trata-se da necessidade de simplificar um conjunto complexo de informações para tornar certas situações mais palatáveis ao público, consumidor dos produtos da mídia comercial”.

Sobre essa perspectiva, Medina (1988) acrescenta que os donos de veículos de comunicação se apóiam em estratégias para mascarar, no produto oferecido, esse interesse comercial. E complementa: “Embora usem campanhas publicitárias, ingredientes democráticos de Direito à Informação, os conteúdos que veiculam não manifestam o profissionalismo inerente ao equilíbrio entre a oferta e a demanda da sociedade brasileira” (MEDINA, 1988, p.142).

É fato que o principal interesse das mídias — e isso é bastante nítido na cobertura política, guardadas as exceções — é o de, simplesmente, atrair o público. Há uma gama de estudos que indicam que quanto menos informação, maior é a capacidade de “digestão”, ou seja, de entendimento e atração, de um conteúdo frente ao público. Assim, nivela-se por baixo e as mídias esquecem-se do papel social que cabe a elas.

A grande maioria dos veículos trabalha com as mesmas fôrmas de cobertura, principalmente no campo político. E, muitas vezes, a boa cobertura, focada nos verdadeiros anseios do cidadão, talvez até por ser pouco difundida, não é atraente aos olhos da grande maioria. Entenda-se aqui aquele cidadão bombardeado pelos produtos da indústria cultural — o perfil da maioria. Mas, será que ele não gosta de um Jornalismo de qualidade, como de uma música, de um filme de boa categoria, ou não é estimulado a conhecer o “bom” e, por isso, nem sabe se gosta? Como agente social, o jornalista pode e deve interferir nesse contexto.

Essa falta de qualidade é nítida na cobertura política. Apoiando-se nas idéias de Street (2001), Rothberg (2005) aponta que os relatos jornalísticos das políticas seguem parâmetros de ficção, com roteiros e atores. Um frame — enquadramento — muito comum é o banal confronto entre “vilão” e “mocinho”. Mas esse tipo de cobertura sobre as questões que envolvem a política pode ter efeito catastrófico. Rothberg (2005, p. 23) resume:

As narrativas simplificam a complexidade de um mundo em constante transformação, projetam pessoas em detrimento de organizações coletivas, privilegiam emoções no lugar dos fatos, obscurecem o papel das instituições e caracterizam as disputas como meros jogos motivados por interesses pessoais.

E vai além: “Quando os processos políticos são apresentados como jogos nos quais as ambições individuais são tidas como principais motivadores, os meios de comunicação cumprem o papel de legitimação de determinada visão de mundo” (ROTHBERG, 2005, p. 23). Atuando dessa forma, a mídia está longe de cumprir o verdadeiro papel da imprensa. Este papel é o de in-

termediar as discussões entre os diferentes setores da sociedade e o poder público, com a divulgação de assuntos cujo enfoque seja significativo para a formação dos cidadãos. Isso só é possível à medida que a imprensa informe, situe e estimule o debate de assuntos que dizem, de fato, respeito à coletividade. É apenas dessa forma que a mídia passa a ser um instrumento de utilidade pública e consegue cumprir o seu papel social, que tem na base conscientizar a sociedade de seus direitos e deveres e estimular a cidadania.

Para Rubim (2000, p.60), os procedimentos de tradução da política nas linguagens da mídia chegam até a “despolitizá-la”. Segundo o autor, as adequações às formas sempre utilizadas pela mídia podem levar a uma “subordinação da política às exigências midiáticas”. O resultado por ele apontado é a despolitização, ou seja, a destituição da política de sua lógica e eficácia.

Por outro lado, se a imprensa tem o poder de definir as prioridades nas agendas públicas —como mostra a teoria da *Agenda Setting*— o debate e a contextualização sobre diferentes questões, se fomentados por ela, têm grande contribuição à formação do cidadão que tem acesso a essa mídia. Mas, na contramão dessa postura, a imprensa acaba por relegar às massas somente a escolha de qual personagem vai tomar as decisões por ela.

Rubim (2000) observa que na imprensa, de modo geral, o rito normal, ordinário, dos longos processos preliminares que envolvem estudos e debates no campo político, ou a falta destes quando há falhas das instituições representativas, não são muito considerados pela imprensa. A fatia cotidiana e contínua praticamente não aparece. De acordo com ele, a mídia mostra-se mais sensível aos momentos de decisões impactantes, como acontece nas eleições ou a instantes de ruptura do funcionamento regulamentar da política, quando acontecem crises, deposições, golpes e denúncias, por exemplo.

Não há o estímulo para que as massas sejam partes ativas nos processos de decisões políticas que ocorrem diariamente. No Brasil, através da postura que mais predomina na mídia, as massas só são estimuladas a ir às urnas de quatro em quatro anos durante as eleições e, depois, darem adeus a qualquer comprometimento ou interesse pelas coisas públicas. Trata-se de um panorama bastante negativo. Mas, apesar de ainda longe do ideal, como apontam vários autores, também houve muitos avanços na cobertura política se compararmos o passado e o presente. Franklin Martins (2005) indica, por exemplo, que o contraste dos dias atuais com a década de 1950 é explícito.

Atualmente, a regra do bom jornalismo é perseguir a neutralidade na cobertura nas páginas reservadas para notícias. Posicionamentos ideológicos cabem às páginas de opinião, que hoje tomam as primeiras páginas dos jornais. Como exemplo, o autor rememora a cobertura da imprensa sobre a campanha política que elegeu como presidente Luís Inácio Lula da Silva. Martins (2005) aponta que mesmo antes da abertura das urnas, as manchetes já evidenciavam a vitória de Lula. Isso ocorria, entretanto, não porque os jornais apoiavam a chegada do primeiro brasileiro de origem pobre, um operário, ao posto político mais importante e cobiçado do País. Menos ainda porque queriam um presidente da legenda Partido dos Trabalhadores (PT). “É evidente que, em 2002, os donos das empresas de comunicação também tinham suas preferências na disputa, mas elas não saltavam os olhos na primeira página” (MARTINS, 2005, p.16).

Aliás, não é novidade para ninguém que a “preferência” da imprensa nacional até então não era pelo candidato petista. Só que pelas manchetes ou notícias da campanha — pelo menos em uma análise superficial — não dava para saber se este ou aquele jornal torcia pela vitória de Lula ou de seu adversário José Serra. Eis uma exigência da cobertura política com o passar dos anos, considerada como um avanço nessa editoria: mais notícia e menos opinião. No passado, a regra predominante era inversa. “Até algumas décadas atrás, os jornais, em sua maioria, tinham um caráter quase partidário. E dirigiam-se também a um leitor razoavelmente partidário” (MARTINS, 2005, 17).

É claro que essa transformação foi motivada pelas próprias leis de mercado: para angariar maior número de assinantes e anunciantes, era preciso oferecer um conteúdo mais pluralista, capaz de agradar a “gregos e troianos”, como popularmente se diz. Aí destinou-se os espaços para opinião e os espaços para as notícias. “Eles (os jornais) tiveram de deixar claro para o leitor que vendem informação, e não opinião embrulhada em notícia. Daí a necessidade da isenção na cobertura jornalística, ou pelo menos a busca da isenção” (MARTINS, 2005, p.19).

Aqui cabe salientar que, apesar de os editoriais adotarem sempre determinada linha, outros espaços de opinião, como as colunas, comumente trabalham com o viés de diferentes idéias, o que parece ser mais uma estratégia para fidelizar o maior público possível. Mas para que a cobertura da área seja realizada a contento, não basta a pluralidade de informação pura e simples. Se faz necessária a contextualização e interpretação dos fatos — apontar causas e indicar possíveis conseqüências, por exemplo. Mas, no jornalismo diário, principalmente o do interior, com redações cada vez mais enxutas, a contextualização, na maioria das vezes, é deixada de lado.

Para garantir o entendimento do público e fazer uma cobertura de qualidade, a contextualização é um dos mecanismos fundamentais. Lage (2001, p.117) se manifesta sobre esse contexto utilizando as palavras de Carlos Castello Branco, por ele considerado como o mais brilhante entre os jornalistas políticos do Brasil na segunda metade do século XX, proferidas em palestra no ano de 1968, na Universidade Federal de Minas Gerais: “O episódio político tem conotações próprias e o fato se insere num contexto que deve ser esclarecido. A notícia nua e crua não o revela em todas as suas nuances. Ele deve ser didaticamente desmontado”.

Essa descontextualização na cobertura política também pode se explicar pela falta de hábito, e de cultura, dos jornalistas em utilizar a contextualização como ferramenta, já que sua aplicação exige pesquisa, tempo e, muitas vezes, um trabalho mais árduo. Cabem aqui palavras de Medina (1988, p.142): “[...] assim como o brasileiro alfabetizado médio, também o produtor de informação não pesquisa a história de sua cultura, a história de seu povo, a história da sociedade em que está inscrito como canal e agente de comunicação”.

A autora considera que a falta de questões como “De onde viemos?”, “O que estamos fazendo?”, “Que hipóteses se colocam para o futuro”, em geral, não entram nas prioridades dos produtores de notícia na hora de formulá-la. “Este a-historicismo se torna visível em notícias muito importantes, dadas em dez ou vinte linhas, trinta segundos de rádio ou televisão” (MEDINA, 1988, p.143). Ela também atenta à situação de que, infelizmente, já nem cabe mais a desculpa de atribuir essa situação aos veículos como rádio e televisão, que têm como uma das diretrizes a instantaneidade, já que, esse perfil de jornalismo, e jornalistas, marcado pela superficialidade, é comum aos meios de comunicação em geral.

A fragilidade da cobertura, então, também pode ser entendida como um reflexo da falta de consciência histórica, tão comum entre o povo brasileiro — incluindo neste povo, a classe profissional formada por jornalistas. A cobertura de política deve ter sintonia total com uma contextualização histórica, o que, em geral, não acontece.

Quando a carência de contextualização não ocorre pela falta de hábito do jornalista, ou tempo em redações cada vez mais reduzidas, pode ser inviabilizada pela falta de espaço suficiente, que não é disponibilizado pelos jornais. Essa situação, é claro, foge da responsabilidade do profissional da categoria, pelo menos dos que, na escala de hierarquia, encontram-se abaixo dos cargos de chefia.

Mas, se esse esmiuçar da notícia não for possível de ser desenvolvido pelo repórter, por enfrentar problemas quanto ao espaço já pré-definido para a sua matéria, o veículo pode suprir essa deficiência em outros espaços, como os destinados aos comentaristas e aos editoriais.

A certa precariedade ainda existente na cobertura de política pode ser um reflexo da tardia imprensa implantada no Brasil. Conforme explica Medina (1988, p. 138), dessa implantação, no século XIX, à modernização da indústria cultural no século XX, “arrastamos conosco uma defasagem perante a história do jornalismo de primeiro mundo”. Para ela, “os conteúdos da informação e os conteúdos da opinião denotam sintomas culturais e históricos que não fazem parte dos patamares de desenvolvimento de uma sociedade democrática” (MEDINA, 1988, p.138).

Entende-se como uma sociedade democrática aquela que, conforme definiram os atenienses em princípio, leva em consideração três critérios elementares: igualdade, liberdade e participação no poder. A igualdade pode estar na participação política, mas também na distribuição igualitária de recursos, na possibilidade de mesmo nível de ensino para todos e de oportunidades como as de emprego. A liberdade, entre outras situações, diz respeito a todo cidadão ter voz para defender publicamente a sua opinião e seus interesses. Já a participação no poder não se resume apenas aos representados escolherem seus representantes nos dias de eleições. Só se aplica a partir do momento em que os cidadãos opinem e influam nas decisões, de diferentes maneiras, fazendo das escolhas públicas uma ação coletiva. Na democracia há o conflito, que se pode entender como benéfico, já que o debate de opiniões, e posições, tende a levar às melhores escolhas, feitas pelos governantes, mas que impactarão a sociedade. Neste contexto, o jornalismo político pode atuar como mediador, estimulando o debate e também preparando as pessoas para esse debate — assim, até pode ser ferramenta que soma às iniciativas de acabar com as deficiências do sistema educacional brasileiro.

Ao atuar na contramão da postura acima citada, a imprensa só faz uma supervalorização da embalagem e, em contrapartida, pouco valoriza o produto oferecido. Ou seja, investe-se em capas, apelos de propagandas, mas o material apresentando tem conteúdo de baixa qualidade se considerado o papel social da imprensa.

Essa deficiência da imprensa pode ter origem na própria colonização do Brasil, realizada pelos portugueses. Segundo Medina (1988, p.140), o início do jornalismo brasileiro foi atrelado a uma tendência de agregar uma linguagem “discursiva e polêmica” resultante da experiência partidária, de tribuna, que tomou conta da Europa a partir da Revolução Francesa. “Após a indepen-

dência, não faltariam polêmicas que sustentariam a tribuna [...]. Entramos no século XX sob a égide do jornalismo europeu e suas campanhas de grupos de opinião” (MEDINA, 1988, p. 140).

E, diante dessa situação, conforme a autora, não se voltou os olhos à revolução do jornalismo, que já acontecia em outras localidades, como nos EUA, desde o final do século XIX. Mas, a partir do surgimento das grandes agências de notícias, decaiu o modelo de Jornalismo que até então predominava na Europa e no qual o Brasil se espelhava. Principalmente após a Segunda Grande Guerra ganhou força o modelo norte-americano, da notícia como produto. A partir daí começa o declínio do Jornalismo essencialmente opinativo e partidário, para ganhar espaço o jornalismo “de notícia”.

A maneira como ocorreu essa transformação, entretanto — nem se explorou adequadamente o modelo europeu, focado na opinião, para saltar ao modelo norte-americano, que prima pela notícia como um produto à venda, uma realidade que até então era dos EUA— gerou problemas que prosseguem até a contemporaneidade. O principal: uma cobertura capenga.

“Resulta que hoje, na hibridez mal elaborada dos dois modelos, nem temos um jornalismo opinativo consistente [...] nem temos um jornalismo noticioso habilitado a exercer a grande reportagem de aprofundamento e investigação dos problemas sociais brasileiros (MEDINA, 1988, p.140)”. O reflexo desse panorama é bastante claro na cobertura jornalística que enfoca política. Mas o Jornalismo pode, e deve, ir além, e colaborar com as boas escolhas no cenário público à medida que tenha postura que incentive a cidadania, como se vê no tópico a seguir.

3.1 O jornalismo como definidor da agenda pública

Há momentos e aspectos no cenário político em que a imprensa pode exercer papel extremamente relevante. Um deles é o de influenciador, quando não definidor, da agenda pública. Esse aspecto é o alvo da teoria da Agenda *Setting*.

Em um país democrático, a todo momento, muitos e muitos temas estão em debates, entretanto, há momentos específicos, os de decisão, quando as escolhas adotadas refletem direta ou indiretamente no cotidiano de toda sociedade e por período longo. Políticas adotadas nas áreas de saúde, educação, economia, assistência social, entre outras, são alguns exemplos de ações que partem dos governantes e que influenciam a vida dos cidadãos, para melhor ou para pior. E nessa etapa os meios de comunicação podem atuar como peça-chave. A explicação está na teoria da Agenda *Setting*, segundo a qual a “mídia possui capacidade de influenciar fortemente a posição

dos temas no ranking de prioridades dos tomadores de decisão e da população em geral, ainda que com dinâmicas distintas” (CANELA, 2008, p.21).

Um dos papéis do Jornalismo é preparar o leitor para o debate, até estimulando o debate, para que os cidadãos — leitores dos jornais, ouvintes das rádios, telespectadores das TVs e usuários da internet — possam influenciar nas decisões a serem tomadas. Paralelamente ao comum noticiário, a publicação de artigos sobre temas relevantes relacionados às políticas públicas, a promoção de reportagens extensivas com o pluralismo de idéias sobre o momento atual, com o passado referente ao assunto e a expectativa de futuro, são medidas acertadas para uma boa cobertura e a garantia de uma boa agenda pública.

Canela (2008, p. 22) explica que na hora de definir essa agenda vários caminhos são possíveis, que são ou não potencializados, em grande parte, conforme a cobertura dos meios de comunicação; “[...] a apresentação de opiniões divergentes acerca de temas não consensuais colabora para a construção de políticas públicas mais plurais e para uma tomada de decisão fundamentada em um debate mais amplo, por conseguinte mais democrático”.

Então, a imprensa pode auxiliar o cidadão, e estimulá-lo, a tomar parte dos processos num país onde prevalece a democracia. Vamos a mais um exemplo. É comum o Congresso Nacional, como o Senado e as Câmaras Municipais — principais ambientes de atuação dos políticos— serem sempre abominados, e, muitas vezes, com legitimidade. Mas essa postura, repetida de maneira enfática, cria o estereótipo de todos os políticos como corruptos, como esbanjadores do dinheiro público e como pouco atuantes. Tal panorama faz com que os cidadãos sintam-se até enojados diante da política e queiram dela se distanciar. Mas no Congresso, na Câmara e no Senado só há isso?

Certamente, não. Tais instituições, até por lei, precisam atuar com certa transparência. O calendário de suas sessões deve ser público. A agenda das comissões e o plenário também. No atual sistema democrático, quem quiser participar, e tiver disponibilidade, pode procurar influir no processo, de diferentes maneiras. E a imprensa pode ajudar o cidadão a ser parte ativa nesse processo, justamente aproximando os representantes dos representados.

Então, porque não divulgar, por exemplo, de forma mais enfática a agenda desses setores e, assim, auxiliar no fomento do debate de questões importantes a serem definidas? Os veículos de comunicação poderiam tornar essa divulgação um hábito para estimular o acompanhamento dos cidadãos, e, além disso, mostrar mais sua participação como entidade fiscalizadora e cumprir

com o seu papel de ponte entre os diferentes setores representantes da população e a própria sociedade. Como? Não esquecer de acompanhar se os projetos que viram leis estão sendo aplicados na prática, dentro dos padrões éticos e de interesse da sociedade, sobretudo mostrando seus resultados; divulgar projetos e iniciativas merecedores de destaque pela inovação, qualidade e sintonia com as causas coletivas, sem dúvida, devem ser critérios do manual a ser seguido. Devem ser tarefas de todo profissional da notícia. Mas na prática, infelizmente, não é essa a regra que predomina.

Vera Chaia (2000 e 2002) detectou deficiências na cobertura política voltada ao poder legislativo paulistano. A pesquisa realizada por Chaia (2002) apontou pouca preocupação da imprensa em produzir matérias com capacidade para estimular a maior participação dos cidadãos no processo político e aproximar representantes de representados. Tal pesquisa analisou o complexo relacionamento entre a Imprensa e a Câmara Municipal de São Paulo nas Legislaturas de 1989-1992 e 1993-1996, nos governos de Luíza Erundina do Partido dos Trabalhadores (PT) e Paulo Maluf do Partido Progressista Brasileiro (PPB). Ainda quando desenvolvia o trabalho, a autora revelava que já era possível afirmar que a imprensa dava prioridade ao destaque de fatos pitorescos ou irregularidades ocorridas na Câmara:

Os projetos e as iniciativas de maior relevância apresentados e discutidos pelos vereadores foram esquecidos e raramente ganharam destaque nos jornais. Em alguns casos, quando o vereador fazia uma denúncia que atingia outros políticos ou apontava problemas da administração municipal, como contratação de assessores da Prefeitura sem concurso público, a notícia aparecida e repercutia nacionalmente. Portanto, pode-se antecipar que a maioria das matérias sobre a Câmara Municipal de São Paulo, veiculadas pelos jornais da cidade, são depreciativas, desqualificam os políticos e denunciam vários tipos de problemas no Legislativo Municipal (CHAIA, 2000, p.49).

Mas o que fazer? Não falar sobre as mazelas que envolvem políticos, tão comuns no âmbito brasileiro? Para Chaia (2000), é fato que, com a divulgação enfática de fatos negativos do cenário político, corre-se o risco de ajudar a aumentar a desconfiança dos cidadãos nos políticos, o que estimula o afastamento dos primeiros da vida política. Para ela, como também para outros pesquisadores que compartilham de sua posição, a regra é revelar a verdade, com um acompanhamento constante do panorama parlamentar — como também do executivo, do judiciário — por parte dos meios de comunicação. Ou seja, a melhor postura a ser adotada consiste em, além de abordar os fatos negativos, também abordar os aspectos positivos de relevância, como as práticas políticas consistentes em busca das definições de políticas públicas e a atuação de parti-

dos políticos e parlamentares que mais se destacam no legislativo e podem servir de exemplos. Assim, é possível que o Jornalismo contribua para mudar a cultura política brasileira, melhorando-a e incentivando a aproximação tão necessária entre representantes e representados. E é também com o modelo de divulgação que acaba de ser destacado que os eleitores podem ter parâmetros para escolher melhor os seus representantes.

Muitas falhas da imprensa ocorrem porque ela própria parece se esquecer, ou não leva a sério, o seu papel como formadora de opinião e definidora da agenda pública. Para Rubim (2000, p. 10), há certa desvirtuação no papel da imprensa, já que não há o reconhecimento da comunicação, em sua modalidade midiática, “como poder que interfere de modo substantivo no jogo político contemporâneo, promovendo alterações”.

Para discorrer sobre essa questão, o autor aponta que a atividade política exercida por especialistas, ou seja, os políticos, profissionais da política, têm concentrado os recursos nas mãos de um restrito grupo, o que gera reflexos entre a sociedade e a própria mídia.

Com isso, a política passa a ser encarada como algo restrito dos ‘políticos’ e não como atividade pertinente a todos os cidadãos, abrindo um fosso entre a política institucionalizada e uma participação política mais ampliada (RUBIM, 2000, p.25).

A imprensa, entretanto, tem legitimidade para influenciar a mudança desse paradigma. Para Rubim (2000, p.32), pode-se propor uma “presença mais abrangente da mídia, conformada como rede, como infra-estrutura de comunicação que torna possível a nova circunstância societária [...]”.

No campo político estão reunidos estados, partidos, sociedade civil, dimensões públicas, políticos de profissão, com o foco de governar a sociedade. Enquanto o campo da comunicação integra os diferentes tipos de veículos (jornais, revistas, rádios, TVs), além de organizações como assessorias de imprensa e agências de relações públicas e profissionais da comunicação. Uma maior sintonia entre ambas as esferas — sem abrir mão de suas devidas responsabilidades— só tende a favorecer tais campos, como também a própria sociedade, que recebe os serviços tanto da esfera política como da de comunicação.

As explicações acima foram necessárias para neste momento afirmar que é de total importância a mídia se considerar e atuar, de maneira enfática, como mecanismo poderoso diante das definições da agenda da política nacional. É fato que o fazer política não se restringe às instituições políticas e aos profissionais do ramo, mas está presente no dia-a-dia dos cidadãos — no seu

ambiente de trabalho, no seu lar, nos seus locais de entretenimento. Mas, em geral, a voz dos cidadãos representados só é ouvida quando há o intermédio da mídia. Ou seja, é ela quem delinea os temas que formam a agenda das discussões e ações públicas, isso no Legislativo, no Executivo e também no Judiciário.

Rubim cita palavras de Nestor García Canclini que são muito propícias nessa conjuntura: “É muito difícil que tome parte da política nacional algo que além de ocorrer na rua, nas fábricas, nas organizações de base, não passe também pelos meios, sem que os meios façam eco desses fatos” (CANCLINI, 1997, p. 59 *apud* RUBIM, 2000, p. 57).

Uma atuação jornalística na contramão dos direcionamentos aqui abordados, além de estimular deficiências na agenda pública, só tende a afastar o envolvimento do cidadão com a política. Ou seja, o cidadão é convidado a participar do processo de escolha de seus representantes, e só.

Sobre esse contexto, cabe fazer uso de considerações de Rothberg (2005, p.37), quem aponta que a partir do momento que a mídia apenas incentiva a participação dos eleitores rumo às urnas, sem se aprofundar numa cobertura adequada de políticas públicas no dia-a-dia, não leva os cidadãos a assumir um papel mais ativo nos processos de decisão política, “papel que hoje, no Brasil, se torna plausível com as experiências dos orçamentos participativos e, principalmente, dos conselhos municipais com função deliberativa nas áreas de educação, saúde e direitos de crianças e adolescentes”.

3.2 O papel da imprensa

No tópico acima foi abordado o poder da imprensa na definição das políticas públicas a serem adotadas e nas prioridades das agendas dos governos e, para tanto, em linhas gerais, também já se esboçou qual o papel da mídia. Mas neste tópico, aborda-se especificamente, sobre a missão dessa instituição, que também é chamada de “o quarto poder”.

O termo “quarto poder” foi designado para referenciar a imprensa em 1828, pelo inglês Lord Macaulay. Segundo Escovar (2007), o inglês Macaulay, ao criar esse termo, pensou em uma imprensa como a voz dos cidadãos na expressão seja das suas preocupações, seja das suas revoltas. Ou seja, tinha em mente uma imprensa aliada aos cidadãos para promover a defesa dos seus direitos e também para protegê-los de possíveis abusos fossem do poder Executivo, do Legislativo ou do Judiciário.

De fato, esta ainda é a ideologia, apesar de, na prática, a postura da maior parte da imprensa não estar em sintonia com a definição acima. Mas é desse conceito que, nas redações, os jornalistas devem buscar se aproximar.

Pesquisadores do tema, na era contemporânea, têm concepções que vão ao encontro das do inglês Lord Macaulay para definir o papel da imprensa. Michael Kunczik (2002, p.74) aponta que a função mais básica dos meios de comunicação é o dever social de “servir como inspetor geral de todo o sistema político a fim de poder proporcionar a crítica pública necessária para garantir algum grau de integridade política por parte daqueles que detêm o poder”.

O posicionamento de Veet Vivarta (2003, p.46) tem a acrescentar às palavras de Kunczik: “É fundamental que a imprensa seja uma eterna vigilante das ações executadas por governo, sociedade civil e setor privado”.

Kunczik (2003), apoiado nas idéias de Wolfgang Langenbucher (1974), cita que a mediação em uma sociedade democrática é o principal papel do jornalista, sendo que a tarefa dos jornalistas é a de facilitar a comunicação entre os diferentes grupos da sociedade. E ele complementa: “Atribui-se aos meios de comunicação a função de facilitar a comunicação entre todos os grupos que participam na formação da vontade política, criando assim a opinião pública dirigida” (KUNCZIK, 2003, p.100).

O autor considera que para desenvolver essa tarefa a contento é preciso de “gente que esteja preparada para tornar compreensíveis os fatos essenciais da política atual para o operário cansado e pouco instruído; jornalistas que não escrevam para jornalistas, mas para as massas” (KUNCZIK, 2003, p.101). Cabe aqui um parêntese: essa colocação não significa, entretanto, que se deve nivelar por baixo o conteúdo noticioso, com mais sensacionalismo e menos informação, para torná-lo mais atraente, como tem sido a aposta de grande parte da imprensa brasileira.

A mídia desempenha um papel fundamental na sociedade e seu foco deve estar sempre voltado aos anseios da coletividade. Dines (1986, p.55) tem posicionamento que soma muito a essa consideração:

O leitor, o ouvinte ou o telespectador são, na realidade, os verdadeiros proprietários dos veículos. Os acionistas são os detentores da razão social da empresa. Mas a instituição tem um compromisso com o público a tal ponto que não pode, impunemente, desgarrar-se deste vínculo.

A conscientização da população sobre os seus deveres e direitos, como maneira de educar, formando a opinião pública, é uma dever do jornalismo e do jornalista. Mendez (2002, p.30) vai

além e diz que a missão do profissional, como intelectual, é ser “o porta-voz do cidadão comum”. A autora também reitera que o trabalho do jornalista é reproduzir os acontecimentos, mas com análises, com opiniões sobre esses acontecimentos, de maneira que o conteúdo divulgado leve o leitor a refletir e a formar a sua própria opinião. E para exercer tal tarefa a contento é preciso atuar com função crítica, “prevenindo, advertindo, contestando os fatos apresentados, investigando a notícia antes de publicá-la como verdade absoluta” (MENDEZ, 2002, p.31).

E, em tempos de crise do sistema representativo, o jornalista não deve se esquecer de que a informação torna-se cada vez mais uma forma de poder. Por sua importante influência na formação da opinião pública, o papel da mídia é fundamental na pressão política que é capaz de desempenhar e no processo de definição das prioridades dos governos (como se viu no tópico anterior).

Mais que nunca, hoje, como aponta Bucci (2008), o jornalismo não pode se contentar a reagir a “estímulos externos”. Entre esses estímulos o autor cita os *press releases*, a provocação verbal de uma autoridade, eventos espetaculosos ou a simples curiosidade da platéia (em geral relacionada ao instinto). “Ele [o jornalista] precisa encontrar a notícia de interesse público onde não há a aparência ou promessa de espetáculo [...]” (BUCCI, 2008, p.62).

Também é verdade, como argumenta Chaia (2000, p.126) que os jornalistas encontram-se limitados, no seu exercício pleno livre, “por uma equação que envolve proprietário/grupo administrador, anunciante e leitor consumidor”. Como vimos com Medina (1988), a notícia é prioritariamente encarada como um produto à venda.

É fato que no cotidiano das redações, o repórter não consegue mudar, em definitivo e de maneira brusca, a posição adotada pela imprensa já há muitos e muitos anos. No entanto, cabe a ele, no dia-a-dia da profissão, aproveitar determinadas brechas e mecanismos para, mesmo dentro das limitações impostas, oferecer um trabalho condizente com o valor democrático da liberdade de imprensa, e condizente com o papel social da imprensa. Como? É possível exemplificar com algumas posturas.

Uma delas é defender — mesmo que de forma sutil — idéias em sintonia com o valor social acima destacado, junto aos editores, ou estes, junto às diretorias das empresas de comunicação. Outra é oferecer matérias com conteúdo contextualizado, que possibilite ao cidadão estar munido de informações para se tornar agente mais ativo no processo político e, também, ter condições de escolher melhor os seus representantes. Tudo bem há falta de espaço para tanto? Cabe,

então, tentar negociar por um espaço melhor quando o tema assim merecer. E, se a idéia não for aceita nessa ocasião, vão despontar outros momentos em que oferecer uma melhor cobertura será possível.

O que não pode, e é muito comum no cotidiano da profissão, são os jornalistas se acostumarem em oferecer um conteúdo medíocre e, mesmo se não for essa a real situação, sempre justificar com as desculpas de falta de espaço ou falta de tempo por causa de redações cada vez mais enxutas. Não que essas justificativas não sejam legítimas diante da rotina industrial da notícia, mas isso não ocorre sempre. Em meio a essa rotina industrial do jornalismo também não é incomum despontarem oportunidades para oferecer um trabalho condizente com a missão do “quarto poder” pensado pelo inglês Lord Macaulay. De qualquer forma é um desafio — e um dever — do jornalismo e do jornalista da contemporaneidade chegar a um denominador comum que consiga equacionar, satisfatoriamente, proprietários de veículos, imprensa e sociedade.

3.3 Posturas que norteiam uma cobertura política adequada

Mesmo diante das dificuldades impostas pelas empresas do ramo jornalístico, como *deadline* apertado e excesso de trabalho para a carga horária referente à contratação do jornalista, resultado de redações cada vez mais enxutas, ou das dificuldades relacionadas à própria cultura profissional, o jornalista tem que objetivar não perder o foco: oferecer uma cobertura contextualizada, plural e capaz de influenciar a definição da agenda pública com base nos reais interesses e necessidades da coletividade. Afinal, como há tempos sabe-se, se o jornalismo político for desempenhado a contento, é importante ferramenta para impulsionar a cidadania.

A própria sociedade, em especial a parcela com mais discernimento cultural, espera que o jornal, e o jornalista, desempenhe satisfatoriamente o seu papel. Martins (2005, p.34) aborda essa questão:

Nós, jornalistas, temos um contrato informal com a sociedade, que nos garante uma série de prerrogativas, como o acesso a informações de caráter público, o respeito ao sigilo das fontes, uma certa tolerância no caso de transgressões à privacidade de terceiros se houver interesse público relevante em jogo, o direito de fazer perguntas e cobrar respostas, o direito de divulgar o que apuramos ou pensamos — em suma, gozamos de liberdade de imprensa. Em contrapartida, a sociedade espera que os jornalistas exerçam esses direitos com o objetivo de mantê-la informada, e não visando ao proveito pessoal ou empresarial. No fundo, o direito do jornalista à liberdade de imprensa é apenas um reflexo do direito de a sociedade ser bem informada.

Medina (1988) trata a relação de falta de comprometimento dos jornalistas e do jornalismo com os interesses da sociedade como fator que pode influir negativamente para os veículos. Ela indica que as expectativas do espectador acabam frustradas a partir do momento que os jornalistas mostram-se sem capacidade de representá-lo com competência técnica junto às fontes. “Com raras exceções, o entrevistador mostra amadurecimento técnico diante de um entrevistado autoritário (concentrador de poder, autor de desmandos sociais, sonegador de informações)” (MEDINA,1988, p.143).

O trabalho do jornalista político é o de ponte entre representantes e representados e a diretriz deve estar, justamente, numa prestação de serviço que estimule a cidadania. Isso pode ocorrer por meio de fiscalizações, entenda-se aqui o acompanhamento dos representantes, seja de suas posturas com o trato da coisa pública, seja das ações que promovem as políticas públicas; ou da veiculação de informações com conteúdo de relevante interesse público, que assim se torna à medida que aborda, com eficácia, de assuntos que impactam o dia-a-dia dos cidadãos, de forma direta ou indireta.

A sintonia do trabalho do repórter político, aqui reforça-se mais uma vez, com os interesses da coletividade, é o alvo a ser perseguido pelo profissional do setor. Mas, inclusive como já abordamos mais detalhadamente no primeiro trecho deste capítulo, a cobertura da área geralmente se mostra deficiente e a regra que acaba de ser citada não é prioridade em grande parte das redações.

A indústria cultural sinaliza que quanto menos informação há mais audiência. Então, o jornalismo muito provavelmente tem se “aproveitado” dessa máxima para repercutir, na cobertura política, prioritariamente as comuns “trocas de farpas” entre os representantes eleitos pelo povo para governar para o povo, brigas partidárias e passagens esdrúxulas. Com esse modelo, é fato, o jornalismo não contribui para a boa formação do leitor, e cidadão.

Mas se esse leitor cidadão for estimulado a novas propostas, capazes de aproximar representantes e representados e interferir melhor na agenda das políticas públicas, certamente terá o senso crítico mais aguçado. Consequentemente terá a capacidade até de escolher melhor os seus representantes e, através desse filtro, possibilitar melhores governos. O trabalho de um veículo de comunicação seja impresso, radiofônico, televisado ou on-line, pode ir muito além do interesse comercial que visa a simples venda: pode ajudar na formação de cidadãos, bons cidadãos, capa-

zes de proporcionar progressos, seja através do voto, seja através de suas ações, acompanhamento, cobranças e interesse em relação aos diferentes poderes que regem a sociedade.

A imprensa precisa sempre levar em consideração que seu dever, até em virtude da frágil representatividade da política brasileira, acaba por ser também o de representar a sociedade. Ao auxiliar no processo de fiscalização dos poderes, denunciar mazelas e também bons exemplos a serem seguidos, e manter o público informado para debater e influir sobre as ações e decisões que refletirão em seu dia-a-dia, a imprensa colabora com o desenvolvimento de cada cidadão, e, conseqüentemente, de todo país.

3.3.1 Ter sintonia com boas fontes

Não há dúvidas de que o jornalista sagaz, que consegue trazer à tona revelações surpreendentes referentes à esfera política, ou que traz diferenciais que garantam destaque de suas matérias, deve atuar em sintonia com boas fontes. Isso não significa, no entanto, que precisa haver uma relação promíscua entre o jornalista do setor e suas fontes.

Martins (2005) discorre sobre essa relação. Para exemplificar, utiliza a quantidade de fontes existentes no Congresso e no Senado nacional: 513 deputados, 81 senadores, mais de 30 ministros, 11 componentes do Supremo Tribunal Federal, além de muitos e muito assessores, secretários, técnicos, amigos de políticos e curiosos — muita gente sujeita a ter uma importante informação. “Se o repórter de política pescar no lugar certo, com a isca certa e com o anzol certo, voltará para casa todos os dias levando algo para o jantar. Não há a menor necessidade de ser promíscuo para chegar à informação. Basta usar a cabeça e ralar” (MARTINS, 2005, p.47).

Então, como se vê, para o jornalista político, campos de ampla fertilidade para a colheita de notícias são justamente o Congresso e o Senado. Já para os veículos do interior, cujo foco está principalmente na cobertura de assuntos diretamente ligados às cidades onde circula, a Câmara de Vereadores pode ser considerada o campo mais produtivo do jornalismo político.

Isso também não significa que o repórter político deve restringir sua cobertura às quatro paredes das Câmaras, do Senado ou do Congresso. “Deve estar permanentemente atento às flutuações do estado de espírito da sociedade e às mudanças nos humores da opinião pública” (MARTINS, 2005, p.53). Isso porque, conforme o autor, a opinião pública tem importante papel para definir propostas e entrar para a agenda pública, “já que muitos políticos fazem política levando em conta a direção dos ventos” (MARTINS, 2005, p.53).

3.3.2 Não banalizar o uso do off

Um dos artificios muito empregados na cobertura política é a informação *off the record*, no dia-a-dia chamada simplesmente de *off* — quando o jornalista não expõe qual a fonte responsável por revelar determinada informação, devido ao próprio pedido da fonte, seja ela por temer represálias ou haver outro tipo de problemas. Martins (2005, p.58) faz oportuna consideração sobre o emprego dessa técnica: “É importante lembrar que o sigilo da fonte existe para dar informação à sociedade, e não para sonegá-la”.

Na cobertura política, o *off* é preciso, isso porque em geral é através dele que os profissionais conseguem informações de bastidores, de encontros reservados de negociações políticas, legítimas ou não. Mas certos cuidados também são necessários na hora de utilizar essa ferramenta. Martins (2005, p.57) reúne pelo menos cinco regras a serem seguidas:

Primeira: não banalizar o uso do *off*. “O fato deve ser realmente importante, já que, se fizermos essa opção, de alguma forma já estamos omitindo uma informação do leitor”;

Segunda: a informação em *off*, ou seja, tornando sigilosa a fonte, tem que ser pedida “É uma combinação, já que é terrível um repórter dar algo em *off* e outro veículo, não, em *on*”.

Terceira: o *off* deve ser investigado. “[...] em uma nova rodada de apuração, o que era *off* pode virar *on* na boca de outra pessoa”.

Quarta: só informações podem ser dadas com a utilização do artifício *off*. “Para opinião, não existe sigilo”.

Quinta: o sigilo não pode existir para as fontes que fazem acusações contra a honra de terceiros. “Se um senador quer denunciar um outro colega, desafeto, por corrupção, que assuma a denúncia”.

É importante observar os cinco critérios citados acima para garantir que o uso do *off* não seja tão corriqueiro a ponto de o jornalista assumir riscos desnecessários na divulgação da notícia ou fazer do texto jornalístico apenas uma ferramenta de oportunismo político.

3.3.3 Ter *feeling* aguçado

Ter *feeling* aguçado é importante para qualquer jornalista conseguir desenvolver um bom trabalho. Mas na cobertura de política, mais do que em qualquer outra área, ele é imprescindível. Isso porque cobertura política não combina com ingenuidade.

Deve ser regra sempre estar atento, ler as entrelinhas, já que por trás do discurso dos políticos — falamos aqui de profissionais em geral competentes no uso da retórica — muito mais ou muito menos do que foi dito, pode, na verdade, estar em questão. Especialistas apontam que é muito raro o discurso de um político coincidir exatamente com a realidade ou com os interesses que ele defende. É o caso de Martins (2005, p. 48), que neste contexto, dá algumas dicas:

Políticos mentem muito — às vezes até quando pensam falar a verdade — e poucos são fontes confiáveis. Mas têm acesso a muita informação: às vezes, até sem saber — e são fontes imprescindíveis. Não dá para passar sem eles, mas tampouco dá para comprar a mercadoria pelo preço que é vendida. A solução, como na feira, é pechinchar e bater perna em outras barracas. Ou seja, conversar com muita gente, checar as versões iniciais e desconfiar de tudo que faz sentido demais.

O entender as entrelinhas, para o autor, trata-se de uma habilidade específica, que, depois de adquirida, torna possível o seu exercício sem muitos esforços. O autor tem mais uma consideração apropriada para elucidar esse contexto, que merece reflexão por parte dos produtores de notícias:

Todo político defende interesses – legítimos ou ilegítimos, honestos ou escusos, razoáveis ou estapafúrdios. Podem ser demandas de um estado ou região, reivindicações de uma categoria profissional ou de um setor econômico, pleitos de um seguimento da opinião pública ou direitos de uma minoria. É o lado luminoso da Lua. Podem também ser acertos com empresas envolvidas em negócio com o Estado, mudanças na legislação para favorecer grupos econômicos, retribuições a financiadores de campanha ou casuísmos para beneficiar sua turma política. É o lado escuro da Lua. (MARTINS, 2005, p. 63).

Após o entendimento das entrelinhas, cabe ao jornalista que cobre política formular sua própria opinião sobre o assunto em pauta, conforme aconselha o autor. Isso não quer dizer, no entanto, que a opinião do jornalista deverá estar no texto de maneira parcial. Mas é fundamental que ela seja formada para que o profissional consiga, a partir daí, analisar o impacto de determinado tema sobre a vida das pessoas e vislumbrar os eventuais interesses que estão em jogo, para, posteriormente, se empenhar em informar sobre o cerne dos conflitos, não sobre sua exterioridade, comumente ressaltada por políticos.

Para atingir o *feeling* aguçado, e entender as entrelinhas, é preciso que o profissional de jornalismo que atua na cobertura política entenda as regras do jogo, ou seja, o funcionamento dos mecanismos pertinentes ao seu campo de ação. Assim, o jornalista “não é obrigado a ser um especialista em regimento interno da Câmara e do Senado, nem um constitucionalista de mão cheia,

mas precisa dominar os fundamentos do funcionamento do Congresso e ter uma noção básica da Constituição” (MARTINS, 2005, p.80).

Só assim, conhecendo as regras do jogo, tendo *feeling* aguçado e entendendo as entrelinhas, o repórter de política será capaz de atuar sem perder o foco de seu papel. A partir desse entendimento é pertinente ao jornalista evitar chavões, explicar os termos técnicos e como as decisões políticas afetam a vida das pessoas. A regra é menos valor à troca de ofensas e brigas partidárias e mais atenção aos impactos que as medidas que são tomadas, ou a ausência delas, acarretam à vida dos cidadãos. Cabe aqui frisar que tais medidas podem contribuir para uma maior aproximação de eleitos e eleitores, por meio de um melhor entendimento também por parte do cidadão, que, conseqüentemente, dessa forma passa a se interessar mais pelas causas públicas.

3.3.4 Investir num diferencial

Segundo a *Folha de São Paulo*, em seu Manual de Redação (2001), é preciso que o jornalismo aposte em propostas alternativas, e estas não têm saltado aos olhos da mídia, apesar de muito importantes. “[...] a demora no enfrentamento de carências sociais — problema básico num país como o Brasil — raramente vai além da repetição de enunciados genéricos (FOLHA DE SÃO PAULO, 2001, p.18).

A *Folha* exemplifica seu posicionamento apontando que há um consenso no Brasil de que o desenvolvimento no país depende, prioritariamente, da educação e da saúde, mas, segundo essa instituição, a imprensa ainda não conseguiu articular enfoques que coloquem esses temas na ordem do dia, acoplando-os à agenda imediata de eventos, conforme explanado no tópico 3.1.

Um dos critérios considerados elementares para definir a importância da notícia, conforme manuais, como o da *Folha de São Paulo* (2001, p. 43), e estudiosos do *newsmaking*, é o interesse, ou seja, “quanto mais pessoas possam ter a sua vida afetada pela notícia, mais importante ela é”. Lage (2001, p.113) reforça esse posicionamento: “Há relação entre interesse jornalístico e abrangência de público para uma informação”.

Neste contexto, focalizar melhor a cobertura de políticas públicas, que se refletem direta ou indiretamente no interesse do público, já que influenciam na vida dos cidadãos, é cumprir a contento esse critério, e, em contrapartida, oferecer um diferencial.

Como? Com mais espaço dedicado a tais assuntos, com maior contextualização do tema e explicação sobre os impactos de determinadas medidas, convidando o leitor/cidadão a refletir sobre tais temas e utilizar mecanismos para influenciar nas decisões a serem tomadas.

Os outros critérios da noticiabilidade são o ineditismo (novidade dos fatos ou situação), a improbabilidade (o inesperado chama mais a atenção do que o já esperado), o apelo (curiosidade que a informação pode despertar), a empatia (identificação do maior número possível de pessoas com o personagem ou a situação) e a proximidade (neste caso, a proximidade geográfica do fato em questão). Além de considerar esses critérios, cabe relacionar alguns outros ingredientes, reunidos por Medina (1988) que complementam ou reforçam a receita de uma cobertura política de qualidade.

Medina lista alguns traços fundamentais que devem compor o perfil dos produtores de notícia na democracia. Entre eles estão: a ética profissional; as capacidades técnicas para investigar a realidade presente e contextualizá-la no tempo e no espaço; capacidade para reunir fontes com riqueza de informação e potencial para vislumbrar o fato social em suas múltiplas forças; e competência técnica e artística no domínio da linguagem, porque é preciso conquistar o leitor.

A ética profissional se faz necessária para oferecer a informação de qualidade porque só a partir do emprego dela é possível garantir um trabalho legítimo, sem manipulações ou as máscaras infelizmente tão comuns à prática jornalística, sobretudo nos veículos menores do interior, geralmente concentrados nas mãos de políticos que querem aproveitar o espaço da mídia para se auto-promover e denegrir a imagem de seus adversários.

As competências técnicas que permitem uma adequada contextualização podem ser conseguidas através de muita leitura, sobretudo a pertinente ao campo de atuação em questão, e dedicação do profissional, que precisará se debruçar em pesquisas. Esse tópico torna-se fácil de ser cumprido a partir do momento que o profissional tem a possibilidade de freqüentar um bom curso universitário ou de extensão. Os mesmos pré-requisitos servem para garantir a riqueza de fontes, para o oferecimento de um trabalho condizente com os interesses sociais, e as competências técnica e artística para atrair o público. Exemplo dessas competências são um texto marcado pela boa fluência e matérias ilustradas com quadros explicativos ou fotos que auxiliem a chamar a atenção para o assunto tratado, a partir de sua qualidade visual e conteúdo informativo.

3.3.5 Modificar o “modus operandi” da cobertura política

Ainda representa um desafio para a imprensa brasileira enfocar com mais ênfase a cobertura de políticas públicas, de modo a esboçar satisfatoriamente a pauta dos governos. Sabe-se que fatos como brigas partidárias, a troca de ministros e mazelas públicas têm interesse e espaço garantido nas páginas reservadas para política, mas falta, ainda, a disponibilização de espaço semelhante dedicado às políticas públicas, para a publicação de matérias contextualizadas capazes de gerar reflexões tanto dos governantes quanto dos governados. Isso porque a agenda de prioridades do governo, e até da sociedade, em grande parte é decidida conforme o que veicula ou omite a mídia.

Segundo Canela (2008), os veículos de comunicação, em especial os jornais, chegam a não reconhecer as políticas públicas como integrantes do universo da política. Assim, elas “ganham diferentes espaços nos jornais e são mais ou menos entendidas como *políticas*, a depender do jornalista encarregado da reportagem” (CANELA, 2008, p.26). Uma inversão desse panorama só tende a render bons frutos para o próprio sistema representativo e a sociedade. E a imprensa tem papel protagonista nesse cenário.

É possível sintetizar traços do perfil que não pode faltar ao jornalista para realizar uma boa cobertura com foco nas políticas públicas. Castro (2008) lista algumas regras. A primeira é a identificação dos movimentos políticos que, no transcorrer da história, exerceram papéis efetivos na hora de serem escolhidas as prioridades dos governos.

A segunda é trabalhar em sintonia com os documentos oficiais. É dever do jornalista que cobre política buscar conhecimento sobre as principais leis que regem nosso sistema — a Constituição Federal é uma das principais, mas temos também o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Estatuto do Idoso, e por aí vai. Seus pontos principais devem ser entendidos pelo jornalista. Tendo conhecimento dessas legislações, por exemplo, será possível ao profissional cobrar e questionar políticos sobre posturas adotadas por eles ou pelas instituições representantes do povo das quais são integrantes, como as Câmaras municipais, as Assembleias Legislativas Estaduais, a Câmara Federal e o Senado.

O terceiro passo é analisar como os partidos políticos definem seus programas de governo e, também, se aquilo que descrevem na teoria é aplicado na prática quando integrantes de determinada legenda são eleitos, e quais são as diferenças fundamentais entre as propostas dos principais partidos. Nesse aspecto, Castro (2008) também aponta que é preciso conhecer os programas

de associações profissionais que historicamente têm influenciado as definições do governo, como a Associação Brasileira de Medicina, por exemplo, e a Federação Nacional dos Médicos.

Outra regra é entender o funcionamento dos orçamentos nos diferentes níveis do Estado, quanto à transparência, execução, e acompanhamento dos conselhos, que devem controlar os orçamentos.

Ainda segundo a autora, é preciso ter em mente que todo governo é feito de composições, que interferem nas políticas públicas. “Entender as distinções e vinculações entre as correntes partidárias que estão no poder é fundamental para o jornalista ser capaz de interpretar os processos em curso” (CASTRO, 2008, p.79).

A missão para uma boa cobertura com foco em políticas públicas, como se vê, não é simples e exige muito conhecimento, que pode ser adquirido por meio de pesquisa. E não há dúvidas que, reforça-se, as faculdades também têm papel essencial para formar jornalistas mais competentes e compenetrados com as políticas públicas e para mudar o atual panorama de cultura profissional.

Falar de políticas públicas é falar de direitos humanos, mas a formação em direitos humanos “é deficiente no Brasil em todos os níveis educacionais, da escola à universidade” (ALMEIDA, 2008). Portanto, avanços em relação ao atual *modus operandi* dos jornalistas também dependem muito das instituições responsáveis pela formação desses profissionais.

No capítulo a seguir, nos debruçamos na análise da cobertura política do jornal diário de Bauru *Jornal da Cidade*, destacando seus pontos positivos e suas deficiências, com foco na reflexão sobre bons caminhos para essa editoria, que deveria abranger, principalmente, as políticas públicas.

CAPÍTULO 4 – A COBERTURA POLÍTICA NO JORNAL DA CIDADE

O jornal alvo desta pesquisa é o periódico que circula diariamente no município de Bauru, *Jornal da Cidade* (JC). Por ser o jornal impresso mais antigo ainda em atividade em Bauru e de

maior tiragem, não há dúvida de que seu papel é relevante diante da opinião pública principalmente bauruense.

O levantamento enfoca a editoria de Política desse tradicional jornal bauruense, com análise de seu comportamento em relação a cobertura que engloba o poder legislativo municipal e as políticas públicas. Para tanto, são analisados os espaços dedicados a essa cobertura e também o seu conteúdo. Foram utilizadas todas as edições impressas dos meses de fevereiro e março de 2009, condizentes com o início do trabalho da legislatura 2009-2012. Mas antes de abordar as análises, cabe contextualizar um pouco da história e estrutura do jornal alvo deste estudo.

O *Jornal da Cidade* foi fundado em agosto de 1967, por Alcides Franciscato. Segundo informa a própria direção do Jornal, o já quarentenário *JC* foi o primeiro jornal a ser impresso em offset no interior paulista e pioneiro no interior na América Latina a usar fotocomposição a frio. Também um dos primeiros do Brasil a abolir o uso do fotolito, substituído pelo sistema *direct to plate* — direto na chapa — o que proporciona mais velocidade na impressão.

O *Jornal da Cidade* circula em quarenta e duas cidades além de Bauru, e tem tiragem média de aproximadamente 25 mil exemplares de segunda a sábado, e 30 mil exemplares aos domingos. Atualmente, somando editores, repórteres, repórteres fotográficos e diagramadores, a equipe do Jornal da Cidade conta com a atuação de 47 profissionais. A jornalista Giselle Hillário é a editora chefe do jornal, que tem como diretor de redação Renato Zaiden.

No Jornal da Cidade, a editoria de política ocupa as primeiras páginas do jornal e o número de páginas oscila por edição, contabilizando entre uma e quatro páginas. Mas o espaço reservado *Opinião*, em que também comumente são abordados assuntos que envolvem a política, sempre antecede a editoria de Política. Entre colunas destinadas às cartas para os leitores, charges e frases, o espaço central dessa página de *Opinião* em geral é ocupado por artigos de colaboradores.

O Jornal da Cidade não tem como regra o desenvolvimento de editorial, o que deixa subentendido que o periódico prefere esquivar-se de dar o seu posicionamento particular frente assuntos de relevância municipal, estadual ou federal, que, na história do Jornalismo, são, ou deveriam ser, assunto para editorial.

4.1 Análise da cobertura feita pelo *JC*

Foram pesquisadas todas as edições de fevereiro e março, perfazendo um total de 59 edições. No Jornal da Cidade, nesse período foram encontradas na editoria de *Política* 193 matérias. Desse total, 29 matérias trataram sobre legislativo e políticas públicas, de forma aprofundada ou superficialmente.

As análises foram divididas em duas etapas. A primeira tem foco no conteúdo das matérias. Para tanto, estabeleceu-se chaves de compreensão que serão verificadas: **a) fontes de informação**, contabiliza-se o número de fontes utilizadas na matéria e demonstra-se quais são as fontes e se foi ouvido “o outro lado”; **b) assunto em questão**, são apontados a informação divulgada e enfoque da matéria; **c) contextualização do tema**, verifica-se se foram utilizados artifícios para situar o leitor diante do tema, como informações históricas, levantamentos estatísticos e comparações. Conforme a aplicação desse recurso a contextualização é apontada como satisfatória, média ou insatisfatória; **d) abordagem das políticas públicas**, indica-se se essa abordagem é superficial, média ou aprofundada. As matérias são avaliadas com abordagem superficial a partir do momento em que só envolvem políticas públicas, mas não fornecem informações que dão esclarecimentos sobre elas; são consideradas com abordagem média quando dão algum esclarecimento capaz de fazer o leitor entender as políticas mencionadas; e com abordagem aprofundada quando, de fato, aprofundam o assunto com esclarecimentos capazes de levar ao satisfatório entendimento do leitor em torno do assunto, com embasamentos na legislação, por exemplo. Na chave de compreensão **e) menção dos trâmites que envolvem o trabalho do legislativo em relação às políticas públicas** verifica-se se a matéria aborda os trâmites referentes à atuação do legislativo nos assuntos em questão, capaz de situar o leitor quanto ao funcionamento dessa esfera de poder, como, por exemplo, explicações de que um projeto que deu entrada na Câmara terá que passar pelas comissões para depois ser votado pelos vereadores, bem como informações da agenda dos trabalhos da Câmara, estimulando o cidadão a, se tiver disponibilidade, participar dos processos. Conforme o grau de abordagem estabeleceu-se três níveis: sem menção, menção insatisfatória e menção satisfatória.

Na segunda etapa da análise, verifica-se a importância dedicada pelo jornal ao assunto tratado na matéria. No quesito **a) espaço ocupado** demonstra-se se a matéria ocupou espaço maior, menor ou igual a meia página; se esteve em página ímpar ou par, e se ocupou a parte superior ou inferior da página. No **b) recurso gráfico** verifica-se se a matéria foi acompanhada por foto ou gráfico que auxiliam o entendimento do leitor e valorizam a matéria em questão. No **c) rela-**

ção com a capa mostra-se se a matéria foi citada na capa, como manchete ou chamada de capa, ou não. E por fim, no **d) relação com o editorial** aponta-se se o assunto abordado foi tema do posicionamento particular do jornal, dado, pelas regras do jornalismo, em editorial. As análises seguem abaixo.

1 -Matéria: *Extinção da cobrança de taxa de bombeiros até 2007 passa por Comissão*

Data: 4 de fevereiro de 2009

Chaves da compreensão do conteúdo:

a) **Fontes de informação:** *quatro fontes:* Rodrigo Agostinho, prefeito de Bauru; vereador José Roberto Martins Segalla (DEM); vereador José Carlos Pereira Batata (PT); tenente coronel do comando do grupamento dos Bombeiros, Peres Santiago Rodrigues. O “outro lado” *foi ouvido*.

b) **Assunto em questão:** A oposição e a situação da Câmara aprovam proposta do Executivo de extinguir a cobrança de valores da Taxa dos Bombeiros retroativa dos anos 2005 e 2007.

c) **Contextualização do tema:** *Insatisfatória.* Não foi explicado, por exemplo, desde quando existe essa taxa e qual a sua finalidade – esta segunda informação seria essencial para a matéria que trata justamente sobre um tributo. Também não foram apontados valores referentes à taxa.

d) **Abordagem das políticas públicas:** *Superficial.* Apenas aborda-se uma questão de política pública, mas não se menciona legislação e, por exemplo, qual é o direito dos cidadãos a partir do pagamento dessa taxa ou as implicações na falta desse pagamento. Também não é mencionado o impacto dessas taxas aos cofres públicos.

e) **Menção dos trâmites que envolvem o trabalho do legislativo em relação às políticas públicas:** *insatisfatória.* A matéria informa que a aprovação ocorreu na primeira reunião da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, mas não explicou, por exemplo, se a aprovação é definitiva ou se haverá outras votações.

Importância dedicada ao jornal para a matéria

espaço ocupado: *meia página; parte superior; página ímpar*

recursos gráficos: *não houve*

relação com a capa: *não houve*

relação com o editorial: *não houve*

2 - Matéria: *Vereadores pedem informações sobre a habitação e o Terminal Rodoviário*

Data: 5 de fevereiro de 2009

Chaves da compreensão do conteúdo:

a) **Fontes de informação:** *duas fontes:* Amarildo Aparecido de Oliveira, vereador pelo PPS; e Paulo Eduardo de Souza, vereador pelo PSB. O “outro lado” não *foi ouvido*.

b) **Assunto em questão:** Os vereadores Amarildo Aparecido de Oliveira e Paulo Eduardo de Souza pediram informações para a administração municipal em relação a ações desenvolvidas no âmbito da Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural (Emdurb), Batalhão da Polícia Militar (PM), Instituto Branemark e Companhia de Habitação Popular de Bauru (Cohab).

c) **Contextualização do tema:** *insatisfatória*. Apenas são citados os questionamentos dos vereadores, sem informação sobre os motivos que os levam, por exemplo, a esses questionamentos. Também não é dado espaço para as entidades alvo de questionamentos.

d) **Abordagem das políticas públicas:** *superficial*. Apenas são citados temas sintonizados com políticas públicas, sem qualquer esclarecimento sobre esses assuntos.

e) **Menção dos trâmites que envolvem o trabalho do legislativo em relação às políticas públicas:** *insatisfatória*. Citou-se que as informações foram solicitadas através de dispositivo da Lei Orgânica, onde o Executivo tem prazo para cumprir o envio de dados, mas não se indicou qual é esse prazo como forma de situar o leitor e esclarecer o uso dessa ferramenta. Enfim, seria um requerimento? Não consta no texto.

Importância dedicada ao jornal para a matéria

a) **espaço ocupado:** *menor que meia página; parte inferior; página par*

b) **recursos gráficos:** *não houve*

c) **relação com a capa:** *não houve*

d) **relação com o editorial:** *não houve*

3 - Matéria: *Vereadores novatos estréiam projetos*

Data: 16 de fevereiro de 2009

Chaves da compreensão do conteúdo:

a) **Fontes de informação:** *nenhuma. O “outro lado” não foi ouvido (não houve críticas e acusações, mas prevaleceu apenas uma visão).*

b) **Assunto em questão:** A matéria informa quais serão os primeiros projetos de lei da Câmara Municipal de Bauru em 2009, apontando também que vereadores novatos estréiam projetos. A matéria informa que a pauta do dia tem sete propostas: quatro projetos de lei, um projeto de resolução e dois projetos de decreto legislativos, além de quatro moções.

c) **Contextualização do tema:** *média.* A matéria informa sobre a autoria de cada proposta que será apresentada e pontua objetivos e justificativas. Por outro lado, não se aprofunda em nenhum dos assuntos.

d) **Abordagem das políticas públicas:** *média.* São citadas intenções de medidas que se referem às políticas públicas, como a criação da Central de Atendimento ao Cidadão de Bauru, com número 0800 e serviço pela Internet, para que o cidadão possa fazer solicitações, reclamações, dar sugestões ou fazer denúncias. Outro exemplo é o projeto de lei que reajusta os vale-compras dos servidores da Câmara e pensionistas, com explicações sobre o valor atual do vale e o valor proposto, entre outras. Por outro lado, como a matéria aborda diferentes assuntos que estarão na pauta e cita todos, não há uma abordagem aprofundada de cada assunto (neste caso, o espaço necessário para a abordagem aprofundada de cada uma das questões teria que ser amplo).

e) **Menção dos trâmites que envolvem o trabalho do legislativo em relação às políticas públicas:** *satisfatória.* A matéria situou o leitor sobre os motivos de até aquele momento não terem sido apresentados projetos de lei de autoria dos vereadores -porque estavam em recesso-, informou todas as propostas que iriam estar na pauta da sessão da Câmara naquele dia e contextualizou sobre objetivos das propostas. Também explicou que os projetos que foram adiados na sessão passada, voltam para a pauta.

Importância dedicada ao jornal para a matéria

a) **espaço ocupado:** *meia página; parte superior; página ímpar*

b) **recursos gráficos:** *duas fotos* (de dois vereadores que apresentarão propostas na pauta do dia)

c) **relação com a capa:** *não houve*

d) **relação com o editorial:** *não houve*

4 - Matéria: *Após 45 dias, acaba lua-de-mel dos vereadores com o prefeito.*

Data: 17 de fevereiro de 2009

Chaves da compreensão do conteúdo:

a) **Fontes de informação:** *oito fontes:* Roque Ferreira, vereador pelo PT; Fabiano Mariano, vereador pelo PDT; Amarildo Aparecido de Oliveira, vereador pelo PPS; pastor Luis Barbosa, vereador pelo PTB e presidente da Câmara; Marcelo Borges, vereador pelo PSDB; Natalino Davi da Silva, vereador pelo PV; Renato Purini, vereador pelo PMDB; e Rodrigo Agostinho, prefeito de Bauru. O “outro lado” *foi ouvido*, mas não foi dada voz a ele sobre todas as questões alvos de críticas. No intertítulo “Inoperância da Sear”, por exemplo, cujo assunto foi estendido para três parágrafos, não é citada qualquer manifestação da prefeitura a esse respeito.

b) **Assunto em questão:** A terceira sessão da Câmara Municipal de Bauru foi marcada por críticas dos integrantes do Legislativo ao chefe do Executivo, sobre a falta de ações do governo, indefinição de programas em relação a secretários e dúvidas sobre planejamento.

c) **Contextualização do tema:** *insatisfatória.* A matéria cita as várias críticas que foram tecidas durante a sessão ao prefeito, mas não se aprofunda em nenhuma questão, também não traz dados concretos, como estatísticos, por exemplo, que poderiam comprovar as críticas feitas.

d) **Abordagem das políticas públicas:** *superficial.* A matéria só cita assuntos referentes a políticas públicas, como sistema de habitação e a Secretaria das Administrações Regionais (Sear). No caso das informações sobre a Sear, por exemplo, houve três parágrafos para expor as críticas de três vereadores sobre a sua ineficiência, mas não é mencionada sequer a função dessa Secretaria para situar o leitor, também não expõe quando foi criada. E apesar de a matéria conter muitas críticas sobre diferentes assuntos, acusando a administração municipal de falta de ações, indefinições, entre outras, nenhuma legislação que trate de políticas públicas é mencionada.

e) **Menção dos trâmites que envolvem o trabalho do legislativo em relação às políticas públicas:** *sem menção.*

Importância dada pelo jornal para a matéria

a) **espaço ocupado:** *maior que meia página; parte superior; página ímpar*

b) **recursos gráficos:** *duas fotos* (uma referente à aprovação do vale-compra para o servidor da Câmara e outra sobre a posse do vereador Moisés Rossi; observação: esta segunda informação não constou no texto em questão)

c) **relação com a capa:** *foi manchete*

d) **relação com o editorial:** *não houve*

5 - Matéria: *Rodrigo acolhe proposta para estender licença maternidade de 4 para 6 meses*

Data: 21 de fevereiro de 2009

Chaves da compreensão do conteúdo:

a) **Fontes de informação:** *duas fontes:* Rodrigo Agostinho, prefeito de Bauru; e Fernando Mantovani, vereador pelo PSDB. O “outro lado” *foi ouvido*.

b) **Assunto em questão:** O prefeito de Bauru vai encaminhar, no próximo mês, projeto de lei para estender a licença maternidade de quatro para seis meses, para as servidoras públicas municipais. Informação é divulgada após reunião do prefeito com os vereadores Fernando Mantovani e Mônica Rossi, representantes do Conselho Municipal da Condição Feminina, OAB/Bauru e PSDB Mulher.

c) **Contextualização do tema:** *insatisfatória.* A matéria não utiliza informações complementares que valorizariam a matéria e proporcionariam melhor entendimento. Não diz, por exemplo, quantas mulheres seriam beneficiadas, nem em quais outras prefeituras da região essa medida já prevalece (ou se Bauru é a primeira).

d) **Abordagem das políticas públicas:** *superficial.* A matéria só aborda um tema que é referente a política pública. Entretanto, não explica que legislação federal é essa, o que ela prevê, quais os benefícios para as mães e seus filhos recém-nascidos, se há isenções dadas ao empregador que aceitar conceder a extensão do benefício. O assunto licença-maternidade, aliás, foi o principal, mas outros assuntos envolvendo políticas públicas foram mencionados, como a procura de um local adequado para a Casa Abrigo para mulheres e a criação de uma Casa Abrigo para meninas usuárias de substâncias psicoativas. Entretanto, não houve citação de quaisquer objetivos com essas medidas.

e) **Menção dos trâmites que envolvem o trabalho do legislativo em relação às políticas públicas:** sem menção. Não explicou, por exemplo, qual o processo adotado a partir do envio do projeto de Lei à Câmara, nem que os vereadores poderiam aprovar ou rejeitar a proposta. Apesar de já trazer como título “Rodrigo acolhe proposta para estender licença maternidade de quatro para seis meses” não explicou que, na prática, a medida está condicionada à aprovação do Legislativo, que ainda não votou a proposta, ou seja, o título ignora o papel da Câmara para fazer funcionar essa medida ou não.

Importância dada pelo jornal para a matéria

- a) **espaço ocupado:** *menor que meia página; parte inferior; página ímpar*
- b) **recursos gráficos:** *não houve*
- c) **relação com a capa:** *não houve*
- d) **relação com o editorial:** *não houve*

6 - Matéria: *Câmara discute a taxa de bombeiros*

Data: 25 de fevereiro de 2009

Chaves da compreensão do conteúdo:

- a) **Fontes de informação:** *uma fonte:* Rodrigo Agostinho, prefeito de Bauru. O “outro lado” *não foi ouvido* (prevaleceu apenas uma visão dos fatos)
- b) **Assunto em questão:** Devido ao Carnaval, a sessão da Câmara foi adiada da segunda, 23, para a quarta, 25, e a matéria informa que os vereadores vão analisar, durante a sessão, o projeto de lei que pretende extinguir o lançamento da Taxa de Bombeiros, de 2005 a 2007, além de votar projeto que permite a permuta de imóveis para a remoção de favelas do Parque Real.
- c) **Contextualização do tema:** *média.* A matéria dá algumas informações complementares referentes à taxa de bombeiros em relação aos exercícios 2005 e 2007, porém não traz informações fundamentais, como qual é a finalidade da taxa, o valor e qual é a arrecadação mensal ou anual conseguida a partir dela.
- d) **Abordagem das políticas públicas:** *superficial.* Para este quesito, valem as mesmas explicações do item acima. E pode-se acrescentar que a matéria tratou sobre o “imbróglio” para remover a favela do Parque Real, mas em nenhum momento mencionou o que diz a legislação sobre habitação e quais os benefícios dessa remoção para a coletividade.
- e) **Menção dos trâmites que envolvem o trabalho do legislativo em relação às políticas públicas:** *satisfatória.* A matéria orienta o leitor sobre quais projetos estarão na pauta da Câmara e de quem é a autoria, estabelecendo uma forma de agenda.

Importância dada pelo jornal para a matéria

- a) **espaço ocupado:** *meia página; parte superior; página ímpar*
- b) **recursos gráficos:** *uma foto* (dos vereadores durante a sessão)

c) **relação com a capa:** *foi chamada de capa*

d) **relação com o editorial:** *não houve*

7 - Matéria: *Audiência quer avaliar as associações*

Data: 26 de fevereiro de 2009

Chaves da compreensão do conteúdo:

a) **Fontes de informação:** *quatro fontes:* Chiara Ranieri, vereadora pelo DEM; Roque Ferreira, vereador pelo PT; Roberval Sakai, vereador pelo PP; e Paulo Eduardo de Souza, vereador pelo PSB. O “outro lado” *não foi ouvido*.

b) **Assunto em questão:** Câmara de Bauru marca para a próxima semana, no dia 3 de março, audiência pública em plenário para discutir a situação das associações de moradores. O que motiva a audiência, segundo a matéria, são a estrutura precária, a dificuldade de acesso a respostas por serviços públicos e a inabilitação de pelo menos 70 das 100 representações existentes.

c) **Contextualização do tema:** *insatisfatória*. A matéria não orienta o leitor, por exemplo, sobre desde quando existem essas associações em Bauru, e, como, pelo menos em linhas gerais, é a sua estrutura. E no intertítulo “Taxa dos bombeiros até 2007 terá cobrança extinta”, agora, que tratou sobre o desfecho da aprovação da extinção dessa taxa, mais uma vez, não cita sequer o valor dessa taxa ou o valor acumulado que o tributo representa aos cofres públicos — informações essenciais.

d) **Abordagem das políticas públicas:** *superficial*. Apenas são tratados assuntos de políticas públicas. Não há menção de qualquer legislação referente às Associações de Bairros, há críticas de que elas não funcionam, mas não há explicação sobre quais são as funções dessas entidades.

e) **Menção dos trâmites que envolvem o trabalho do legislativo em relação às políticas públicas:** *insatisfatória*. A matéria informa que a audiência é proposta a partir de um pedido da vereadora Chiara Ranieri, que foi aprovado pelos demais vereadores. Em contrapartida, não foi explicado qual o papel da Câmara nessa audiência, nem a partir da realização dela qual o procedimento que terá que ser adotado, ou seja, como o legislativo poderá influir nesse processo.

Importância dada pelo jornal para a matéria

a) **espaço ocupado:** *menor que meia página; parte superior; página ímpar*

b) **recursos gráficos:** *uma foto* (da vereadora Chiara, que formulou o pedido de audiência)

- c) **relação com a capa:** *não houve*
- d) **relação com o editorial:** *não houve*

8 - Matéria: *Projeto defende sistema de energia solar para prédios*

Data: 27 de fevereiro de 2009

Chaves da compreensão do conteúdo:

- a) **Fontes de informação:** *uma fonte:* Fabiano Mariano, vereador pelo PDT. O “outro lado” *não foi ouvido*. A proposta foi feita, mas o que a prefeitura, ou seja, o Executivo tem a dizer?
- b) **Assunto em questão:** Dá entrada na Câmara de Bauru um projeto de lei do vereador Fabiano Mariano, do PDT, que institui o Programa de Instalação de Sistemas de Aquecimento de Água por Energia Solar em Edificações de Natureza Pública.
- c) **Contextualização do tema:** *média*. A matéria dá uma série de informações sobre o que prevê o projeto, mas falta explicar, por exemplo, o que é o sistema de aquecimento por energia solar e como, de fato, ele funciona. Outra informação complementar que valorizaria a matéria seria abordar quantas administrações no Estado já trabalham com essa medida, ou ainda se há cidades na região que já tiveram a iniciativa, ou se a iniciativa é pioneira.
- d) **Abordagem das políticas públicas:** *aprofundada*. Em oito parágrafos de texto, a matéria expôs de forma aprofundada quais as diretrizes do projeto de lei, suas implicações e benefícios para a população e o meio ambiente: preservação do meio ambiente, economia com esses gastos na administração pública (com valor que poderia ser direcionado para outras ações com foco na coletividade) e aproveitamento de uma fonte de energia.
- e) **Menção dos trâmites que envolvem o trabalho do legislativo em relação às políticas públicas:** *satisfatória*. A matéria informa que o projeto de lei do vereador deu entrada na última sessão, agora vai passar pelas Comissões Permanentes da Casa para depois, se aprovado, fazer parte da pauta de votação do legislativo. Essa informação é capaz de situar o leitor sobre o trabalho e os aspectos burocráticos do legislativo.

Importância dada pelo jornal para a matéria

- a) **espaço ocupado:** *menor que meia página; parte superior; página ímpar*
- b) **recursos gráficos:** *não houve*
- c) **relação com a capa:** *não houve*

d) **relação com o editorial:** *não houve*

9 - Matéria: *Pastor critica Rodrigo e falta de ação*

Data: 28 de fevereiro de 2009

Chaves da compreensão do conteúdo:

a) **Fontes de informação:** *duas fontes:* pastor Luiz Carlos Rodrigues Barbosa, presidente da Câmara e Rodrigo Agostinho, prefeito de Bauru. O “outro lado” *foi ouvido*.

b) **Assunto em questão:** O presidente da Câmara Municipal de Bauru, pastor Luiz Carlos Rodrigues Barbosa (PTB), rebate informações prestadas pela administração municipal a respeito das despesas com a estrutura da Secretaria das Administrações Regionais (Sear), critica falta de ação e pede para o prefeito mostrar ações de curto e médio prazo.

c) **Contextualização do tema:** *média.* Foram apresentados números que auxiliam no entendimento das críticas, entretanto, faltam informações sobre o papel da Sear, por exemplo — Secretaria que é alvo de críticas.

d) **Abordagem das políticas públicas:** *superficial.* Somente citados assuntos referentes a políticas públicas, mas não há esclarecimentos sobre essas políticas, quanto às finalidades.

e) **Menção dos trâmites que envolvem o trabalho do legislativo em relação às políticas públicas:** *satisfatória.* A matéria se concentra em críticas feitas pelo presidente do legislativo em direção ao Executivo, mas informa que a intenção é que o prefeito apresente para a sociedade as suas propostas para que o Legislativo possa exercer os seus papéis de “opinar, colaborar, discutir e apontar caminhos”.

Importância dada pelo jornal para a matéria

a) **espaço ocupado:** *meia página;* parte superior; página ímpar

b) **recursos gráficos:** *uma foto* (do presidente da Câmara conversando com o prefeito)

c) **relação com a capa:** *manchete*

d) **relação com o editorial:** *não houve*

10 - Matéria: *Câmara discutirá hoje assinatura de convênios para repasses a entidades*

Data: 2 de março de 2009

Chaves da compreensão do conteúdo:

- a) **Fontes de informação:** *nenhuma*. O “outro lado” não foi ouvido.
- b) **Assunto em questão:** O texto informa que a quinta sessão da Câmara Municipal de Bauru — marcada para ser realizada às 14 horas do mesmo dia em que foi publicada a matéria — tem na pauta as discussões de autorização para que o Executivo possa assinar novos convênios para repasse de recursos a entidades assistenciais. Também divulga que na pauta do dia está a votação de outro projeto, este que dá nova redação ao lançamento da campanha da Fraternidade.
- c) **Contextualização do tema:** *insatisfatória*. A matéria não informou o leitor sobre o trabalho das novas entidades que pleiteiam ser beneficiadas, nem citou quais são elas, considerações que seriam importantes para a ocasião. O texto também anuncia que um outro projeto de lei que será votado irá corrigir o texto da lei em vigor que não especifica se o lançamento da Campanha da Fraternidade realizada pelos católicos tem de ser feito por sessão solene ou ordinária no legislativo. A mudança no projeto em questão é para corrigir essa dúvida, no entanto, não é informado qual o tipo de sessão proposta.
- d) **Abordagem das políticas públicas:** *superficial*. Não foi abordado o trabalho desempenhado pelas entidades atualmente, nem valores propostos de subvenções e quais as melhorias possíveis a partir da aprovação desses recursos do poder público.
- e) **Menção dos trâmites que envolvem o trabalho do legislativo em relação às políticas públicas:** *insatisfatória*. A matéria informa os principais assuntos que serão discutidos na ordem do dia, mas não indica quaisquer procedimentos. Se a aprovação, por exemplo, ocorre apenas com uma votação ou se são necessárias outras votações do plenário. Também não foi citado que o Executivo encaminhou o projeto à Câmara. É uma informação que, para uma pessoa mais consciente dos trâmites da Câmara, está subentendido, mas não se pode dizer o mesmo em relação a um leigo no assunto (entenda-se aqui a grande maioria da população).

Importância dada pelo jornal para a matéria

- a) **espaço ocupado:** *menor que meia página; parte inferior; página ímpar*
- b) **recursos gráficos:** *não houve*
- c) **relação com a capa:** *não houve*
- d) **relação com o editorial:** *não houve*

11 - Matéria: *Pauta da Câmara ainda não engrenou*

Data: 3 de março de 2009

Chaves da compreensão do conteúdo:

a) **Fontes de informação:** *uma fonte:* Fernando Mantovani, vereador pelo PSDB. O “outro lado” *não foi ouvido.*

b) **Assunto em questão:** Matéria informa que a segunda sessão da Câmara (que ocorreu no mesmo dia da publicação da matéria) iria contar com a votação apenas de projetos de pequena amplitude. O texto informa sobre a pauta do dia da Câmara.

c) **Contextualização do tema:** *insatisfatória.* A matéria abordou de vários assuntos — alvos de matéria na Câmara — mas não se aprofundou em nenhum.

d) **Abordagem das políticas públicas:** *superficial.* Os trechos para abordar cada um dos assuntos da pauta da Câmara foram concisos e não forneceram esclarecimentos que pudessem situar o leitor quanto à formulação das políticas públicas e proporcionar o seu entendimento. Como exemplo pode-se citar o trecho: “A primeira sessão ordinária do ano só tinha um projeto para ser votado. Porém, isso nem chegou a acontecer pois o prefeito Rodrigo Agostinho (PMDB) pediu que a proposta de permuta de terrenos entre a Prefeitura e a João Parreira Operações Imobiliárias para a construção de 34 casas para famílias que moram em favela no Parque Real fosse retirada da pauta antes mesmo de a sessão começar. O prefeito pediu mais tempo para fazer nova análise nos terrenos da prefeitura”. Trata-se de um tema relevante e que merece ser discutido, mas a informação se resumiu a esse parágrafo.

e) **Menção dos trâmites que envolvem o trabalho do legislativo em relação às políticas públicas:** *satisfatória.* A matéria foi precisa ao informar o leitor sobre a pauta da sessão da Câmara daquele dia, com as propostas a serem apreciadas, suas autorias e também mencionou as expectativas, que, segundo o texto, ficariam por conta dos pronunciamentos.

Importância dada pelo jornal para a matéria

a) **espaço ocupado:** *meia página; parte superior; página ímpar*

b) **recursos gráficos:** *uma foto (que ilustra uma sessão da Câmara)*

c) **relação com a capa:** *chamada de capa*

d) **relação com o editorial:** *não houve*

12 – Matéria: *CUT protesta na Câmara e solicita audiência para transporte coletivo*

Data: 3 de março de 2009

Chaves da compreensão do conteúdo:

a) **Fontes de informação:** *não houve*. O “outro lado” *não foi ouvido*.

b) **Assunto em questão:** A Subsede Bauru da Central Única dos Trabalhadores (CUT) realiza em frente à Câmara Municipal de Bauru protesto contra a qualidade dos serviços no Transporte Coletivo urbano, reclamações contra assaltos e atos de vandalismo nas linhas e defesa do retorno de cobradores em todos os itinerários.

c) **Contextualização do tema:** *insatisfatória*. Somente uma posição foi destacada. Também não há informações que seriam importantes para o entendimento, como a menção de desde quando há a falta de cobradores e por qual motivo eles não atuam mais nas linhas. Também não houve contextualização das ocorrências de assaltos e atos de vandalismos que também foram motivos do protesto. Enfim, isso ocorre com frequência ou não? O leitor não obteve a resposta por meio da matéria.

d) **Abordagem das políticas públicas:** *superficial*. Não houve informações que possibilitassem o entendimento do leitor quanto à adoção das atuais políticas públicas no setor, nem foram apontadas possíveis soluções para os problemas citados.

e) **Menção dos trâmites que envolvem o trabalho do legislativo em relação às políticas públicas:** *insatisfatória*. A discussão sobre a falta de cobradores foi solicitada para ser realizada em audiência pública. O texto informa que o pedido foi recebido pelo vereador Roque Ferreira (PT) e será encaminhado junto à presidência da Casa de Leis. Mas o que será feito a partir daí? Quem define se haverá ou não a audiência pública? Essas perguntas ficaram “no ar”.

Importância dada pelo jornal para a matéria

a) **espaço ocupado:** *menor que meia página; parte inferior; página par*

b) **recursos gráficos:** *não houve*

c) **relação com a capa:** *não houve*

d) **relação com o editorial:** *não houve*

13 - Matéria: *Prefeito reduzirá nomeações na Sear”, com o intertítulo “Vereadores questionam as indicações políticas*

Data: 3 de março de 2009

Chaves da compreensão do conteúdo:

- a) **Fontes de informação:** *três fontes:* Marcelo Borges, vereador pelo PSDB; pastor Luiz Carlos Rodrigues Barbosa, vereador pelo PTB, presidente da Câmara Municipal de Bauru; e Natalino Davi da Silva, vereador pelo PV. O “outro lado” não *foi ouvido*.
- b) **Assunto em questão:** A nomeação de 10 pessoas em cargo de confiança para a Secretaria das Administrações Regionais (Sear) é alvo de críticas na sessão da Câmara Municipal de Bauru. Vários parlamentares usaram seu tempo na tribuna para cobrar uma posição do titular da pasta Cláudio da Silva Gomes.
- c) **Contextualização do tema:** *média.* Não há explicações consistentes sobre a função dessa Secretaria, nem desde quando existe. O titular da pasta também não dá o seu posicionamento em relação às considerações feitas pelos vereadores. Em contrapartida, são citados números de atendimentos e problemas enfrentados pela Sear.
- d) **Abordagem das políticas públicas:** *média.* Há informações que dão algum esclarecimento sobre a estrutura da Sear e objetivos da administração pública, mas o texto dá muito mais ênfase à questão das nomeações. Também não há qualquer legislação mencionada, que possibilite entender melhor essa política pública.
- e) **Menção dos trâmites que envolvem o trabalho do legislativo em relação às políticas públicas:** *insatisfatória.* A matéria informa que os vereadores utilizaram a tribuna para fazer críticas, mas não contextualiza indicando quais os procedimentos a serem adotados a partir daí.

Importância dada pelo jornal para a matéria

- a) **espaço ocupado:** *meia página; parte superior; página par*
- b) **recursos gráficos:** *uma foto* (de vereadores que criticam a estrutura da Sear)
- c) **relação com a capa:** *chamada de capa*
- d) **relação com o editorial:** *não houve*

14- Matéria: *Associações sobrevivem irregulares*

Data: 4 de março de 2009

Chaves da compreensão do conteúdo:

a) **Fontes de informação:** *três fontes*: Jesus Adriano dos Santos, presidente da Federação da União das Associações de Moradores de Bauru e Região Centro-Oeste; Chiara Ranieri, vereadora pelo DEM; e Cláudio da Silva Gomes, da Secretaria das Administrações Regionais (Sear). O “outro lado” *foi ouvido*.

b) **Assunto em questão:** As associações de moradores de Bauru estão, em sua maioria, em situação de irregularidade perante o novo Código Civil. Uma audiência pública realizada na Câmara Municipal de Bauru abordou o tema.

c) **Contextualização do tema:** *média*. A matéria traz informações sobre o número de associações existentes no município, também o comparando com o passado e expõe posicionamentos divergentes. Entretanto, não há esclarecimentos quanto a estrutura das associações e, o mais importante, o papel delas perante a sociedade. Quando elas surgiram? O que são? Qual a diretriz a ser perseguida? Esses aspectos foram ignorados pelo jornal.

d) **Abordagem das políticas públicas:** *média*. A matéria faz referências ao procedimento necessário para manter as associações legalizadas, fazer um raio-X do setor e organizá-lo. Mas faltou informar sobre o papel das associações.

e) **Menção dos trâmites que envolvem o trabalho do legislativo em relação às políticas públicas:** *satisfatória*. A matéria informa que representantes das associações buscaram apoio do legislativo e que a partir daí foi promovida a audiência pública, que ofereceu esclarecimentos em torno do tema. O texto também indica que as soluções poderão ser implementadas por meio de várias instituições, citando elas. No último parágrafo, também é divulgada uma nova audiência que irá ocorrer, para debater sobre outro tema, a data e o horário.

Importância dada pelo jornal para a matéria

a) **espaço ocupado:** *maior que meia página; parte superior; página ímpar*

b) **recursos gráficos:** *uma foto* (geral dos participantes da audiência)

c) **relação com a capa:** *chamada de capa*

d) **relação com o editorial:** *não houve*

15 - Matéria: *Lei para calçadas retorna com multas*

Data: 6 de março de 2009

Chaves da compreensão do conteúdo:

a) **Fontes de informação:** *uma fonte*. Rodrigo Agostinho, prefeito de Bauru. O “outro lado” *não foi ouvido* (neste caso, poderíamos citar como “o outro lado” alguma expectativa em relação à Câmara quanto o assunto ou mesmo munícipes).

b) **Assunto em questão:** O prefeito de Bauru encaminha para a Câmara Municipal projeto de lei que disciplina o uso de passeio e logradouro públicos. Com o projeto de lei, a prefeitura quer eliminar o vácuo proporcionado pela falta dessa legislação, que impossibilita o poder público notificar e punir munícipes que estão com calçadas destruídas ou sem pavimento.

c) **Contextualização do tema:** *média*. Há informações sobre os motivos que justificam porque desde 2008 a Secretaria Municipal de Planejamento (Seplan) não pode atuar na notificação e punição de munícipes que estão com calçadas destruídas ou sem pavimento (devido à falta de norma e esclarecimentos sobre aspectos da lei). Porém, não há informações essenciais, como as penalidades previstas em caso de desrespeito, e os problemas ocasionados por essa situação.

d) **Abordagem das políticas públicas:** *média*. Em sete parágrafos, a matéria fornece subsídios para situar o leitor quanto aos objetivos da lei e fornece explicações sobre porque o setor competente não atua, desde 2008, quando é acionado e recebe reclamação referente a problemas com calçadas: devido à falta de legislação. Faltou, entretanto, um aprofundamento na legislação, que poderia falar, por exemplo, do direito do cidadão de ir e vir — prejudicado por calçadas destruídas ou sem pavimento.

e) **Menção dos trâmites que envolvem o trabalho do legislativo em relação às políticas públicas:** *insatisfatória*. O título já condiciona o fato como já aprovado pela Câmara: “Lei para calçadas retorna com multas”, mas na verdade, o prefeito encaminhou o projeto ao Legislativo e ainda está sujeito à aprovação. No texto, é informado que o projeto foi encaminhado à Câmara, mas não há informação de qual a expectativa quanto à data para votação, e só depois dela é que a medida pode entrar em vigor.

Importância dada pelo jornal para a matéria

a) **espaço ocupado:** *menor que meia página; parte superior; página ímpar*

b) **recursos gráficos:** *uma foto* (que ilustra uma calçada, mas não é possível identificar problemas nela e a legenda, então, é contraditória, já que informa que “proprietários de imóveis terão prazo para se adequar para reformar ou instalar calçadas”).

c) **relação com a capa:** *não houve*

d) **relação com o editorial:** *não houve*

16 - Matéria: *Rodrigo envia projeto de taxas e de verba para a coleta seletiva*

Data: 7 de março de 2009

Chaves da compreensão do conteúdo:

a) **Fontes de informação:** *não houve*. O “outro lado” *não foi ouvido*.

b) **Assunto em questão:** O prefeito Rodrigo Agostinho (PMDB) envia à Câmara Municipal de Bauru os projetos de lei que unificam 15 taxas de fiscalização e o que pretende regularizar parceria com cooperativa de recicláveis, para permitir o recebimento de R\$ 400 mil para ampliação do programa de coleta seletiva.

c) **Contextualização do tema:** *média*. Diferente de outra matéria que anteriormente havia abordado o mesmo assunto — unificação das taxas — esta foi complementada com informações em relação aos valores que o pagamento dessas taxas de fiscalização de estabelecimentos representam aos cofres públicos. Por outro lado, faltaram informações complementares em relação ao projeto para o recebimento de R\$ 400 mil para a ampliação do programa de coleta seletiva, como, por exemplo, como ele funciona atualmente? Envolve quantas famílias? Quais os benefícios que poderão resultar do recebimento dos R\$ 400 mil para investimento em compra de equipamentos, caminhões e reforma do barracão?

d) **Abordagem das políticas públicas:** *média*. O texto cita as principais informações previstas na proposta da prefeitura que foi encaminhada à Câmara. Também há menção de legislação pertinente, mas faltam esclarecimentos sobre os benefícios dessas políticas públicas, em especial à relacionada à coleta seletiva.

e) **Menção dos trâmites que envolvem o trabalho do legislativo em relação às políticas públicas:** *não houve*.

Importância dada pelo jornal para a matéria

a) **espaço ocupado:** *menor que meia página; parte superior; página ímpar*

b) **recursos gráficos:** *não houve*

c) **relação com a capa:** *não houve*

d) **relação com o editorial:** *não houve*

17 - Matéria: Vereadores reagem contra mais radares

Data: 11 de março de 2009

Chaves da compreensão do conteúdo:

a) **Fontes de informação:** *cinco fontes*. Renato Purini, vereador pelo PMDB; José Carlos Pereira Batata, vereador pelo PT; Roberto Sakai Bastos Pinto, vereador pelo PP; Gilberto dos Santos, vereador pelo PSDB; e Rubito Ribeiro, presidente da Emdurb (Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru). O “outro lado” *foi ouvido*.

b) **Assunto em questão:** Proposta da Emdurb de dobrar de cinco para 10 radares fixos multando no trânsito desagradou os vereadores tanto da oposição quanto da situação. E uma audiência pública marcada para a próxima sexta-feira, na Câmara, vai discutir o plano de metas de 2009 no setor viário.

c) **Contextualização do tema:** *insatisfatória*. A matéria se concentra muito nas críticas e posições particulares dos vereadores, mas não há a contextualização com especialistas no assunto, que poderia acrescentar muito ao texto. Também indica um déficit financeiro na Emdurb, em dois momentos na matéria, mas não são citados valores, que ampliariam o entendimento do leitor em torno do assunto. Outra opção seria relacionar experiência(s) de sucesso em cidades do mesmo porte de Bauru, que conseguiram redução de acidentes, com ou sem radar, que poderia servir de subsídio.

d) **Abordagem das políticas públicas:** *média*. Aborda-se essa política de ampliação da fiscalização eletrônica e um representante da Emdurb explica as intenções: reduzir acidentes e mortes. A matéria também aponta número de mortes, que teria aumentado em relação ao mesmo período do ano passado, e muitos acidentes teriam tido como causa o excesso de velocidade. São esclarecimentos importantes ao tratar dessa política pública. Entretanto, nenhuma lei é mencionada, nenhum exemplo de êxito também e não há um aprofundamento em torno da questão. Também cita que a audiência será para tratar sobre o plano de metas 2009 no setor viário, mas não explica o que é esse plano.

e) **Menção dos trâmites que envolvem o trabalho do legislativo em relação às políticas públicas:** *insatisfatória*. A matéria poderia informar quais os mecanismos que os vereadores, que em massa criticaram a proposta, têm para modificá-la, ou quais os procedimentos adotados a partir da audiência. Mas um ponto positivo foi a agenda feita: o leitor foi informado de que haverá discussão em torno do assunto.

Importância dada pelo jornal para a matéria

- a) **espaço ocupado:** *meia página; parte superior; página par*
- b) **recursos gráficos:** *uma foto* (de uma placa que indica a existência de fiscalização eletrônica)
- c) **relação com a capa:** *chamada de capa*
- d) **relação com o editorial:** *não houve*

18 - Matéria: *Estado vai suprir 1.700 vagas escolares*

Data: 12 de março de 2009

Chaves da compreensão do conteúdo:

- a) **Fontes de informação:** *três fontes:* Marcelo Borges, Giba dos Santos e Fernando Mantovani, todos vereadores da bancada do PSDB. O “outro lado” *não foi ouvido.*
- b) **Assunto em questão:** Os vereadores da bancada tucana anunciam que o governo do Estado vai construir três novas escolas públicas em Bauru, nos bairros Jardim Tangarás, Vila Dutra e Nova Bauru. As solicitações foram feitas ao deputado Pedro Tobias (PSDB) que foi o autor do pedido junto ao governador José Serra (PSDB). Os três vereadores também culpam a gestão passada pelo imprevisto na Educação municipal.
- c) **Contextualização do tema:** *média.* A matéria indica certa consistência ao indicar números, como o de estudantes que serão beneficiados, números de estudantes que precisam deixar seus bairros para estudar em outras localidades, por falta de vagas, informa qual a obra mais adiantada e o valor investido nela. Porém, deixa de citar a estimativa de valores a serem investidos nas outras duas escolas e, o principal: as escolas vão suprir 1.700 vagas, mas qual é a expectativa de tempo para atingir esse objetivo? Essa informação também não foi dada.
- d) **Abordagem das políticas públicas:** *média.* Há informações relevantes, como a importância de novas escolas para o município e os problemas ocasionados pela falta delas. Mas a matéria também divulga que foram improvisadas 2.114 vagas no primeiro ano do ensino fundamental para abrigar os alunos que completaram 6 anos e que, por determinação legal, não podem frequentar mais o último ano do ensino infantil, no entanto, não são mencionadas as condições atuais dos alunos e das classes com esse imprevisto, nem o que é e o que prevê essa legislação que implanta o ensino fundamenta de 9 anos.

e) **Menção dos trâmites que envolvem o trabalho do legislativo em relação às políticas públicas:** *satisfatória*. A matéria só citou que os vereadores fizeram a solicitação a um deputado federal do mesmo partido, que se encarregou do pedido junto ao governo do Estado. Mais adiante, um vereador também declara que a bancada tucana vai trabalhar em busca de melhorias nas outras escolas do município, ou seja, foi explicitada uma das importantes funções dos vereadores, a de “intervir para que sejam viabilizadas ações de interesse público”. Outro vereador diz que a secretária de Educação foi convocada para participar de uma audiência pública na Câmara, na intenção de “cobrar” — mais um papel do Legislativo — que as ações da prefeitura sejam cumpridas.

Importância dada pelo jornal para a matéria

- a) **espaço ocupado:** *meia página; parte superior; página ímpar*
- b) **recursos gráficos:** *uma foto* (dos três vereadores que fizeram o anúncio das obras)
- c) **relação com a capa:** *não houve*
- d) **relação com o editorial:** *não houve*

19 - Matéria: *Monti vai atacar remendos em salários*

Data: 13 de março de 2009

Chaves da compreensão do conteúdo:

- a) **Fontes de informação:** *duas fontes*. José Fernando Monti, secretário de Saúde de Bauru; e Rodrigo Agostinho, prefeito de Bauru. O “outro lado” *não foi ouvido* (neste caso, os funcionários ou representantes deles).
- b) **Assunto em questão:** O Secretário Municipal de Saúde de Bauru, José Fernando Monti, se compromete, em audiência pública na Câmara, a resolver a disparidade de salário entre servidores municipais.
- c) **Contextualização do tema:** *satisfatória*. Números de um levantamento com foco na saúde pública do município possibilitaram a contextualização da matéria, como os exemplos de distorções entre um enfermeiro que trabalha na unidade ambulatorial e recebe salário de R\$1.089,22 e um com a mesma carga horária, mas que atua no setor de urgência e emergência e recebe R\$2.250,75, entre outros. Um gráfico também contextualiza a matéria, à medida que compara as diferenças salariais de vários cargos.

d) **Abordagem das políticas públicas:** *aprofundada*. Apesar de não ser citada qualquer legislação, a matéria ofereceu subsídios para o entendimento da política pública em questão, com levantamentos, e apontamentos de possíveis soluções para o problema e também para minimizar a demanda de consultas na área de atenção básica e de especialidades.

e) **Menção dos trâmites que envolvem o trabalho do legislativo em relação às políticas públicas:** *sem menção*

Importância dada pelo jornal para a matéria

a) **espaço ocupado:** *meia página; parte superior; página par*

b) **recursos gráficos:** *uma foto* (do secretário apresentando dados na audiência) e um *gráfico* (comparativo de diferenças salariais para um mesmo cargo).

c) **relação com a capa:** *chamada de capa*

d) **relação com o editorial:** *não houve*

20 - Matéria: *Bauru terá 800 quadras com asfalto novo*

Data: 14 de março de 2009

Chaves da compreensão do conteúdo:

a) **Fontes de informação:** *três:* Rodrigo Agostinho, prefeito de Bauru; Marcelo Borges, vereador pelo PSDB; Renato Purini, vereador pelo PMDB. O “outro lado” *foi ouvido*.

b) **Assunto em questão:** Prefeitura de Bauru detalha plano para a pavimentação de 500 quadras de terra e recape de 300 ruas com asfalto vencido, para serem feitos neste ano.

c) **Contextualização do tema:** *satisfatória*. Há a utilização de números que contextualizam e auxiliam no entendimento do contexto, como a informação de que Bauru tem 11 mil quadras pavimentadas sendo 8 mil delas com asfalto vencido há mais de 15 anos, entre outras. Valores a serem investidos também são indicados assim como a proveniência dos recursos. Um box na página auxilia o entendimento do leitor, já que explica a pavimentação por setores e bairros, convênios relacionados ao tema e que estão em execução, entre outros.

d) **Abordagem das políticas públicas:** *aprofundada*. O plano de asfaltamento, uma política pública, é bem detalhado na matéria, com informações que possibilitam o seu entendimento. Há explicações quanto a demanda existente e a cobertura possível, bem como sobre como serão custeados o recape, ou seja, problema e solução possível foram satisfatoriamente abordados.

e) **Menção dos trâmites que envolvem o trabalho do legislativo em relação às políticas públicas:** *sem menção*

Importância dada pelo jornal para a matéria

a) **espaço ocupado:** *maior que meia página; parte superior; página par*

b) **recursos gráficos:** *uma foto* (do prefeito explicando sobre o plano) e um *box* (com informações sobre os setores e bairros que receberão pavimentação e convênios em execução, entre outros).

c) **relação com a capa:** *chamada de capa*

d) **relação com o editorial:** *não houve*

21 - Matéria: *Licença-maternidade de seis meses já vale para grávidas*

Data: 17 de março de 2009

Chaves da compreensão do conteúdo:

a) **Fontes de informação:** *três fontes:* Chiara Ranieri, vereadora pelo DEM; Marcelo Mantovani, vereador pelo PSDB; e Idelma Corral, diretora do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru e Região (Sinserm). O “outro lado” *foi ouvido*

b) **Assunto em questão:** A Câmara aprova, por unanimidade, a ampliação de 120 dias para 180 dias a licença-maternidade às servidoras municipais de Bauru. Um acordo entre o Executivo e o Legislativo também possibilita que as mulheres já afastadas tenham direito ao benefício.

c) **Contextualização do tema:** *média.* A matéria traz uma série de informações relevantes para o entendimento do leitor, cita legislações e contextualiza com representante do Sinserm desde quando havia a reivindicação. Por outro lado, faltou um especialista para indicar os benefícios dessa iniciativa, para mãe e filho e também apontar o número de mulheres que terão direito ao benefício; bem como a expectativa de valores referentes à isenção fiscal, por parte da prefeitura.

d) **Abordagem das políticas públicas:** *aprofundada.* A matéria cita a legislação pertinente e dá informações objetivas sobre a lei 11.770, aprovada pelo presidente Lula, que prevê incentivo fiscal para empresas do setor privado que aderem à prorrogação da licença, indicando também que tal situação só pode ser levada para o município através de leis próprias. Também explicou o “passo a passo” para a definição dessa política pública.

e) **Menção dos trâmites que envolvem o trabalho do legislativo em relação às políticas públicas:** *satisfatória*. O texto fornece informações que levam ao entendimento do funcionamento do legislativo. Essas explicações, aliás, estão contidas em cinco dos sete parágrafos do texto. Há explicação do porquê de o benefício às grávidas afastadas, que seria acrescentado em emenda à lei, ser incorporado na regulamentação do projeto, também indica quais as modificações feitas na lei e aborda o envio do projeto pelo Executivo para, agora, passar pela etapa de aprovação por parte do Legislativo.

Importância dada pelo jornal para a matéria

- a) **espaço ocupado:** *meia página; parte superior; página ímpar*
- b) **recursos gráficos:** *uma foto* (da vereadora Chiara que, grávida, votou pela ampliação da licença)
- c) **relação com a capa:** *não houve*
- d) **relação com o editorial:** *não houve*

22 - Matéria: *Para Rodrigo, decreto foi equívoco*

Data: 18 de março de 2009

Chaves da compreensão do conteúdo:

- a) **Fontes de informação:** *duas fontes:* Rodrigo Agostinho, prefeito de Bauru; e Idelma Corral, diretora do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Sinserm). O “outro lado” *foi ouvido*.
- b) **Assunto em questão:** O prefeito de Bauru admitiu que foi um equívoco a publicação do decreto 10.884 no Diário Oficial do Municipal estipulando o reajuste de vencimentos dos servidores sem terminar a rodada de negociações com a categoria e nem aprovar a lei pela Câmara.
- c) **Contextualização do tema:** *média*. Salário de servidores municipais significa pagamento feito com recursos públicos e, portanto, caberia uma comparação do reajuste com a média ocorrida na iniciativa privada. Também não foram citados a partir de quando que o aumento deverá vigorar. Por outro lado, houve uma série de dados estatísticos e a citação de valores que foram positivos para o esclarecimento do leitor em torno do assunto.

d) **Abordagem das políticas públicas:** *média*. Houve subsídio para o entendimento do leitor quanto ao problema existente e foram apontadas as possibilidades de soluções. Mas faltou o esclarecimento sobre a média de aumento ocorrido na iniciativa privada, para efeito comparativo.

e) **Menção dos trâmites que envolvem o trabalho do legislativo em relação às políticas públicas:** *satisfatória*: Matéria consegue situar o leitor sobre como devem ser tomadas as decisões do Executivo: são necessárias negociações com a categoria envolvida e a aprovação da Câmara, antes da execução proposta.

Importância dada pelo jornal para a matéria

a) **espaço ocupado:** *meia página; parte superior; página ímpar*

b) **recursos gráficos:** *uma foto* (da rodada de negociações entre o prefeito e o Sinserm).

c) **relação com a capa:** *chamada de capa*

d) **relação com o editorial:** *não houve*

23 - Matéria: *Vereadores cobram solução imediata para viaduto Mauá*

Data: 24 de março de 2009

Chaves da compreensão do conteúdo:

a) **Fontes de informação:** *três fontes*: Fabiano Mariano, vereador pelo PDT; Fábio Manfrinato, vereador pelo DEM; e Roque Ferreira, vereador pelo PT. O “outro lado” *não foi ouvido*.

b) **Assunto em questão:** Vereadores cobram mais agilidade, em discursos durante a sessão da Câmara, no levantamento de dados técnicos para elaboração de laudo sobre o Viaduto Mauá. Também são pontuados outros assuntos que passaram pela Câmara, como aprovação de três projetos, moções de apelo e de aplausos.

c) **Contextualização do tema:** *insatisfatória*. Matéria não contou com esclarecimentos sobre a importância, por exemplo, desse viaduto e a necessidade de sua reativação, também não informa desde quando o local está interditado.

d) **Abordagem das políticas públicas:** *superficial*. Apenas abordados assuntos, sem entrar no mérito das questões. Sobre o viaduto, a mesma explicação citada no item acima cabe aqui. Acrescenta-se o fato de ser citado que foi aprovado um projeto que altera a redação do artigo 1º da lei 5.666, de autoria da prefeitura, mas nem é mencionado o que estabelece esse projeto e a lei referida, ou seja, impossível de o leitor se informar a partir de tais informações.

e) **Menção dos trâmites que envolvem o trabalho do legislativo em relação às políticas públicas:** *insatisfatória*. Houve referências aos trabalhos do legislativo, como aprovação de projetos em primeira discussão, as cobranças feitas pelos vereadores, mas ainda informações insuficientes, já que, o leitor comum, não interado do funcionamento da Câmara, não vai conseguir entender se o projeto, aprovado em primeira discussão, passará ou não por outras, por exemplo.

Importância dada pelo jornal para a matéria

- a) **espaço ocupado:** *menor que meia página; parte inferior; página par*
- b) **recursos gráficos:** *não houve*
- c) **relação com a capa:** *não houve*
- d) **relação com o editorial:** *não houve*

24 - Matéria: *Proposta de aumento a servidores da Câmara de Bauru fica em 6%*

Data: 25 de março de 2009

Chaves da compreensão do conteúdo:

- a) **Fontes de informação:** *uma fonte:* pastor Luiz Carlos Barbosa (PTB), presidente da Câmara. O “outro lado” *não foi ouvido*.
- b) **Assunto em questão:** A Câmara de Bauru define oficialmente o reajuste salarial de 6% aos seus funcionários, mesmo reajuste para os funcionários públicos da prefeitura.
- c) **Contextualização do tema:** *insatisfatória*. Matéria é muito sucinta e não traz informações relevantes, como o comparativo desse aumento com a média da iniciativa privada, já que se está falando em salários pagos através de recursos públicos. Também não é informado a partir de quando o aumento passa a valer.
- d) **Abordagem das políticas públicas:** *superficial*. Apenas cita um tema referente a políticas públicas, sem esclarecimentos em torno dessa questão.
- e) **Menção dos trâmites que envolvem o trabalho do legislativo em relação às políticas públicas:** *sem menção*. Não se explica por qual procedimento foi tomada essa decisão.

Importância dada pelo jornal para a matéria

- a) **espaço ocupado:** *menor que meia página; parte inferior; página par*

- b) **recursos gráficos:** *não houve*
- c) **relação com a capa:** *não houve*
- d) **relação com o editorial:** *não houve*

25 - Matéria: *Pastor quer convocar DAE na Câmara*

Data: 26 de março de 2009

Chaves da compreensão do conteúdo:

- a) **Fontes de informação:** *três fontes:* pastor Luiz Carlos Barbosa, vereador pelo PTB, presidente da Câmara; Paulo Sérgio Campanha, presidente do Departamento de Água e Esgoto (DAE); e Luiz Roberto Pagani, diretor regional dos Correios. O “outro lado” *foi ouvido*.
- b) **Assunto em questão:** O presidente do Departamento de Água e Esgoto (DAE), Paulo Sérgio Campanha, vai ser convocado para explicar em audiência pública na Câmara de Bauru qual é o plano da autarquia para a retomada do serviço de leitura, impressão e entrega de contas de água, atualmente terceirizado à Empresa de Correios e Telégrafos (ECT). O presidente da Câmara é quem pede a audiência.
- c) **Contextualização do tema:** *satisfatória*. A matéria não se baseou apenas na informação dada de que vai ocorrer a convocação para audiência pública, mas por meio de números, e entrevista também com Campanha, contextualizou sobre o problema em questão, o que torna possível, inclusive para os leitores interessados em acompanhar a audiência sobre o assunto, ter embasamento para entender o que está acontecendo.
- d) **Abordagem das políticas públicas:** *aprofundada*. Há informações sobre o problema em questão, são apontadas soluções para eles, os supostos benefícios da medida e há menção de legislação pertinente.
- e) **Menção dos trâmites que envolvem o trabalho do legislativo em relação às políticas públicas:** *satisfatória*. Há o fornecimento de informações, em especial nos dois primeiros parágrafos, que explicam como se dá a convocação para uma audiência pública: o pedido de convocação primeiro é formalizado e depois o requerimento é submetido ao plenário.

Importância dada pelo jornal para a matéria

- a) **espaço ocupado:** *maior que meia página; parte superior; página ímpar*

- b) **recursos gráficos:** *uma foto* (do pastor Luiz Carlos Barbosa que vai pedir a audiência)
- c) **relação com a capa:** *não houve*
- d) **relação com o editorial:** *não houve*

26 - Matéria: *Rodrigo paga sem aval da Câmara*

Data: 27 de março de 2009

Chaves da compreensão do conteúdo:

a) **Fontes de informação:** *cinco fontes fontes:* Roque Ferreira, vereador pelo PT; Marcelo Borges, vereador pelo PSDB; Marcos Garcia, secretário de Finanças de Bauru; Renato Purini, vereador pelo PMDB; e Sandro Fernandes, assessor jurídico do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (Sinserm). O “outro lado” *foi ouvido*.

b) **Assunto em questão:** A prefeitura de Bauru paga (na data da publicação da matéria) os reajustes para o funcionalismo público, determinados pelo decreto 10.884 do Executivo. Mas o pagamento ocorre sem a Câmara de Bauru ainda nem ter votado o projeto de lei que reajusta vencimentos, salários, proventos, pensões e concede também abono salarial aos servidores municipais.

c) **Contextualização do tema:** *média.* A matéria, que ocupa mais de meia página, conta com estimativas e valores que ajudam a situar o leitor frente ao tema. Outro ponto positivo é um quadro com as grades salariais referentes a diferentes cargos, com o valor dos salários atuais, e com os reajustes, bem como do percentual de aumento. Por outro lado, mais uma vez o jornal volta a esse tema, mas não dá esclarecimentos importantes sobre o aumento que ocorre na folha de pagamento do funcionalismo público comparado com a média de aumento nesses mesmos setores, mas ligados à iniciativa privada.

d) **Abordagem das políticas públicas:** *média.* A matéria não fornece subsídios suficientes para o entendimento de como deve funcionar essa política de reajuste salarial, mas explica detalhadamente o que vai ser feito.

e) **Menção dos trâmites que envolvem o trabalho do legislativo em relação às políticas públicas:** *insatisfatória.* O texto informa que o pagamento é feito sem mesmo a aprovação ter passado pela aprovação da Câmara e aponta que isso, infelizmente, já é costumeiro em Bauru. A matéria não informa, entretanto, se esse tipo de iniciativa é legal ou ilegal. Ainda há a informação de que “o projeto foi enviado no começo da semana à Câmara e nele o prefeito explica o motivo da publicação do decreto, sem antes ter encerrado as negociações com o sindicato, que fez ontem

uma assembléia para dizer se aceita ou não a proposta da administração municipal”. Mas a informação não foi completada, ou seja, o leitor não ficou sabendo o motivo da publicação desse decreto sem antes ter passado pela votação da Câmara e ter terminado a rodada de negociações com o sindicato da categoria. Apenas mencionou que o prefeito falou o motivo. Mas qual é? O título da matéria e o lead giraram justamente em torno dessa questão, mas essa informação, tão esperada por quem lê o texto, não consta na matéria.

Importância dada pelo jornal para a matéria

- a) **espaço ocupado:** *maior que meia página; parte superior; página ímpar*
- b) **recursos gráficos:** *um box* (com informações referentes à grade salarial, com valores atuais, pontuados conforme os reajustes e percentuais de aumento)
- c) **relação com a capa:** *não houve*
- d) **relação com o editorial:** *não houve*

27 - Matéria: *Vereador questiona fim da cobertura de ponto*

Data: 28 de março de 2009

Chaves da compreensão do conteúdo:

- a) **Fontes de informação:** *duas fontes:* Marcelo Borges, vereador pelo PSDB; e Fábio Manfrinato, vereador pelo DEM. O “outro lado” *não foi ouvido.*
- b) **Assunto em questão:** O vereador Marcelo Borges encaminha requerimento ao prefeito solicitando informações sobre a cobertura de pontos de ônibus na cidade. O mesmo vereador também reivindica a conclusão da duplicação pavimentada de toda a extensão da avenida Comendador José da Silva Martha. Outro vereador apresenta proposta que prioriza a tramitação aos procedimentos administrativos na administração municipal nos casos em que o requerente possua mais de 60 anos, ou seja, portador de necessidades especiais.
- c) **Contextualização do tema:** *insatisfatória.* O assunto foi tratado superficialmente, e só são citadas questões para as quais o parlamentar quer respostas, solicitadas através de requerimento. Sobre a avenida, também não há qualquer informação complementar, nem ao menos uma informação que torne possível identificar qual é essa avenida. Quanto ao projeto de lei do segundo vereador citado, os esclarecimentos não passaram da informação mencionada acima, no item b. Além disso, há cobranças feitas e, para todos os casos, nenhuma resposta foi dada, ou seja, o jornal

não cumpriu com o seu papel de questionar e expor “o lado” da administração pública — esta, a responsável pela execução dos serviços públicos no município.

d) **Abordagem das políticas públicas:** *superficial*. Só houve citação de assuntos referentes a políticas públicas, mais nada. O vereador Fábio Manfrinato apresenta projeto de lei, mas a relevância para a coletividade não é citada, nem o problema que se quer solucionar. E em relação ao questionamento do vereador Marcelo, a idéia que dá é de “um espaço comprado” para mostrar que o vereador está atuante, ao fazer questionamentos. Faltou a contextualização com as políticas públicas.

e) **Menção dos trâmites que envolvem o trabalho do legislativo em relação às políticas públicas:** *insatisfatória*. Foi citado que o vereador Marcelo encaminhou requerimentos ao prefeito, mas não há dúvidas de que a grande maioria da população não sabe o que é um requerimento. Esta ferramenta, por sua vez, também possui prazo para resposta, que não foi citado. Já Manfrinato, apresentou projeto de lei, mas ele chegou a ser aprovado com objeto de deliberação e foi encaminhado às comissões, ainda não foi votado ou foi rejeitado? A resposta para essa questão não consta no texto, o que indica mais uma falha.

Importância dada pelo jornal para a matéria

a) **espaço ocupado:** *menor que meia página; parte inferior; página par*

b) **recursos gráficos:** *uma foto* (do vereador Marcelo Borges)

c) **relação com a capa:** *não houve*

d) **relação com o editorial:** *não houve*

28 - Matéria: *Vereadores cobram solução para imóveis abandonados e mato alto*

Data: 31 de março de 2009

Chaves da compreensão do conteúdo:

a) **Fontes de informação:** *cinco fontes:* Renato Purini, vereador pelo PMDB; Rodrigo Agostinho, prefeito de Bauru; José Roberto Segalla, vereador; pastor Carlos Barbosa, vereador presidente da Câmara; e Fabiano Mariano, também vereador. O “outro lado” *foi ouvido*.

b) **Assunto em questão:** O Jornal da Cidade publicou matéria que falou de imóveis abandonados no município e os vereadores, durante a sessão, cobraram ações efetivas da prefeitura para sanar o problema que coloca em risco a segurança pública.

c) **Contextualização do tema:** *satisfatória*. A matéria contou com a citação de levantamento que mostra o número de imóveis no município (148) que são considerados abandonados, e de outro que aponta que cerca de 40 mil terrenos apresentam algum tipo de problema — informações relevantes para o entendimento do leitor. Também há menção de legislações pertinentes.

d) **Abordagem das políticas públicas:** *aprofundada*. Há um problema em questão, e a matéria refere-se aos seus impactos para a sociedade — como os perigos que os prédios abandonados oferecem — e questiona sobre soluções. Também há citação de legislações pertinentes na esfera municipal, além de menção à Constituição Federal, Código Civil e Estatuto da Cidade, que tratam sobre a desapropriação de imóveis nocivos à sociedade.

e) **Menção dos trâmites que envolvem o trabalho do legislativo em relação às políticas públicas:** *insatisfatória*. A matéria só aponta que os vereadores cobram mais iniciativas do poder Executivo. Mas como? Apenas usaram a tribuna para tanto? Fizeram indicações? Requerimentos? As respostas para essas indagações não constam no texto.

Importância dada pelo jornal para a matéria

a) **espaço ocupado:** meia página; parte superior; página ímpar

b) **recursos gráficos:** *uma foto* (do vereador Renato Purini com o exemplar do Especial do JC sobre abandono de prédios)

c) **relação com a capa:** *chamada de capa*

d) **relação com o editorial:** *não houve*

29 - Matéria: *Vereadores criticam falta de estudo para retomar serviço*

Data: 31 de março de 2009

Chaves da compreensão do conteúdo:

a) **Fontes de informação:** *seis fontes:* Marcelo Borges, vereador pelo PSDB; Fabiano Mariano, vereador pelo PDT; Roque Ferreira, vereador pelo PT; Renato Purini, vereador pelo PMDB; José Roberto Segalla, vereador pelo DEM; e pastor Luiz Carlos Barbosa, vereador pelo PTB. O “outro lado” *não foi ouvido*.

b) **Assunto em questão:** Vereadores criticam a falta de apresentação de estudos de impacto sobre os custos do serviço de entrega das contas de águas nas residências, viabilizada na atualidade por

contrato entre o Departamento de Água e Esgoto (DAE) de Bauru e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). O DAE visa deixar de terceirizar o serviço.

c) **Contextualização do tema:** *média*. Há informações sobre o problema em questão, o motivo dos questionamentos dos vereadores e há a citação de estimativas. Entretanto, a matéria se concentrou apenas na crítica dos vereadores. O que os representantes do DAE têm a dizer sobre essas críticas? Essas informações não entraram na matéria. O assunto é polêmico, já que a administração é favorável a deixar de terceirizar o serviço, e os vereadores mostraram-se contrário à idéia. Caberia verificar como é feito o trabalho em outros municípios do mesmo porte de Bauru, que apresentem êxito no serviço oferecido, por exemplo.

d) **Abordagem das políticas públicas:** *superficial*. A matéria se concentrou nos posicionamentos dos vereadores.

e) **Menção dos trâmites que envolvem o trabalho do legislativo em relação às políticas públicas:** *insuficiente*. Texto só cita que os vereadores usaram a tribuna da Câmara para tecer críticas, mas não há menção se houve ferramentas mais consistentes (como indicações, requerimentos etc) utilizadas para fazer a cobrança do Executivo ou, se não, como os vereadores intervêm nessa questão. O jornal também menciona que haverá uma audiência pública com representantes do DAE, mas não é citada a data, que poderia estimular a participação do leitor/cidadão.

Importância dada pelo jornal para a matéria

a) **espaço ocupado:** *menor que meia página; parte inferior; página par*

b) **recursos gráficos:** *não houve*

c) **relação com a capa:** *chamada de capa*

d) **relação com o editorial:** *não houve*

Tabela 1 Pluralidade de Fontes

Quantidade de matérias	Número de fontes	Percentual
------------------------	------------------	------------

4	Nenhuma	13,79%
5	Uma	17,24%
6	Duas	20,68%
7	Três	24,13%
2	Quatro	6,89%
5	Mais de quatro	17,24%

Conforme demonstrado na tabela acima, nas edições dos meses de fevereiro e março de 2009 do Jornal da Cidade, nas matérias que trataram sobre o poder Legislativo bauruense e políticas públicas, houve predominância de duas ou três fontes consultadas, que correspondem ao percentuais 20,68% e 24,13%, respectivamente. Também é considerável o número de matérias para as quais mais de quatro fontes foram consultadas —17,24% do total.

A pluralidade de fontes é um quesito importante para garantir a boa qualidade do jornalismo. Por outro lado, em geral as matérias utilizaram apenas políticos como fontes, principalmente o prefeito de Bauru, Rodrigo Agostinho, e os vereadores, em especial o presidente da Câmara ou os líderes de bancadas. Para nenhuma matéria foram consultados pesquisadores da área de políticas públicas ou de outras especialidades pertinentes, nem representantes de outros municípios nos quais as iniciativas propostas renderam êxito ou fracasso, para exporem suas idéias. Essas fontes, sem dúvida, podem colaborar muito para o oferecimento de uma cobertura jornalística que mais se aproxime da ideal.

O percentual de 17, 24% também é o de matérias que contaram apenas com uma fonte — um aspecto negativo, já que, assim, apenas uma visão é oferecida. Já o percentual de matérias para as quais nenhuma fonte foi consultada é mais baixo, 13,79%, porém não é irrelevante, levando-se em conta que o bom jornalismo pede pluralidade de fontes.

Tabela 2 Pluralidade de idéias

Quantidade de matérias	Ouviu o “outro lado” ?	Percentual
11	Sim	37,93%
18	Não	62,06%

De acordo com o exposto na tabela “Pluralidade de Idéias” a maioria das matérias, 18 das 29 analisadas, ou seja, 62,06%, não ouviu “o outro lado”, seja quando a matéria tinha foco em

cobranças do legislativo, em críticas ou mesmo para abordar as propostas em pauta. Somente onze matérias (37,93%) ofereceram a pluralidade de visão tão necessária.

A tabela “Pluralidade de Idéias” indica que há predominância, no *Jornal da Cidade*, na consulta de duas fontes ou mais: 20 das 29 matérias analisadas possuem essa característica, o que é positivo. No entanto, cabe referenciar que há casos em que apesar de várias fontes serem consultadas, o “outro lado” não é ouvido. Isso ocorreu, entre outras, na matéria publicada no dia 24 de março de 2009 “Vereadores cobram solução imediata para viaduto Mauá”. Três vereadores foram consultados como fontes, os quais cobraram mais agilidade no levantamento de dados técnicos para elaboração de laudo sobre o Viaduto Mauá, porém, nenhum representante da administração pública foi contatado pelo jornal para dar a posição da prefeitura frente aos fatos e as cobranças.

Mais um exemplo desse déficit é encontrado na matéria “*Vereadores criticam falta de estudo para retomar serviço*”, veiculada em 31 de março de 2009. Seis fontes de informação constam na matéria: todas são vereadores, que criticam a falta de apresentação de estudos de impacto sobre os custos do serviço de entrega das contas de águas nas residências, viabilizada na atualidade por contrato entre o Departamento de Água e Esgoto (DAE) de Bauru e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). A matéria informa que o DAE tem a intenção de deixar de terceirizar o serviço para oferecê-lo através de sua própria estrutura. Mas o que os representantes do DAE têm a dizer sobre as críticas feitas na tribuna? Essa informação, importante para a matéria, não fez parte dela.

Tabela 3 Contextualização

Quantidade de matérias	Contextualização	Percentual
4	Satisfatória	13,79%
13	Média	44,82%
12	Insatisfatória	41,37%

A tabela acima demonstra que apenas a minoria das matérias, quatro das 29 analisadas, ou 13,79%, oferecem a contextualização do assunto abordado de forma satisfatória, com dados históricos, estatísticos e comparações, entre outras ferramentas utilizadas. Um exemplo é a matéria que ganhou o título “*Bauru terá 800 quadras com asfalto novo*”, de 14 de março de 2009, que

anuncia que a prefeitura de Bauru detalha plano para a pavimentação de 500 quadras de terra e recape de 300 ruas com asfalto vencido, para serem feitos neste ano. A contextualização é satisfatória porque há a utilização de números que auxiliam no entendimento do tema divulgado, como a informação de que Bauru tem 11 mil quadras pavimentadas sendo oito mil delas com asfalto vencido há mais de 15 anos, entre outras. Valores a serem investidos também são indicados, assim como a proveniência dos recursos, o que fornece subsídios para facilitar o entendimento do leitor. A matéria também oferece um *box*, que indica as etapas dessa pavimentação por setores e bairros, os convênios firmados que possibilitam essas obras e também os que estão em fase de efetivação.

Predominam, entretanto, as matérias com média contextualização (44,82%) — as que possuem informações complementares que auxiliam no entendimento dos fatos, mas ainda com deficiências, e também as matérias com contextualização insatisfatória (41,37%) — as que deixam de lado informações fundamentais levando-se em conta o aspecto da contextualização. Um exemplo de matéria nessa situação é a com o título *Extinção da cobrança de taxa de bombeiros até 2007 passa por Comissão*, veiculada em 4 de fevereiro de 2009.

O texto informa que a oposição e a situação da Câmara aprovam proposta do Executivo de extinguir a cobrança de valores da Taxa dos Bombeiros retroativa dos anos 2005 e 2007. Mas a matéria não explica desde quando existe essa taxa e o essencial: qual a sua finalidade. A matéria também não indicou os valores dessa taxa para o contribuinte, nem o impacto do pagamento dela ou dessa extinção referente a 2005 e 2007 para o setor competente.

Tabela 4 Relação com as políticas públicas

Quantidade de matérias	Abordagem das políticas públicas	Percentual
6	Aprofundada	20,68%
9	Média	31,03%
14	Superficial	48,27%

Quando se levou em consideração a abordagem das políticas públicas nas matérias analisadas, conforme aponta a tabela 4, a conclusão é a de que quase metade delas, 48,27%, o que corresponde a 14 matérias, ofereceu uma abordagem superficial, ou seja, incapaz de proporcionar o

entendimento do leitor sobre a política pública tratada. Em geral, nesses casos, as matérias apenas referiram-se a assuntos relacionados a políticas públicas, mas não forneceram subsídios para o seu entendimento, como o apoio em legislações pertinentes, e apontamentos de problemas, impactos para a sociedade e possíveis soluções.

Um exemplo pertinente de matéria com abordagem superficial também está na matéria “Vereadores cobram solução imediata para viaduto Mauá”, de 24 de março deste ano. Ela informa que os vereadores cobram mais agilidade, em discursos durante a sessão da Câmara, no levantamento de dados técnicos para elaboração de laudo sobre o Viaduto Mauá, mas também pontua outros assuntos que passaram pela Câmara, como a aprovação de três projetos, moções de apelo e de aplausos. O texto não entra no mérito das políticas públicas, e o que mais chama a atenção é que cita que foi aprovado um projeto que altera a redação do artigo 1º da lei 5.666, de autoria da prefeitura, entretanto, não há qualquer menção sobre o que é ou estabelece esse projeto e a lei referida. Apenas com a divulgação do artigo e do número da lei é impossível o leitor/cidadão situar-se sobre o que está sendo divulgado e a política pública em questão.

Apenas seis matérias, a minoria —20,68%— forneceram conteúdo capaz de levar o leitor a um suficiente entendimento da política pública abordada, enquadrando-se na categoria de abordagem aprofundada. É o caso da *Vereadores cobram solução para imóveis abandonados e mato alto*, de 31 de março de 2009. Segundo a matéria, o *Jornal da Cidade* publicou em uma edição anterior um Especial sobre imóveis abandonados no município e os vereadores, durante a sessão da Câmara, embasados no *JC*, cobraram ações efetivas da prefeitura para sanar o problema que coloca em risco a segurança pública. A abordagem neste caso foi aprofundada porque foi apresentado um problema, relacionando-o com as implicações para a sociedade, como os perigos que os prédios abandonados oferecem, e houve questionamento e o apontamento de supostas soluções. Também houve menção no texto de legislações pertinentes, como a Constituição Federal, Código Civil e o Estatuto da Cidade, que tratam sobre a desapropriação de imóveis nocivos à sociedade.

Já as matérias com abordagem das políticas públicas consideradas como “Média”, 31,03% do total, ou nove matérias, apresentaram conteúdo relacionado às políticas públicas na faixa intermediária das duas situações que acabaram de ser citadas.

Tabela 5 Relação com o trabalho do Legislativo

Quantidade de matérias	Menção dos trâmites	Percentual
-------------------------------	----------------------------	-------------------

	do Legislativo	
6	Não houve	20,68%
10	Satisfatória	34,48%
13	Insatisfatória	44,82%

No quesito “Relação com o trabalho do Legislativo” foram analisadas se houve menção dos trâmites do trabalho do poder Legislativo na definição ou viabilização das políticas públicas e, se sim, se essa menção foi satisfatória ou insatisfatória. É fato que a grande maioria da população desconhece esses trâmites e o jornalismo pode colaborar para reverter essa situação. Mas 44,82% das matérias analisadas, a maior quantidade delas, 13, ofereceram menção insatisfatória, que não possibilitaram o entendimento do funcionamento da Câmara Municipal. Pode-se acrescentar a esse contexto que mais 20,68% das matérias, 6 delas, também não cumpriram com esse papel, não chegando sequer a fazer qualquer menção desses trâmites, mesmo que de forma superficial.

Vamos ao exemplo, então, de uma matéria em que não houve a referida menção: “*Rodrigo acolhe proposta para estender licença maternidade de 4 para 6 meses*”, publicada em 21 de fevereiro. A matéria informa que o prefeito de Bauru vai encaminhar projeto de lei para estender a licença maternidade de quatro para seis meses, para as servidoras públicas municipais. A informação é divulgada após reunião do prefeito com os vereadores Fernando Mantovani e Mônica Rossi, representantes do Conselho Municipal da Condição Feminina, OAB/Bauru e PSDB Mulher. A matéria não fez menção ao papel do legislativo. Não explicou, por exemplo, qual o processo adotado a partir do envio do projeto de Lei à Câmara, nem que os vereadores poderiam aprovar ou rejeitar a proposta. Mas o título, entretanto, já anunciava o benefício como conquistado, até ignorando o papel da Câmara nesse contexto.

Na seqüência, é salutar um exemplo de matéria que apresentou o quesito menção do trabalho do legislativo como insatisfatório: “*Vereador questiona fim da cobertura de ponto*”, de 28 de março de 2009, na qual há a informação de que o vereador Marcelo Borges encaminhou requerimento ao prefeito solicitando informações sobre a cobertura de pontos de ônibus na cidade. Não há dúvidas, no entanto, de que a grande maioria das pessoas não sabe o que é um requerimento. Esta ferramenta, por sua vez, também possui prazo para que uma resposta seja encaminhada ao legislativo, prazo este que foi ignorado no texto. Através da matéria, o leitor só soube

que foi encaminhado requerimento, mas nem entendeu se o encaminhamento das respostas por parte do Executivo é obrigatório ou não.

Já as matérias que apresentaram a menção de forma adequada, apontadas com menção satisfatória, foram 10, o que representa 34,48%, e são exemplos a serem seguidos. É o caso da matéria publicada em 27 de fevereiro com o título *Projeto defende sistema de energia solar para prédios*. Ela informa que dá entrada na Câmara de Bauru um projeto de lei do vereador Fabiano Mariano, do PDT, que institui o Programa de Instalação de Sistemas de Aquecimento de Água por Energia Solar em Edificações de Natureza Pública. A menção dos trâmites que envolvem o trabalho do legislativo em relação às políticas públicas é satisfatória porque ela informa, por exemplo, que o projeto de lei do vereador deu entrada na última sessão, vai passar pelas Comissões Permanentes da Casa para depois, se aprovado, fazer parte da pauta de votação do legislativo. Como pode-se perceber, essa informação é capaz de situar o leitor sobre o trabalho e os aspectos burocráticos do Legislativo.

Tabela 6 Espaço dedicado à matéria

Quantidade de matérias	Espaço dedicado à matéria	Percentual
12	Menor que meia página	41,37%
12	Meia página	41,37%
5	Maior que meia página	17,24%
21	Superior	72,41%
8	Inferior	27,52%
10	Página par	34,48
19	Página ímpar	65,51%

O levantamento realizado encontrou o mesmo percentual — 41,37% — de matérias que ocuparam espaço equivalente a meia página ou menor: foram 12 matérias para cada uma dessas categorias. Apenas para 17,24% das matérias, ou seja, cinco, foi destinado espaço maior que meia página. Também não houve nenhuma página dupla para as quais foram destinados o conteúdo em questão.

Se os espaços de certa forma reduzidos são características que podem ser consideradas negativas, a disponibilidade nas páginas das matérias que abordam a relação políticas públicas e Legislativo é positiva. Isso porque bem mais que a maioria das matérias, 72,41%, o que significa 21 matérias, ocuparam a parte superior da página e apenas oito matérias, o equivalente a 27,52%, ocuparam a parte inferior.

A maioria das matérias também se mostra valorizada quando se compara as que foram destinadas para páginas pares e as que foram para páginas ímpares: 65,51% das matérias, 19, ocuparam página ímpar, para as quais os olhos primeiro se dirigem, segundo as teorias de planejamento gráfico, enquanto 34,48%, dez matérias, ocuparam página par.

Tabela 7 Recursos gráficos

Quantidade de matérias	Utilização de recursos gráficos	Percentual
19	Sim (total de 20 fotos e 3 gráficos)	65,51%
10	Não	34,48%

Quando estão em questão os recursos gráficos, a análise é satisfatória, já que a maioria das matérias contou com fotos ou gráficos, que auxiliam o entendimento do leitor e também atraem a atenção. Dezenove matérias (65,51%) utilizaram esse recurso, o que somou um total de 20 fotos. Mas há casos em que a foto mostra-se contraditória com o texto, como na matéria *Lei para calçadas retorna com muitas*, de 6 de março de 2009. A matéria informa que o prefeito de Bauru encaminha para a Câmara Municipal projeto de lei que disciplina o uso de passeio e logradouro públicos. Com o projeto de lei, a prefeitura quer eliminar o vácuo proporcionado pela falta dessa legislação, que impossibilita o poder público notificar e punir munícipes que estão com calçadas destruídas ou sem pavimento. A matéria foi ilustrada com *uma foto* de uma calçada onde não era possível identificar qualquer problema, o que mostrou certa contradição com o texto e, inclusive, com a legenda, que informou “proprietários de imóveis terão prazo para se adequar para reformar ou instalar calçadas”. Se há o problema, o mais conexo seria ilustrar a matéria com uma calçada sem pavimento ou deteriorada.

Já os gráficos ainda são pouco utilizados: apenas três contaram com esse recurso, que possibilita organizar as informações de destaque e evidenciá-las.

“O recurso visual do jornalismo impresso moderno deve ser entendido como uma possibilidade complementar e suplementar à informação textual. Não serve apenas para ‘arejar a página’ ou ‘valorizar a notícia’, tampouco para preencher eventuais vazios [...]” (FOLHA, 2001).

Dez matérias, 34,48% delas, não utilizaram recursos gráficos.

Tabela 8 Relação com a capa

Quantidade de matérias	Relação com a Capa	Percentual
10	Chamada de capa	34,48%
2	Manchete	6,89%
17	Não houve	58,62%

Os números apresentados referentes à relação das matérias analisadas com a capa mostra que há pouca valorização do tema em questão. Isso porque a maioria das matérias não teve relação com a capa da edição em que foi veiculada: essa situação foi verificada em 17 (58,62%) das 29 matérias analisadas.

Vão para a capa as matérias consideradas de destaque, e na avaliação do **Jornal da Cidade**, menos da metade das matérias que relacionaram Legislativo e Políticas Públicas foram dignas de ocupar esse espaço. Apenas duas foram manchete (6,89%) e dez (34,48%) tiveram chamadas de capa.

Tabela 9 Relação com o Editorial

Quantidade de matérias	Relação com o Editorial	Percentual
0	Houve	0%
29	Não houve	100%

Conforme citado no início deste capítulo, não é prática do *Jornal da Cidade* fazer editoriais. Geralmente, o espaço que poderia ser ocupado para editorial, na página de Opinião, que antecede a editoria de Política, é substituído por artigos assinados por colaboradores e que podem ou não ter ligação com assuntos abordados na edição em questão. Raramente o *JC* oferece um editorial, que é caracterizado justamente pela posição do jornal frente a fatos relevantes, o que indica que o periódico prefere esquivar-se de dar a sua opinião. Também nos dois meses de análises de suas edições, nenhuma das 29 matérias que envolveram o Legislativo bauruense e as políticas públicas foram assuntos abordados em editorial do jornal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desta monografia, em que se debruçou em pesquisa bibliográfica sobre o papel do jornalismo político, do Legislativo municipal e das políticas públicas, e que analisou todas as 59 edições do Jornal da Cidade de Bauru dos meses de fevereiro e março, é possível visualizar o panorama da cobertura política oferecida pelo *JC*, especialmente a que envolve os vereadores e as políticas públicas, e evidenciar seus pontos positivos e os desafios a serem superados.

Foram 193 matérias encontradas na editoria de Política do Jornal mais tradicional de Bauru, que possui a maior tiragem e circula em mais 42 cidades da região. Entre todas as matérias encontradas, apenas 29 delas, o que representa 15% do total, abordaram a relação poder Legislativo e políticas públicas. O número de matérias que se dedicou ao tema é insuficiente, se considerarmos que a função do Legislativo municipal tem total conexão com a criação e implementação de políticas públicas, a medida que os vereadores têm o papel de elaborar leis, que refletem direta ou indiretamente no cotidiano de toda a sociedade, e fiscalizar o poder público, entrando aqui o acompanhamento das ações praticadas, que devem perseguir o desenvolvimento e bem estar da coletividade.

Nesse período, muitas outras matérias, que não foram alvos deste estudo, mas que tornasse importante aqui mencioná-las, abordaram o Legislativo e a política. Mas política e política pública podem apresentar grandes diferenças, já que a disputa partidária e a troca de ofensivas entre políticos de grupos diferentes com foco mais pessoal do que público, tão destacados na imprensa brasileira, integram apenas o campo da política — e muitas vezes da politicagem — enquanto a política pública diz respeito às ações realizadas pelos representantes, ou a falta delas, que refletirão na vida dos representados.

Na cobertura do *JC* enfocada neste estudo, pode-se considerar que houve a predominância da pluralidade de fontes, já que 20 das 29 matérias analisadas, ou seja, 69%, contaram com a participação de duas fontes ou mais, chegando a casos de oito fontes. Trata-se de um aspecto positivo, já que quanto maior o número de fontes, mais rica e sintonizada com a realidade tende a ser a matéria. Por outro lado ainda representa um desafio para o *JC* a prática de ouvir “o outro lado”. A maioria das matérias, 62,06%, não utilizou esse mecanismo, considerado elementar, seja para oferecer uma outra visão ao contexto abordado ou para dar a oportunidades de pessoas ou entidades criticadas rebaterem as críticas. Segundo determinam as práticas ideais do jornalismo, uma boa matéria exige o cruzamento de informações, seja de documentos ou de outras pessoas envol-

vidas no assunto tratado. “As práticas de cruzar informações e de ouvir o outro lado baseiam-se nos conceitos de que todo fato comporta mais de uma versão e de que o julgamento desse fato não compete ao jornalista, mas ao leitor” (FOLHA, 2001, p. 27). O ouvir o outro lado se faz necessário até para que sejam evitados prejulgamentos e para que a informação divulgada se aproxime ao máximo da realidade em questão. No *JC* percebeu-se negligência quanto a esse aspecto, já que a maioria das matérias analisadas não ouviu “o outro lado”.

E apesar da ampla maioria das matérias utilizar mais de duas fontes, percebeu-se que elas se concentraram apenas em figuras políticas, em geral os vereadores, principalmente os líderes de bancadas, e o prefeito de Bauru, Rodrigo Agostinho. A inclusão de estudiosos dos temas abordados e de profissionais envolvidos em iniciativas de êxito condizentes com o tema tratado, sem dúvida, podem ser “bons ingredientes” na receita de uma cobertura mais eficaz com foco em políticas públicas.

A contextualização das matérias, a abordagem de políticas públicas e a menção dos trabalhos do Legislativo são outras condições em xequê. Este levantamento indica que a cobertura ainda é deficitária no cumprimento da boa qualidade da informação quando são levados em consideração esses três importantes quesitos. Apenas 13,79% das matérias analisadas possuem uma contextualização do assunto considerada satisfatória, utilizando-se de informações históricas, dados estatísticos e relacionando comparativos.

Quando se analisa a abordagem das políticas públicas, a conclusão é a de que quase metade delas, 48,27%, ofereceu uma abordagem superficial, ou seja, incapaz de proporcionar o entendimento suficiente do leitor sobre a política pública referenciada. Em geral, nesses casos, as matérias apenas referiram-se a assuntos relacionados a políticas públicas, mas não forneceram subsídios para o seu entendimento, como o apoio em legislações pertinentes, e apontamentos de problemas, as influências desses problemas na sociedade e as possíveis soluções.

A cobertura também ainda precisa avançar mais rumo ao bom desempenho quanto aos esclarecimentos do funcionamento da esfera política legislativa, para que seja capaz de situar o leitor sobre o papel dos vereadores na definição e implementação de políticas públicas. Isso porque a grande maioria da população desconhece as funções dos vereadores, já que desempenha apenas o papel de se dirigir às urnas em épocas eleitorais, sem o hábito de acompanhar, posteriormente, o trabalho de seus representantes. Neste contexto, é comum a atribuição aos legisladores de papéis que não lhes competem e aqui cabe frisar que muitos aspirantes a uma cadeira na Câ-

mara, principalmente em épocas eleitorais, também se aproveitam dessa situação na hora de fazerem suas promessas de campanha. O jornalismo político, entretanto, pode colaborar para mudar esse paradigma, à medida que oferece elementos para proporcionar o entendimento do funcionamento dessa esfera política tão importante nas definições das ações públicas. Mas 44,82% das matérias analisadas do *JC* ofereceram menção insatisfatória dos trâmites que envolvem o trabalho do Legislativo, de forma que não possibilitaram o entendimento do funcionamento da Câmara Municipal e os seus aspectos burocráticos. Pode-se acrescentar a esse panorama que mais 20,68% das matérias nem chegaram a fazer menção de trâmites do legislativo.

Ainda no contexto do trabalho do Legislativo, um ponto positivo da cobertura do *JC* é que o jornal tem informado os seus leitores sobre os assuntos mais relevantes que estarão em discussão na pauta do dia da Câmara ou sobre audiências públicas que vão debater temas alvos de problemas ou polêmicas. A iniciativa é bem-vinda, já que estimula a participação do leitor/cidadão no processo democrático. O levantamento feito contabilizou que das 29 matérias analisadas, cerca de dez apresentaram esse enfoque. Entretanto, comumente a informação é divulgada somente no dia do evento, o que torna mais difícil que o leitor o inclua em sua agenda, já que pode ter firmado outro compromisso. Para estimular a participação do leitor/cidadão essa postura poderia ser adotada pelo jornal com mais antecedência e, reforçada, no dia do evento em questão, para possibilitar que o leitor interessado no tema se programe e tome parte das decisões na Câmara Municipal, também chamada de “A casa do povo”, mas, na prática, ainda pouco freqüentada pelo povo.

Em relação aos espaços ocupados pelas matérias, percebeu-se que para a minoria delas, 17,24%, foram destinados espaços maiores que meia página para o desenvolvimento do conteúdo. Mas para que a matéria conclua adequadamente os critérios pontuados acima, faz-se necessário que os espaços não sejam tão reduzidos. Por outro lado, a estratégia de disponibilização desses textos nas páginas é positiva. A grande maioria das matérias, 72,41%, ocupou a parte superior da página e também a maioria foi destinada em páginas ímpares, 65,51%, para as quais os olhos primeiros se dirigem. Mais de 65% também contou com recursos gráficos, como fotos ou gráficos, que complementam as informações do texto e auxiliam o entendimento, destacando e organizando as informações. Ainda falta, entretanto, considerar que a relação Legislativo e política pública é assunto de relevância, digno de ocupar a capa. Mais da metade das matérias, 58,62%, não teve relação com a capa. Já a relação com o editorial foi nula — nenhuma matéria analisada foi assunto de editorial. De fato, é prática do *JC* não fazer editoriais, o que indica que o periódico

prefere esquivar-se de dar a sua opinião e fomentar mais o debate frente a fatos relevantes, que devem ser assunto de editorial.

Em uma sociedade, como a brasileira, onde ainda é frágil o sistema democrático e não é comum a interação do cidadão com as coisas públicas, é necessário que o jornalismo atue como colaborador na busca de reverter esse cenário. A diretriz a ser perseguida deve levar em conta menos o simples interesse comercial e mais o interesse social. Sabe-se que é gigantesco o poder da imprensa para definir o peso dos assuntos na agenda dos governos. Então, é preciso que a imprensa atue de forma crítica, com a pluralidade de idéias e, acima de tudo, preparando e estimulando o leitor/cidadão, que paga tributos e financia o poder público, para o debate em torno das ações que influenciam o cotidiano da sociedade.

Não há dúvidas de que com uma população mais engajada, consciente de seus deveres e direitos, a tendência é de despontarem políticas públicas mais eficientes e uma nação mais desenvolvida. O Jornalismo pode fomentar esse processo cobrindo com qualidade as questões que influenciam o dia-a-dia do leitor. É fundamental fixar menos a atenção da cobertura apenas nos políticos e em suas estratégias eleitorais, e mais nos problemas enfrentados pela sociedade, estimulando o debate e, assim, a busca por soluções. Aqui entra a importância do conteúdo oferecido apresentar com qualidade os critérios da contextualização e abordagem das políticas públicas, entre outros. Paralelamente, é necessário que empresas de comunicação e jornalistas, sobretudo que atuam na editoria política, não se esqueçam de uma de suas funções básicas “de servir como inspetor geral de todo o sistema político a fim de poder proporcionar a crítica pública necessária para garantir algum grau de integridade política por parte daqueles que detém o poder” (KUNZIK, p.74, 2002).

É bem verdade que cumprir a contento todos esses aspectos da adequada cobertura não é tarefa fácil em redações cada vez mais enxutas, com pouco espaço disponível nas páginas e a valorização das empresas de comunicação do jornalismo como um produto à venda. Entretanto é dever do jornalista, nas possibilidades que despontam no dia-a-dia, que também não são poucas, fazer o diferencial, sempre que possível. De qualquer forma, a missão para garantir um jornalismo de qualidade no campo político e fora dele, capaz de auxiliar a adequada formação do leitor, envolve a consciência das empresas de comunicação, dos profissionais que fazem funcionar essas empresas e das instituições educacionais que formam a mão-de-obra da mídia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Verônica. A mídia e os direitos humanos. In: CANELA, Guilherme (org). **Políticas Públicas Sociais e os Desafios para o Jornalismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

BILANCIERI, Marcos Vinício. **Políticas públicas para geração de emprego e renda: um estudo e avaliação do Proger Urbano**. Itu, São Paulo: Ottoni, 2006.

BUCCI, Eugênio. A imprensa e o dever da liberdade: a responsabilidade social do jornalismo em nossos dias. In: CANELA, Guilherme (org). **Políticas Públicas Sociais e os Desafios para o Jornalismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

CANELA, Guilherme. A cobertura jornalística das políticas públicas sociais: elementos para debate. In: CANELA, Guilherme (org). **Políticas Públicas Sociais e os Desafios para o Jornalismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

CARRANCA, Adriana. Dar voz à diversidade. In: CANELA, Guilherme (org). **Políticas Públicas Sociais e os Desafios para o Jornalismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

CASTRO, Maria Helena Guimarães. Políticas públicas: conceitos e conexões com a realidade brasileira. In: CANELA, Guilherme (org). **Políticas Públicas Sociais e os Desafios para o Jornalismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

CHAIA, Vera. Escândalos Políticos: Parte do Jogo? In: CHAIA, Vera; CHAIA, Miguel (orgs). **Mídia e política**. São Paulo: Educ, 2000.

CHAIA, Vera; TEIXEIRA, Marco. Máfia dos fiscais e as estrelas da cidadania. In: CHAIA, Vera; CHAIA, Miguel (orgs). **Mídia e política**. São Paulo: Educ, 2000.

CHAIA, Vera. CPI da Máfia dos Fiscais: a morte anunciada. In: CHAIA, Vera; CHAIA, Miguel (orgs). **Mídia e política**. São Paulo: Educ, 2000.

CHAIA, Vera. Cassações bastam? In: CHAIA, Vera; CHAIA, Miguel (orgs). **Mídia e política**. São Paulo: Educ, 2000.

CHAIA, Miguel. Debate sobre o Granma. In: CHAIA, Vera; CHAIA, Miguel (orgs). **Mídia e política**. São Paulo: Educ, 2000.

CHAIA, Vera. **A Câmara Municipal e a imprensa (1989 1996)**. Observatório de imprensa, 2002. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/jd20022000.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2009.

COSTIN, Cláudia. Avaliação e monitoramento das políticas sociais: dever do Estado moderno. In: CANELA, Guilherme (org). **Políticas Públicas Sociais e os Desafios para o Jornalismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2008

DINES, Alberto. **O papel do Jornal: uma releitura**. (6ª edição). São Paulo: Summus, 1986. (Coleção Novas buscas em comunicação; v. 15).

ESCOVAR, Maira. Quem questiona o quarto poder? **Portal Imprensa**, 2007. Disponível em: <<http://portalimprensa.com.br/colunistas/colunas/2007/07/16/imprensa6.shtml>>. Acessado em: 17 abr. 2009.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Manual da Redação Folha de S.Paulo**. 7 ed. São Paulo: Publiflora, 2001.

FONSECA, Ana Maria Medeiros. A evolução histórica das políticas sociais no Brasil. In: CANELA, Guilherme (org). **Políticas Públicas Sociais e os Desafios para o Jornalismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

FRADE, Laura. Legislativo e Participação Social. **Cadernos de Relações Internacionais (v.3)**, Brasília-DF: Euro-Americana, 2002. Disponível em:

<http://www.ucb.br/comsocial/mba/LegislativoParticipacaoSocial.pdf> . Acessado em: 20 abr. 2009.

GARCIA, Alexandre. **Nos Bastidores da Notícia** (9. edição). São Paulo: Globo, 1991.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública**; tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. (Biblioteca Tempo Universitário nº 76. Série Estudos Alemães).

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL (IBAM). A Câmara Municipal. Disponível em: <http://www.ibam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=242&sid=13> . Acessado em 9 mai. 2009

KINZO, Maria D'Alva Gil Kinzo. O processo eleitoral e as políticas públicas sociais. In: CANELA, Guilherme (org). **Políticas Públicas Sociais e os Desafios para o Jornalismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2008

KLIKSBERG, Bernardo. Como transformar o Estado para além dos dogmas; tradução de Florindo Villa-Alvarez e Helena Ferreira. 1ª ed. Brasília: Enap, 1992.

KOTSCHO, Ricardo. **Do golpe ao Planalto**: uma vida de repórter. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KRIEGER, Gustavo. As políticas sociais no contexto das eleições. In: CANELA, Guilherme (org). **Políticas Públicas Sociais e os Desafios para o Jornalismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2008

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de Jornalismo**: Norte e Sul. São Paulo: Edusp, 2002.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LEITE, José Corrêa. A queda do Ministro. In: CHAIA, Vera; CHAIA, Miguel (orgs). **Mídia e política**. São Paulo: Educ, 2000.

MARTINS, Gerson Luiz. O ensino de jornalismo e a agenda social. In: CANELA, Guilherme (org). **Políticas Públicas Sociais e os Desafios para o Jornalismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

MARTINS, Franklin. **Jornalismo Político**. São Paulo: Contexto, 2005.

MAZARIN, Cardeal. **Breviário dos Políticos**. Tradução Paulo Neves. 5ª. ed. São Paulo: Editora 34, 2002.

MEDINA, Cremilda. **Notícia Um Produto à Venda**: Jornalismo na Sociedade Urbana e Industrial (4ª edição). São Paulo: Summus, 1988. (Coleção novas buscas em comunicação; v.24)

MELO, José Marques. História Midiática. In: MELO, José Marques et al (orgs). **Mídia em debate**. Adamantina, São Paulo: Edições Omnia, 2002.

MELO, Carlos Alberto Furtado. As estrelas da cidadania e a máfia dos fiscais. In: CHAIA, Vera; CHAIA, Miguel (orgs). **Mídia e política**. São Paulo: Educ, 2000.

MELO, Carlos Alberto Furtado. Coisa de Jornal. In: CHAIA, Vera; CHAIA, Miguel (orgs). **Mídia e política**. São Paulo: Educ, 2000.

MELO, Carlos Alberto Furtado. Atores políticos reais e seus reais interesses. In: CHAIA, Vera; CHAIA, Miguel (orgs). **Mídia e política**. São Paulo: Educ, 2000.

MENDEZ, Rosemary Bars. Uma obra coletiva: o Jornalismo segundo Barbosa Lima Sobrinho. In: MELO, José Marques *et al* (orgs.). **Mídia em debate**. Adamantina, São Paulo: Edições Omnia, 2002.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Bolsa Família. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia>. Acesso em 10 mai. 2009.

PORTO, Mário. **Enquadramentos da mídia e política**. In: 25º Congresso de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Salvador, BA, 2002.

RIBEIRO, Darcy. Sobre o óbvio. In: CANELA, Guilherme (org). **Políticas Públicas Sociais e os Desafios para o Jornalismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

ROTHBERG, Danilo. Política mediada, democracia e elites. **Comunicação & Política**, Rio de Janeiro, v.23, n.2, p.15-40, 2005.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Comunicação & Política**. São Paulo: Hacker Editores, 2000. (Coleção Comunicação).

SALOMON, Marta. Além da manada. In: CANELA, Guilherme (org). **Políticas Públicas Sociais e os Desafios para o Jornalismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

SANT'ANA, Sarah Mailleux. **A Perspectiva Brasileira sobre a Pobreza**: um estudo de caso do programa Bolsa Família. Revista do Serviço Público, volume 58, nº1, janeiro/março de 2009. Disponível em: <http://www.ieprev.com.br/UserFiles/File/RSP58_1.pdf#page=5>. Acesso em 10 mai. 2009.

SANTOS, Marcelo Henrique. O Jornalismo de Opinião e o discurso de despedida da vida pública do Arauto do Liberalismo no Brasil. In: CHAIA, Vera; CHAIA, Miguel (orgs). **Mídia e política**. São Paulo: Educ, 2000.

SEGURADO, Rosemary. O desemprego é Fantástico? In: CHAIA, Vera; CHAIA, Miguel (orgs). **Mídia e política**. São Paulo: Educ, 2000.

TRINDADE, Antonio Alberto. O uso do jornal como material educativo. In: CHAIA, Vera; CHAIA, Miguel (orgs). **Mídia e política**. São Paulo: Educ, 2000.

UNIVERSIA. Curso superior ainda é luxo no Brasil, 2003. Disponível em: <http://www.universia.com.br/html/noticia/noticia_clipping_iifd.html>. Acesso em: 10 mai. 2009.

VIVEIROS, Eduardo. Nem 12, nem 40: que tal os 7 de um gabinete do Império? In: CHAIA, Vera; CHAIA, Miguel (orgs). **Mídia e política**. São Paulo: Educ, 2000.

WEY, Beatriz. A imprensa escrita de Cuba e a criação do imaginário nacional. In: CHAIA, Vera; CHAIA, Miguel (orgs). **Mídia e política**. São Paulo: Educ, 2000.

JORNAL DA CIDADE. **JC 40 anos, o melhor jornal do nosso mundo a gente faz para você, 2007**. Disponível em: < <http://www.jcnet.com.br/40anos/>> . Acesso em: 2 jun 2009.

ANEXOS - EDIÇÕES ANALISADAS DO JORNAL DA CIDADE

POLÍTICA

Extinção da cobrança de taxa de bombeiros até 2007 passa em Comissão

Renato Cirino

A oposição e a situação na Câmara Municipal de Bauri estão do mesmo lado quando o assunto é a cobrança de valores da Taxa dos Bombeiros retroativa dos anos de 2005 a 2007. Uma disputa judicial levou a prefeitura a não efetuar o lançamento da taxa nesse período e agora, através de projeto de lei, o Executivo quer engavetar o assunto para que os municípios não tenham de pagar pelo acumulado.

Ontem, na primeira reunião da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, a proposta teve parecer e votos favoráveis à extinção por membros das duas bancadas, assim como deseja o Executivo. A proposta deu entrada na Casa durante a primeira sessão ordinária do ano, realizada anteriormente.

Na justificativa, o prefeito apontou que o lançamento da taxa só ocorreu com a confirmação de sua constitu-

ção em 2007. "Até então a incerteza era tamanha que o município, inclusive, ficou impossibilitado de lançar a taxa por liminar expedida em primeira instância", aponta o projeto.

O tributo voltou a ser lançado normalmente em 2008, já que foi restabelecida a necessária segurança jurídica para seu prosseguimento. "Por isso, parece-nos injusto o lançamento retroativo, o que esperamos impedir com essa proposta", aponta a proposta.

"Já adiantamos que a medida não acarretará qualquer impacto orçamentário-financeiro, uma vez que a possível receita nunca foi prevista nas peças orçamentárias do município", acrescentou o prefeito ontem, quando participou de visita institucional aos representantes do comando da Polícia Civil em Bauri, juntamente com a presidente do Legislativo.

Na avaliação tanto da oposição quanto da situação, o tema não gerou polémica. O vereador José Roberto Martins

retroativa da taxa, pois esses valores não foram inseridos nos orçamentos do município. "Como não fez parte e houve a adequação dos trabalhos de tal modo que essa taxa não se fez necessária, na minha maneira de entender eu também acho melhor cancelar a taxa desses anos", afirmou.

Esse cancelamento dos valores retroativos, segundo Segalla, atende aos interesses da população. "Isso vem ao encontro dos interesses do povo", comentou.

Já o vereador José Carlos Pereira Batata (PT) aponta que o projeto que extingue a taxa entre 2005 e 2007 é "uma boa medida". Ele cita que, como a cobrança não ocorreu durante esses anos por causa da suspensão judicial, não houve qualquer acréscimo ao orçamento municipal. "Esse cancelamento da taxa retroativa não é nada mais do que uma medida justa, porque as pessoas não podem ser obrigadas a pagar por uma causa que está



No Deinter 4 - Ontem à tarde, os Poderes Executivo e o Legislativo cumpriram agenda conjunta junto ao comando da Polícia Civil, estando em reunião Abel Cortez, Abel Fernandes Abreu, Ricardo Oliveira, Rodrigo Agostinho, Renato Cruz Swensson, José Henrique Gomes dos Santos, Luiz Carlos Rodrigues Barbosa, Antonio Sampaio de Almeida Prado e Luis Henrique Fernandes Casarini.

Bombeiros analisam

Segundo o tenente-coronel Peres Santiago Rodrigues, do comando do Grupamento dos Bombeiros de Bauri, a cobrança retroativa ainda está sendo analisada pela corporação da cidade com ajuda da assessoria do Corpo

tado tem um fundo de reserva que supriu as carcerias nesse período. "Porque queremos criar nenhum problema para a Prefeitura", disse. Para suprir os valores que não foram recebidos entre 2005 e 2007, Rodrigues afirmou que o Es-

Além disso, está sendo avaliada outra demanda da entidade, o programa de regu-

programa de eficiência energética, nem projeto de iluminação pública. Há bairros inteiros no escuro", reconheceu. O sin-

municipais de Obras e Planejamento. "Se os secretários disserem que determinada obra precisa ser melhor anali-

vando, comido, haver ameadades devido às limitações orçamentárias e à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Vereadores pedem informações sobre a habitação e o Terminal Rodoviário

O vereadores Amarildo Aparecido de Oliveira (PPS) e Paulo Eduardo de Souza (PSB) pediram informações para a administração municipal em relação a ações desenvolvidas no âmbito da Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural (Emdurb), Batalhão da Polícia Militar (PM), Instituto Branemark e para a Companhia de Habitação Popular de Bauru (Cohab).

Entre as informações solicitadas através de disposi-

tivo na Lei Orgânica – onde o Executivo tem prazo para cumprir o envio dos dados – estão o valor da arrecadação mensal do estacionamento do Terminal Rodoviário, o horário em que a PM permanece no local e sobre o processo de retomada de imóveis da Cohab.

Amarildo encaminhou requerimentos ao prefeito solicitando informações sobre quem é o proprietário do terreno onde atualmente a Central de Abastecimento de Bauru (Ceasa/Ceagesp) exerce suas atividades e

diversas informações à Emdurb, sobre o custo mensal do Terminal Rodoviário, a área onde funciona o estacionamento do terminal e ainda o valor da arrecadação mensal do referido estacionamento.

O parlamentar enviou documento também ao comandante do 4º Batalhão da Polícia Militar do Interior (BPMI), coronel Benedito Roberto Meira, pedindo informações sobre o policiamento no Terminal Rodoviário. "Ressaltamos que necessitamos de uma estimativa

dos horários de permanência dos policiais militares deslocados para o cumprimento do serviço no local", explica Amarildo.

Em outro documento, encaminhado à Coordenadora do P-I Branemark Institute, Ingrida Ginters, pede informações referentes ao atendimento de pacientes. O vereador deseja saber o número de pacientes cadastrados, número de atendimentos de pacientes cadastrados desde o início das atividades, critérios para escolha dos pacientes que serão atendidos e quais os tipos de atendimentos que o Branemark de Bauru realiza.

Já Paulo Eduardo de Souza encaminhou requerimento ao prefeito Rodrigo pedindo o organograma de todas as secretarias municipais e do Gabinete, bem como a relação de nomes dos titulares desses cargos. O parlamentar destaca no documento que a solicitação tem como finalidade permitir conhecer o funcionamento estrutural da administração.

Documento encaminhado ao presidente da Cohab, Edison Bastos Gasparini Júnior, pede informações sobre o funcionamento do processo de retomada de imóveis de mutuários inadimplentes, assim como os critérios para o repasse dessas casas a outras pessoas.

Abertura Oficial do Carnaval



Entidades Beneficiadas
APIECE
CEVAC
ASESB

Mesa R\$ 80,00

Dia 20 de Fevereiro de 2009 a partir das 23 horas
No Salão da Associação Luso Brasileira de Bauru.

CAMPING FEST

TUDO COM 30% de desconto

Caixa de Ferramentas R\$ 82,10 por R\$ 64,50	Saco de Dormir Náutica R\$ 61,90 por R\$ 43,30	Burpaca Familiar p/ 5 ou 6 pessoas R\$ 212,90 por R\$ 148,60	Lanterna Flt R\$ 90,90 por R\$ 62,90
---	---	--	---

Av. Rs. Senhora De Fátima, 4-52
Jardim América . Fone: 3879 1350
www.mmarco.com.br

Requerimentos foram repassados para a direção?
NC
NC
Máximo de 100 pessoas por noite

POLÍTICA

Vereadores novatos estréiam projeto

A pauta de hoje tem quatro projetos de lei, um projeto de resolução, dois projetos de decretos Legislativos e quatro moções

Renato Cirino

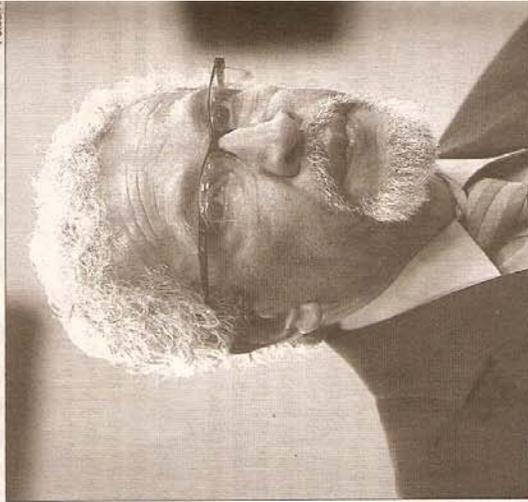
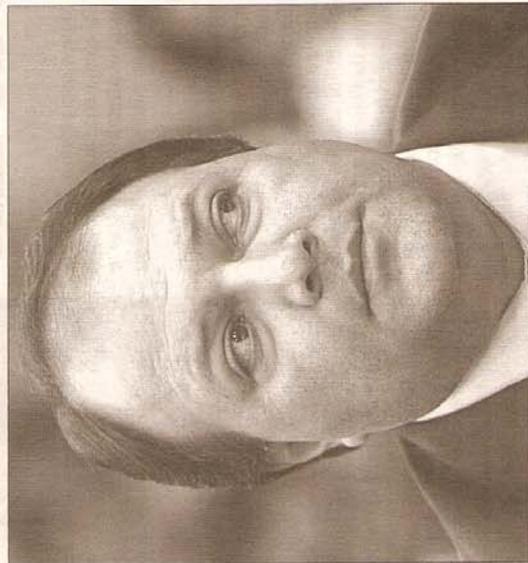
Os primeiros projetos de lei apresentados pelos vereadores neste ano estão em pauta hoje, na terceira sessão ordinária da Câmara Municipal de Bauri. Devido ao Regimento Interno, os vereadores não podiam apresentar projetos dessa natureza durante o recesso - janeiro - e por isso a pauta de votações demorou a engrenhar. Neste período, apenas o Executivo pode ter esse tipo de iniciativa.

Na sessão da semana passada, devido à morte do vereador Jurandyr Bueno Filho três dias antes, as votações foram adiadas a pedido do vereador Marcelo Borges (PSDB), em consenso com todos os colegas.

A pauta de hoje tem sete propostas: quatro são projetos de lei, um projeto de resolução e dois

projetos de lei. O primeiro trata da revogação do artigo 100 do Regimento Interno, que estabelece a competência da Câmara para aprovar o orçamento da cidade. A proposta é de autoria do vereador Renato Cirino e tem como objetivo permitir a utilização do plenário da Câmara para permitir a utilização do plenário da Câmara. A proposta da Mesa Diretora tem por objetivo regulamentar a possibilidade de utilização do plenário - sala Vereador Benedito Moreira Pinto - para que a sociedade possa discutir temas de interesse da cidade dentro da Casa. A Mesa quer abrir a Casa ao debate dos assuntos que interessam a todos os cidadãos baurienses, proporcionando um mecanismo de acesso da sociedade aos seus interesses e discutindo os problemas do município.

Outro projeto de lei em



Amarildo apresentou projeto de título de Cidadão

lismo em Bauri, que deverá ser comemorado anualmente no dia 9 de abril, data da fundação do Aeroclube de Bauri, onde é praticado o voo a vela. O vereador Roque Ferreira (PT) deseja a criação da Central de Atendimento ao Cidadão de Bauri.

Roque propõe criar Central de Atendimento ao Cidadão

Moções

Quatro moções também fazem parte da pauta da sessão da Câmara de hoje. A primeira é de autoria do vereador Roberval Sakai (PP) e também foi adiada na sessão passada. Essa moção é de apoio ao ministro da Saúde, José Cássio, para que as vacinas infantis meningite pneumocócica conjugada 7 - valente, influenza, varicela e he

POLÍTICA

Após 45 dias, acaba lua-de-mel dos vereadores com o prefeito

Renato Cirino

A terceira sessão ordinária da Câmara Municipal de Bauru, realizada ontem, mostrou a elevação da temperatura dos discursos dos vereadores em relação ao prefeito Rodrigo Agostinho (PMDB) e indicou o fim da "lua-de-mel" na relação entre os poderes. O clima de tranquilidade entre os integrantes do Legislativo e o chefe do Executivo foi quebrado pela crítica direta sobre a falta de ações do governo, indefinição de programas em relação a secretários e dúvidas sobre planejamento.

As críticas começaram pelo vereador Roque Ferreira (PT), partido que integra a base de apoio e participa do governo. Ele apontou a má educação de alguns secretários no tratamento com os servidores. "Tem secretário fazendo sessão por estresse e far

onada a crítica, mas segundo a apuração feita pelo JC as palavras ecoam na direção da presidência da Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauru (Emdurb), que está nas mãos de Rubens Ribeiro de Barros Filho, o Rubito.

Roque fez um alerta ao prefeito: "Rodrigo tem que estar atento ao serviço dos secretários", disse. Apesar de pertencer à coligação que elegeu Rodrigo, o petista revelou que não faz alinhamento político. "Isso me dá liberdade para questionar ele e os secretários", comentou.

Fabiano Mariano (PDT) bateu na mesma tecla de Roque e criticou os secretários. "A maneira que os servidores estão sendo tratados me preocupa", disse. "Não queremos bater nas secretarias, mas estamos atentos ao que está

no (CDHU). Amarello também reclamou da morosidade do Executivo em encaminhar demandas. Ele disse que uma empresa com mais de 1.000 empregados direitos quer, desde o governo passado, área para ampliar seus negócios e que não está conseguindo encaminhar seu pleito também nesta administração.

O presidente Pastor Luiz Barbosa (PTB) mostrou que ainda não engoliu a negativa de Rodrigo para seu projeto de colocar mão-de-obra de presidiários do regime semi-aberto na limpeza das ruas de Bauru.

"Tinha conversado antes e ele havia apoiado (tinhamos acordado com minha idéia, mas depois de uma reunião que fizemos aqui na Câmara, ele fez vários questionamentos à proposta", revelou. Marcelo Borges (PSDB) entrou na polêmica. "Não dá para aceitar a

veitar essa oportunidade de liderar o Executivo para restaurar essa cidade".

Outro lado

Para o prefeito Rodrigo Agostinho, a enorme demanda vinda dos bairros e o acúmulo de chuvas nesta época do ano antecipa as cobranças. "É normal que os vereadores apontem para as cobranças que vêm dos bairros. Nós estamos trabalhando muito para resolver problemas, apesar das dificuldades e vamos superar os obstáculos. Com as chuvas bairros inteiros ficaram intransitáveis em diferentes pontos da cidade e é natural que os vereadores demonstrem insatisfação. Estamos correndo para atacar o que é urgente e definindo prioridades", comentou.

Agostinho contou que, para o problema das ruas nos bairros, a prefeitura



Luiz Barbosa foi até o Sinserm anunciar aprovação do vale-compra de R\$ 200,00 para servidor da Câmara.



Rodrigo acolhe proposta para estender licença maternidade de 4 para 6 meses

O Executivo Municipal vai encaminhar aos vereadores no próximo mês projeto de lei para estender a licença maternidade dos atuais quatro para seis meses. A decisão foi anunciada ontem, após o prefeito Rodrigo Agostinho (PMDB) e a vice, Estela Almagro (PT), receberem os vereadores Fernando Mantovani (PSDB) e Moisés Rossi (PPS), representantes do Conselho Municipal da Condição Feminina, OAB/Bauri, e PSDB Mulher.

No encontro foi entregue a moção de apoio aprovada pela Câmara Municipal, de autoria do vereador Mantovani, solicitando a ampliação da licença-maternidade de quatro para seis meses às servidoras municipais, conforme legislação

prefeita. A subsele regional da CUT em Bauri havia encaminhado a solicitação ao antecessor, Tuga Angerami, no ano passado.

O vereador Fernando Mantovani lembrou que a moção teve início com a então vereadora Majó Janice, atual secretária de Educação. Rodrigo Agostinho informou a todos que já autorizou a Secretaria Municipal do Bem-Estar Social a procurar um local adequado para a instalação da Casa Abrigo para Mulheres e que também discutiu com o Ministério

Público a criação de uma casa abrigo para meninas usuárias de substâncias psicoativas.

O prefeito acrescentou ainda que este reunião ontem com as funcionárias da Emdurb, recém-contratadas e que atuam no serviço de varrição, na área central. Uma das questões definidas nesse encontro foi a reformulação do uniforme da equipe, que escolheu o tom rosa para as novas peças.

www.fotocherry.com.br
Clique aqui e revele suas fotos digitais!

SLY FASHION
MALHARIA
50% DESC.

Cheque para 25/03

C/Sobrecoxa
Lev. Temp. Cong. Kg
2,39

Miolo do Sete
de Ból | Pedação Kg
5,97

Fraldinha
de Ból | Peça K
7,95

Arroz
Baviere
Tipo I 5Kg
7,25

Sorvetê
Jundiá
Pote 2 Litros Sabo
6,95

Refrig.
Coca Cola
Pet 2 Litros Grátis 250ml
2,95

Refrig.
Conquis
Pet 2 Litros Sabo
1,39

Carnaval 2009

Venha curtir as 4 noites de carnaval no Ingo do Themas de Piratiningal

Dias 21, 22, 23 e 24 de Fevereiro

Muita animação com: **Panda**

POLÍTICA/GERAL

Câmara discute a taxa de bombeiro

Sessão de hoje vai analisar projeto que extingue o lançamento da tarifa e o imbróglgio para remover favela do Parque R

Renato Cirino

Adiada de segunda-feira para hoje, às 14h, devido ao Carnaval, a sessão da Câmara Municipal de Bauri tem quatro projetos de lei enviados pelo prefeito Rodrigo Agostinho (PMDB). Na reunião, os vereadores vão avaliar o projeto de lei que pretende extinguir o lançamento da Taxa de Bombeiros, de 2005 a 2007, além de votar o projeto que permite a permuta de imóveis para a remoção de favelas do Parque Real.

O projeto que trata da taxa dos bombeiros uniu simpatia e oposição. A proposta dispensa o lançamento da Taxa de Serviços de Bombeiros para os exercícios de 2005 a 2007. "A justificativa reside na própria polémica que envolveu tal tributação no passado, com inúmeros julgados restando a cobrança a pretexto de sua inconstitucionalidade", explicou o prefeito, revelando ainda que a legitimidade da referida taxa só ocorreu com a con-

sultado de lançar a taxa por liminar expedida em sede de primeiro grau. O tributo voltou a ser lançado normalmente em 2008, com segurança jurídica para tanto. "Por isso, parece-nos injusto o lançamento retroativo, o que esperamos impedir com a proposta em tela", afirmou o prefeito, na exposição de motivos. Ele adianta também que a medida não acarretará qualquer impacto orçamentário-financeiro, uma vez que a possível receita nunca foi prevista nas peças orçamentárias do Município.

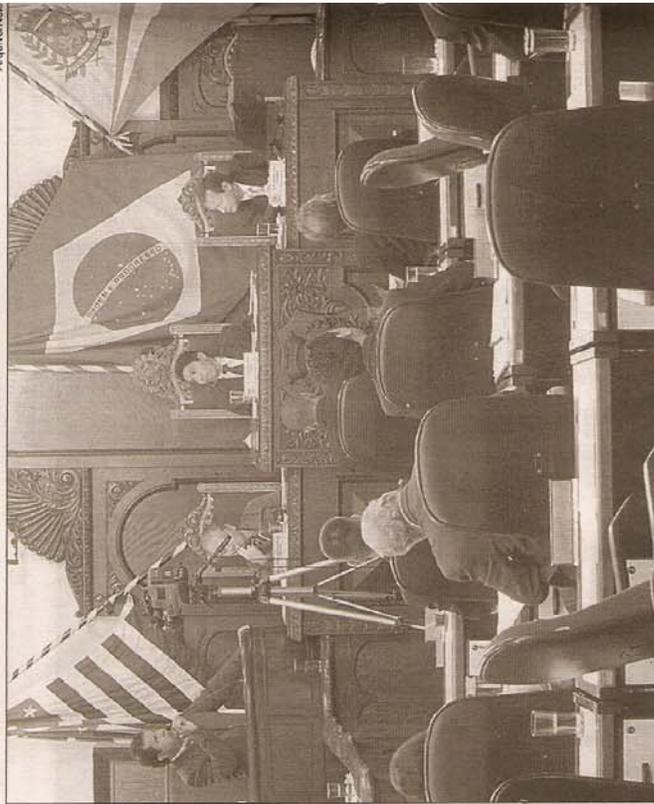
Assunto que está para ser votado desde o ano passado é o que autoriza o Executivo a permutar imóveis de propriedade da Prefeitura de Bauri com imóveis de propriedade de João Pereira Operações Imobiliárias S/C Ltda.

No final de 2008, esse projeto foi enviado à Casa pelo então prefeito Tuga Angerami. No entanto, ele mesmo decidiu retirar da pauta a proposta. Este ano, o projeto chegou a fazer

hoje, para ser apreciado pelos vereadores.

"Com a aprovação do projeto proposto, a prefeitura resolverá a desapropriação dos imóveis do particular que foram declarados de utilidade pública para o reassentamento da Favela do Parque Real, localizada em área de risco", afirmou o prefeito na exposição de motivos.

Conforme a justificativa, os recursos (R\$ 990 mil) para esse programa são oriundos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), através do Ministério das Cidades, com contrato já firmado com a Caixa Econômica Federal, cuja contrapartida é a desapropriação da área onde serão construídas as 34 unidades habitacionais. Para isso, é preciso a regularização dos títulos de propriedade dos imóveis a serem utilizados no reassentamento. O prefeito destaca ainda, no texto, que o permutante entra-se em dia com o pagamento dos débitos tributários, objeto de parcelamento administrativo



Arquivo/Net

Vereadores votam se Executivo poderá permutar imóveis próprios com propriedade empresa imobiliária para realizar reassentamento dos moradores da Favela do Pq. habitacionais no Parque Santa Cândida, com um, dois e três dormitórios. A construção faz parte do projeto de remoção das 34 famílias da primeira é do vereador Carlos Talino Davi da Silva e gestores da Fundação de Previdência (Funprev) para que viabilizem o pagamento dos

POLÍTICA

Audiência quer avaliar as associações

As dificuldades no funcionamento e a inabilitação jurídica da maioria das representações populares gerou a discus-

Renato Cirino

A estrutura precária, a dificuldade de acesso a respostas por serviços públicos e a inabilitação de pelo menos 70 das 100 representações existentes motivaram a Câmara Municipal de Bauru a marcar para a próxima semana, no dia 3 de março, a realização de audiência pública em plenário para discutir a situação das associações de moradores. O encontro no plenário ainda terá data confirmada pela presidência da Casa de Leis.

Durante a sessão de ontem, a vereadora Chiara Ranieri (DEM) teve seu pedido de audiência pública para discutir o tema aceito pelos colegas. Ela pretende saber a real situação das associações de moradores e se alguma secretaria, como a do Bem-Estar Social (Sebes) ou a Secretaria das Administrações Regionais (Sear), possui algum controle de informações sobre as representações de bairros.

Por isso, a secretária Darnelle Têndolo, da Sebes, e Cláudio Gomes, da Sear foram convidados para debater o assunto. Segundo a vereadora demista, existem cerca de 100 associações de moradores, mas apenas 30 estão legalizadas. Outro problema visto por Chiara é em relação aos representantes dessas associações que procuram o Legislativo para fazer pedidos. "Não sabemos se essa pessoa representa realmente a comunidade ou está fazendo um pedido individual", afirmou.

Chiara disse ainda que é preciso regularizar as associações diante da administração pública. "Temos que decidir qual órgão da Prefeitura deverá ser responsável para saber a atuação das associações", revelou.

Roque Ferreira (PT) também criticou o modo como as associações estão funcionando atualmente. "Absorveu tudo o que há de pior na política", disse. "Essas associações representam

apenas as pessoas que fazem parte dela", emendou.

Já Roberval Sakai (PP) apontou ataque pela dificuldade física das lideranças de bairros. Ele mostrou, pela TV Câmara, que o centro comunitário do bairro Nova Esperança está abandonado e serve de abrigo para usuários de drogas. "Precisamos reformar o centro comunitário para que ele volte a funcionar novamente".

No entanto, Chiara disse que "não é possível falar em centro comunitário sem falar

antes em associação de moradores". Roque disse também que as associações devem ser melhor organizadas. "Se não tiver projeto, o Executivo não vai fazer nada", afirmou. "Não faz sentido recuperar os centros se não organizarmos as associações".

Já Paulo Eduardo de Souza (PSB) afirmou que há necessidade de rever a parte legal das associações. "Tem gente também que fica muito tempo como presidente dessas entidades", comentou.



Chiara Ranieri formulou o pedido de audiência o

VERÃO
Confiança
do tamanho do Brasil

CONFIANÇA
SUPERMERCADOS

Coxão Duro
Bovino

POLÍTICA

Sentença proíbe terceirização do lixo

Justiça do Trabalho julgou precedente ação do Ministério Público contra transferência de serviços pela Emdurb

Néilson Gonçalves

Projeto defende sistema de energia solar para prédios

Projeto de lei do vereador Fabiano Mariano (PDT) institui o Programa de Instalação de Sistemas de Aquecimento de Água por Energia Solar em Edificações de Natureza Pública. O projeto foi aprovado na última sessão da Câmara Municipal de Bauri e agora vai passar pelas Comissões Permanentes da Câmara e, depois, se aprovado, fazer parte da pauta de deliberações da vereança. Um dos objetivos é implantar o sistema de aquecimento de água em prédios municipais e estaduais.

Segundo o projeto, poderá ser prevista a possibilidade do aproveitamento do programa para instalações do sistema de aquecimento solar de água, mas avaliados o custo benefício e a viabilidade técnica do projeto. "Com certeza há de ter estudo técnico especializado visando a viabilização do projeto e sua possibilidade de execução para que tenha o resultado desejado", apontou.

Os materiais utilizados para os sistemas de aquecimento solar de água deverão ter sua eficiência comprovada por órgão técnico credenciado pelo Instituto Nacional de Metrologia.

Pelo projeto, as novas edificações a serem realizadas pelo Executivo deverão seguir para suas instalações



Justiça do Trabalho decidiu que coleta de lixo tem de ser realizada por servidor da Emdurb

coleta, ainda que por contrato de trabalho celetista via Emdurb, foi realizada pelo Sindicato dos Servidores durante o governo Tuga Angelrami, quando a terceirização foi iniciada com abertura de licitação.

A decisão traz que a lei municipal que criou a Emdurb, define que compete à empresa executar a prestação de limpeza pública e

Politicando

Jegue puro!

Perguntei ao Inacinho: - Qual a associação mais racista do mundo? E ele: - Essa é fácil: a Ku, Klux, Klan, que opera no dor de cotovelo, disse ele.

- Isso é o que se pode chamar de um verdadeiro coice. - Por que coíce? - É sim-

Hotel, estão convidados todos os prefeitos eleitos em 2008 no Estado de São Paulo.

Segundo a CNM, até o início da tarde da última sexta-feira havia 105 inscritos, mas os organizadores esperam mais de 200 prefeitos no

sobre as principais áreas de atuação da administração municipal. O encontro dos prefeitos eleitos começou em outubro no Rio Grande do Sul e vem seguindo por

atenção de toda a região

Rodrigo Agostinho
prefeito

responsabilidades e possibilidades de atuação dos municípios; apresentar a rede municipalista e sua atuação nos níveis regional, estadual e nacional,

que certamente vai monopolizar a atenção de toda a região”, ressaltou o prefeito.

Os prefeitos eleitos de São Paulo, como de todo o País, podem inscrever-se gratuitamente no site da CNM www.cnm.org.br, ou

* Câmara discutirá hoje assinatura de convênios para repasses a entidades

A quinta sessão da Câmara Municipal de Bauru, com início às 14h de hoje, vai discutir autorização para que o Executivo possa assinar novos convênios para repasse de recursos a entidades assistenciais para o exercício. Mas as atenções deverão estar voltadas para os discursos na tribuna livre, sobretudo em função do presidente da Câmara, Pastor Luiz Carlos Rodrigues Barbosa (PTB), ter cobrado ações do governo municipal neste final de se-

mana, como noticiou o JC no último sábado.

Vereadores da oposição também se movimentam para enfatizar cobranças contra o Executivo, depois da semana anterior ter sido marcada por críticas em relação a contratações na Secretaria das Administrações Regionais (Sear).

Na pauta, os vereadores vão avaliar autorização anual para convênios com entidades do setor privado que atuam na área de assistência

social, como em programas para pessoa com deficiência, criança em abrigo, convivência do idoso e pronto atendimento assistencial. Na semana passada, a proposta teve a votação adiada por uma sessão ordinária e uma extra, a pedido dos vereadores Marcelo Borges (PSDB) e Roque Ferreira (PT). Na última sexta-feira, o petista levantou informações sobre os contratos junto à Secretaria do Bem-Estar Social (Sebes).

O outro projeto é o que

dá nova redação ao lançamento da Campanha da Fraternidade. A proposta de autoria da Mesa Diretora da Câmara visa corrigir uma falha na lei original que trata do assunto. O texto da lei em vigor não especifica se o lançamento pelo Legislativo da campanha realizada pelos católicos tem de ser feito por sessão solene ou ordinária. A mudança vai corrigir esta dúvida. A sessão também votará moções de apelo e aplauso. **(Da Redação)**

Plataforma da Câmara ainda não engrenou

Sessão ordinária será realizada com processos de pequena amplitude; expectativa fica para os pronunciamentos

Os trabalhos da Câmara Municipal de Bauru, durante a sessão ordinária de hoje, serão realizados com processos de pequena amplitude. A expectativa é que os pronunciamentos sejam realizados durante a sessão.

Um dos quatro projetos para a sessão desta segunda-feira será o que altera o município de Bauru. O projeto é de autoria do vereador Claudinei da Silva Vecchi, inaugurado no final de 2008 e que está localizada na rua Riqueza, Vila Baurista, 4-20, no Parque Viaduto. Essa alteração é para incluir o título de professora ao nome da mulher que sempre tem nome à escola. Esse projeto é de autoria da Mesa Diretora da Câmara.



Sessão de hoje será marcada pelo luto após a morte do vereador Jurandyr Bueno Filho

Pauta de hoje tem apenas quatro projetos e nenhum de grande repercussão para a cidade

Quem preside o Conselho Municipal de Educação (CME) de Bauru, o vereador Roberto Pinto, natural de Guaratinguá (SP), mas que é formado pela Faculdade de Direito de Bauru, ligada à Instituição Toledo de Ensino (ITE). Ele trabalhou em Bauru por mais de 10 anos e também exerce atividades na região. Esse projeto de auto-

adaptação à legislação federal, conhecido como "Lei de Bauru", é de autoria do vereador Fernando Mantovani (PSDB) e pede ao prefeito Rodrigo para que seja concedida a ampliação de licença maternidade às servidoras municipais de 120 dias (quatro meses) para 180 dias (seis meses), conforme legislação federal.

MARCONDES SALGADO

Patete que a engenharia de Bauru ainda tem muito trabalho pela frente, pois a cidade não tem um plano diretor atualizado. Um exemplo: na Marcondes Salgado, há dois pontos de entrada e saída. Por isso e por ter a Tiltbra ainda em andamento, recebe um grande fluxo de visitantes, além dos carros e ônibus que passam. Será que conseguimos fazer um planejamento para estações de metrô e ônibus desta rua, prejudicial à cidade?

CUT debate crise e eleição de 2010

A crise econômica e a eleição de 2010 são temas que estão em pauta no Conselho Municipal de Trabalhadores (CUT) de Bauru. O presidente da CUT, Rodrigo Francisco Mansuro, afirmou que a crise tem afetado a economia da cidade e que a eleição de 2010 será marcada por grandes mudanças políticas.



Rodrigo, Francisco Mansuro e Sebastião Cardoso no evento

de crédito e outros mecanismos, porém muitos são desconfiados. "A CUT não faz acordos de redução de salários e jornada, beneficia e defende. O empresário não

JUIZ POLEMIZA AO CRITICAR LEI SECA

Campanha e proibição de bebidas alcoólicas em bares e restaurantes em Bauru, durante o carnaval, gerou polêmica entre os juristas locais. O juiz da comarca, Roberto Dias, criticou a Lei Seca por considerar que ela é discriminatória em relação aos estabelecimentos comerciais.

CUT avisa que não vai aceitar qualquer medida que reduza o salário mínimo real do trabalhador. A estratégia é de não aceitar qualquer medida que seja considerada "negativa".

ESTAÇÃO FIB - VESTIBULAR FIB 2009

TURISMO
Você, especialista em férias!
Duração do Curso: 3 anos

EDUCAÇÃO FÍSICA

PROVA AGENDADA
Invista em uma faculdade que vale a pena!

Inscrições: www.fibbauru.br

(11) 2109-6200

Salva mais sobre convênios, descontos e opções de financiamento. FIB, uma faculdade pra quem sabe onde quer chegar!

Salva mais sobre os cursos da FIB, acesse: www.fibbauru.br - FIB - Rua Rodolfa Dias Domingues, q.33, Jd. Ferraz, Bauru, SP

Coisas do progresso

Caritiba, 1974. Fomos (eu e minha esposa) ao Teatro Guará para assistir a um hilariante show musical de Juca Chaves. Juca, já no meio do show, após cantar algumas piadas pirotécnicas, pegou o violão e começou a tocar acompanhado da sua esposa. Mas antes recomeçou em tom solene, à plástica "Fim de mundo, o público virgens".

Publicado no Jornal do Oeste

Prefeito reduzirá nomeações na Sear

Rodrigo Agostinho disse que vai determinar ao secretário Cláudio da Silva Gomes a revisão de cargos de confiança

Ricardo Santana

O prefeito Rodrigo Agostinho (PMDB) disse ontem à noite, que incumbiu o secretário Cláudio da Silva Gomes, da Secretaria das Administrações Regionais (Sear), de revisar as nomeações em cargo de confiança para a secretaria. Porém, avisou que não fechará nenhuma das regiões esbeltas - Jardim Bela Vista, Fátima, Parque São Geraldo e Mary Dora.

Essa semana ele (Cláudio) vai resolver. Não que seja para a gente ter indicações de carreira das regiões, diminuindo os cargos em confiança. O que tiver em excesso será diminuído até que as regiões não tenham uma estrutura um pouco melhor de atendimento. O que tiver em excesso será diminuído até que as regiões não tenham uma estrutura um pouco melhor de atendimento.

A nomeação de funcionários para a secretaria atraiu a atenção para a Sear, que é uma pasta com tradição no relacionamento e atendimento das demandas da população. "O que o secretário precisa que não vai resolver essa semana, é um sentido de ir com muita sede ao pombo ponto de vista de querer toda uma estrutura para as regiões que não são sólidas. Entendemos a proposta e isso é um documento", avalia o prefeito.



Marcelo Borges, Fabiano Mariano e Luiz Barbosa voltaram a criticar estrutura da Sear

O JEC tentou contato telefônico, na noite de ontem, com o titular da Sear, no entanto, não conseguiu estabelecer contato. Ele explicou que as unidades atendem de 30 a 40 pessoas - cada uma, com pedidos de captação de mão de obra, de água quente e de manutenção para suas de terras - a cidade possui 3.500 quadras com ruas de terra.

O que tiver em excesso será diminuído até que as regiões realmente tenham uma estrutura um pouco melhor de atendimento

Rodrigo Agostinho, prefeito

Atualmente, há regional sem telefone adequado

de a ligação de linha. No entanto, o prefeito enfatizou em afirmar que as regiões não têm funcionários suficientes. Ele explicou que as unidades atendem de 30 a 40 pessoas - cada uma, com pedidos de captação de mão de obra, de água quente e de manutenção para suas de terras - a cidade possui 3.500 quadras com ruas de terra.

Todas as indicações estão sendo levadas à secretarias competentes para execução dos trabalhos. No entanto, o prefeito enfatizou em afirmar que as regiões não têm funcionários suficientes. Ele explicou que as unidades atendem de 30 a 40 pessoas - cada uma, com pedidos de captação de mão de obra, de água quente e de manutenção para suas de terras - a cidade possui 3.500 quadras com ruas de terra.

Vereadores questionam as indicações políticas

A nomeação de 10 pessoas em cargo de confiança para a Secretaria das Administrações Regionais (Sear) foi um prato cheio para os vereadores cobrarem na sessão da Câmara Municipal de Bauri, ontem. Vários parlamentares usaram seu tempo na tribuna para cobrar uma posição do titular da pasta Cláudio da Silva Gomes.

O vereador de oposição Marcelo Borges (PMDB) disse que o prefeito não tem a responsabilidade de fazer uma lista de grandes nomes políticos. "Não podemos ter uma carga de funcionários grande na Sear sem ter nenhuma atividade", explicou.

Borges entende que a resposta tem que vir imediatamente. "Espero que o prefeito nessa semana dê uma resposta. O que não podemos é ter uma estrutura cara para o contribuinte e não estar prestando nenhum serviço à população", advertiu.

O italiano entende que

temos que ter dois cargos de direção de divisão que só podem ser ocupados por servidores municipais, com apenas um precatório. No organograma da Sear ainda está sendo cobrados de assessor técnico a três administradores e quatro assessores comunitários.

Nomeações

Atualmente, a Sear possui 10 pessoas em cargo de confiança nomeadas em janeiro. O secretário, sua secretária, um assessor técnico, três administradores e quatro assessores comunitários.

O vereador Renato Purini (PMDB) está disposto a propor uma representação ao Ministério Público (MP) para pedir punição e ressarcimento de valores que calcula ter sido pago a mais pelo serviço de limpeza e coleta de lixo em Bauri. Com base em dados obtidos junto ao Departamento de Água e Esgoto (DAE), Purini afirma que a suspensão do contrato com a Empresa de Cermos e Telgrafos (ECT) representa uma economia mensal de R\$ 60 mil para a autarquia.

Na sessão em sessão de ontem, conforme informou o JEC na semana passada, cada sessão convocada pelo DAE, inclusive com a realização de reuniões com antigos leilantes, para a recomposição dos serviços, o vereador reclamou, e

reclamação direta com os problemas enfrentados no atendimento dos serviços. Os representantes realizaram reunião com o uso de cartão de nome, fax e e-mail e entregaram planilhas na rua. O informativo da CUT insistiu na sua de que ocorreram de situações de empurrão de botões nas reuniões, sendo acusados ao serviço de cobrança para pagamentos em dinheiro que não de seu realizado pelos moradores.

O ato de indicação foi feito pelo prefeito Rodrigo Agostinho (PMDB) e incluiu de comissão de moradores nos serviços. O Executivo já avisou, antes, ao município o R, em janeiro passado, que está de licença médica até o final de janeiro, seu secretário deve ser. A manutenção tem a apoio do Sindicato, que representa os trabalhadores de voto e de nome, outubro.

Purini pede para DAE cobrar devolução por serviços da ECT

O vereador Renato Purini (PMDB) está disposto a propor uma representação ao Ministério Público (MP) para pedir punição e ressarcimento de valores que calcula ter sido pago a mais pelo serviço de limpeza e coleta de lixo em Bauri. Com base em dados obtidos junto ao Departamento de Água e Esgoto (DAE), Purini afirma que a suspensão do contrato com a Empresa de Cermos e Telgrafos (ECT) representa uma economia mensal de R\$ 60 mil para a autarquia.

Na sessão em sessão de ontem, conforme informou o JEC na semana passada, cada sessão convocada pelo DAE, inclusive com a realização de reuniões com antigos leilantes, para a recomposição dos serviços, o vereador reclamou, e reclamação direta com os problemas enfrentados no atendimento dos serviços. Os representantes realizaram reunião com o uso de cartão de nome, fax e e-mail e entregaram planilhas na rua. O informativo da CUT insistiu na sua de que ocorreram de situações de empurrão de botões nas reuniões, sendo acusados ao serviço de cobrança para pagamentos em dinheiro que não de seu realizado pelos moradores.

O ato de indicação foi feito pelo prefeito Rodrigo Agostinho (PMDB) e incluiu de comissão de moradores nos serviços. O Executivo já avisou, antes, ao município o R, em janeiro passado, que está de licença médica até o final de janeiro, seu secretário deve ser. A manutenção tem a apoio do Sindicato, que representa os trabalhadores de voto e de nome, outubro.

Amarildo expõe vida particular para evitar exploração política

Para evitar possíveis intrigas ou indícios com o uso de fatos de sua vida particular, o vereador Amarildo de Oliveira (PPS) decidiu de usar seu tempo de entrar na tribuna do Legislativo para contar sobre situações que enfrenta. O vereador disse que arrazoou a preparação da pesquisa de opinião, o arranjo de pagamento, o custo de ser pteiro. "Esqueci a situação com meus amigos que fizemos um contrato e pagavam a minha pensão. Mal-dosamente fiquei sabendo, depois, que algumas pessoas

queriam explorar isso politicamente. Não foi preciso, apenas respondi judicialmente", esclareceu.

Resolvida a questão, Amarildo disse que recebeu um telefonema em seu gabinete parlamentar avisando que poderia haver exploração política de sua vida pessoal. De acordo com o vereador, o arranjo de pagamento alimentícia ocorreu no mês de uma série de problemas que afetaram sua condição financeira.

Na época da campanha eleitoral de 2008, Amarildo afirmou de ter o ganho

com o programa que apresenta em uma emissora de TV, de qual teve que se afastar por quatro meses para a campanha em busca de uma cadeira no Legislativo.

O vereador conta que, nesse período, seu pai e sua mãe tiveram sérios problemas de saúde. Amarildo frisou que o pai sofreu com câncer e sua aposentadoria de R\$ 400,00 era insuficiente para se desposar. "Desde então, houve o atraso no pagamento da pensão alimentícia e que gerei uma ação judicial", finalizou. (RS)

relação direta com os problemas enfrentados no atendimento dos serviços. Os representantes realizaram reunião com o uso de cartão de nome, fax e e-mail e entregaram planilhas na rua. O informativo da CUT insistiu na sua de que ocorreram de situações de empurrão de botões nas reuniões, sendo acusados ao serviço de cobrança para pagamentos em dinheiro que não de seu realizado pelos moradores.

O ato de indicação foi feito pelo prefeito Rodrigo Agostinho (PMDB) e incluiu de comissão de moradores nos serviços. O Executivo já avisou, antes, ao município o R, em janeiro passado, que está de licença médica até o final de janeiro, seu secretário deve ser. A manutenção tem a apoio do Sindicato, que representa os trabalhadores de voto e de nome, outubro.

CUT protesta na Câmara e solicita audiência para transporte coletivo

A Sociedade Bauri da Central Única dos Trabalhadores (CUT) realizou ontem à noite, em frente à Câmara Municipal de Bauri, protesto contra a qualidade dos serviços de transporte coletivo urbano, reclamações contra aumento e taxa de venda de ônibus nas linhas e defesa do retorno da cobrança em

indivíduos interessados. A discussão sobre a falta de cobertores foi solicitada para ser realizada em audiência pública. O pedido foi recebido pelo vereador Roque Ferreira (PT) e será encaminhado junto à presidente da Casa de Leis.

Na visão dos líderes, a ausência dos cobertores tem

relação direta com os problemas enfrentados no atendimento dos serviços. Os representantes realizaram reunião com o uso de cartão de nome, fax e e-mail e entregaram planilhas na rua. O informativo da CUT insistiu na sua de que ocorreram de situações de empurrão de botões nas reuniões, sendo acusados ao serviço de cobrança para pagamentos em dinheiro que não de seu realizado pelos moradores.

O ato de indicação foi feito pelo prefeito Rodrigo Agostinho (PMDB) e incluiu de comissão de moradores nos serviços. O Executivo já avisou, antes, ao município o R, em janeiro passado, que está de licença médica até o final de janeiro, seu secretário deve ser. A manutenção tem a apoio do Sindicato, que representa os trabalhadores de voto e de nome, outubro.

Journal da Cidade logo and contact information.

Logo for 'CURSO COM O PI' and other text.

Apoio pelo novo batalhão

O presidente estadual do PTB na Assembleia Legislativa, deputado Campos Machado, afirmou ao presidente da Câmara Municipal de Bauri, Pastor Luiz de Fátima, que apoiará a reivindicação de um batalhão de polícia militar para a cidade. O deputado informou que recebeu o chefe da Casa Civil, Aloysio Nunes Ferreira, com o Secretário Público, Roberto Marinho, e com o comandante Militar, coronel Roberto Diniz, para tratar desta questão. Campos Machado afirmou de seu diretor regional, Zé Carlos, que decidiu apoiar a luta pelo batalhão da Polícia Militar.

Na sessão em sessão de ontem, conforme informou o JEC na semana passada, cada sessão convocada pelo DAE, inclusive com a realização de reuniões com antigos leilantes, para a recomposição dos serviços, o vereador reclamou, e reclamação direta com os problemas enfrentados no atendimento dos serviços. Os representantes realizaram reunião com o uso de cartão de nome, fax e e-mail e entregaram planilhas na rua. O informativo da CUT insistiu na sua de que ocorreram de situações de empurrão de botões nas reuniões, sendo acusados ao serviço de cobrança para pagamentos em dinheiro que não de seu realizado pelos moradores.

O ato de indicação foi feito pelo prefeito Rodrigo Agostinho (PMDB) e incluiu de comissão de moradores nos serviços. O Executivo já avisou, antes, ao município o R, em janeiro passado, que está de licença médica até o final de janeiro, seu secretário deve ser. A manutenção tem a apoio do Sindicato, que representa os trabalhadores de voto e de nome, outubro.

Lotofácil para quatro

A CEP divulgou o resultado do concurso 408 da Lotofácil, cujo sorteio ocorreu às 19h30 de ontem. Os números sorteados foram: 04 - 05 - 07 - 08 - 11 - 12 - 13 - 14 - 15 - 18 - 22 - 23. O prêmio acumulado foi de R\$ 15 milhões e 99 mil reais, sendo que cada R\$ 100 (100 mil) ganhou R\$ 100 (100 mil).

Na sessão em sessão de ontem, conforme informou o JEC na semana passada, cada sessão convocada pelo DAE, inclusive com a realização de reuniões com antigos leilantes, para a recomposição dos serviços, o vereador reclamou, e reclamação direta com os problemas enfrentados no atendimento dos serviços. Os representantes realizaram reunião com o uso de cartão de nome, fax e e-mail e entregaram planilhas na rua. O informativo da CUT insistiu na sua de que ocorreram de situações de empurrão de botões nas reuniões, sendo acusados ao serviço de cobrança para pagamentos em dinheiro que não de seu realizado pelos moradores.

O ato de indicação foi feito pelo prefeito Rodrigo Agostinho (PMDB) e incluiu de comissão de moradores nos serviços. O Executivo já avisou, antes, ao município o R, em janeiro passado, que está de licença médica até o final de janeiro, seu secretário deve ser. A manutenção tem a apoio do Sindicato, que representa os trabalhadores de voto e de nome, outubro.

reclamação direta com os problemas enfrentados no atendimento dos serviços. Os representantes realizaram reunião com o uso de cartão de nome, fax e e-mail e entregaram planilhas na rua. O informativo da CUT insistiu na sua de que ocorreram de situações de empurrão de botões nas reuniões, sendo acusados ao serviço de cobrança para pagamentos em dinheiro que não de seu realizado pelos moradores.

O ato de indicação foi feito pelo prefeito Rodrigo Agostinho (PMDB) e incluiu de comissão de moradores nos serviços. O Executivo já avisou, antes, ao município o R, em janeiro passado, que está de licença médica até o final de janeiro, seu secretário deve ser. A manutenção tem a apoio do Sindicato, que representa os trabalhadores de voto e de nome, outubro.

O ato de indicação foi feito pelo prefeito Rodrigo Agostinho (PMDB) e incluiu de comissão de moradores nos serviços. O Executivo já avisou, antes, ao município o R, em janeiro passado, que está de licença médica até o final de janeiro, seu secretário deve ser. A manutenção tem a apoio do Sindicato, que representa os trabalhadores de voto e de nome, outubro.

O ato de indicação foi feito pelo prefeito Rodrigo Agostinho (PMDB) e incluiu de comissão de moradores nos serviços. O Executivo já avisou, antes, ao município o R, em janeiro passado, que está de licença médica até o final de janeiro, seu secretário deve ser. A manutenção tem a apoio do Sindicato, que representa os trabalhadores de voto e de nome, outubro.

POLÍTICA

Associações sobrevivem irregulares

Entidades que representam moradores querem apoio do Poder Público, porém a maioria continua funcionando na ilegalidade

EM VERME A SORTE

Como de costume, logo após o fechamento do jornal e durante muitas horas, os moradores de Bauró se reúnem em suas casas para discutir assuntos locais. É comum ouvir comentários sobre a situação das associações de moradores, especialmente aquelas que não possuem registro em cartório. Muitos afirmam que essas entidades são essenciais para representar os interesses da comunidade perante o Poder Público, mas também apontam para a falta de regulamentação e fiscalização.

Em Bauró, existem cerca de 15 associações de moradores, mas apenas algumas possuem registro em cartório. De acordo com Santos, Bauró possui atualmente 15 associações de moradores, mas já teve 110 entidades nos anos 80. De total, ele considera que 15 funcionam, 10 apresentam problemas, como a presença de dois presidentes em algumas entidades, e outras não têm registro em cartório. Segundo Santos, atualmente as associações não têm registro em cartório e não possuem o ofício de renovação da diretoria. Com o novo Código Civil, as associações de moradores estão obrigadas a proceder às suas atividades. Além disso, elas têm que se adequar ao novo estatuto.



Representantes das associações discutiram com versadores suas dificuldades, ontem

Existir conta

De acordo com Santos, Bauró possui atualmente 15 associações de moradores, mas já teve 110 entidades nos anos 80. De total, ele considera que 15 funcionam, 10 apresentam problemas, como a presença de dois presidentes em algumas entidades, e outras não têm registro em cartório.

Dez associações funcionam com problemas, algumas tem dupla representação e a maioria não tem registro em Cartório

De acordo com Santos, Bauró possui atualmente 15 associações de moradores, mas já teve 110 entidades nos anos 80. De total, ele considera que 15 funcionam, 10 apresentam problemas, como a presença de dois presidentes em algumas entidades, e outras não têm registro em cartório.

Divergências marcam audiência

O primeiro encontro de audiência pública para discutir a situação das associações de moradores ocorreu nesta quinta-feira (26) no auditório da Câmara Municipal de Bauró. O presidente da cidade de Bauró do Parque Viaduto, Oswald Martins, presidiu a audiência. Participaram representantes de diversas associações de moradores, incluindo o presidente da Associação de Moradores do Parque Viaduto, que trouxe quatro histórias.

ACORDEM AUTORIDADES HONRAR OS REUS TRIBUNAL

Chamamos a atenção das autoridades de Bauró para a situação das associações de moradores. É importante que as entidades sejam devidamente registradas e fiscalizadas para garantir a transparência e a legalidade de suas atividades.

A CRIELEDAD NÃO TEM US

As leis e normas que regem as associações de moradores devem ser rigorosamente seguidas. A criação de entidades sem o devido registro em cartório pode acarretar sérias consequências legais e administrativas.

Dez associações funcionam com problemas, algumas tem dupla representação e a maioria não tem registro em Cartório

De acordo com Santos, Bauró possui atualmente 15 associações de moradores, mas já teve 110 entidades nos anos 80. De total, ele considera que 15 funcionam, 10 apresentam problemas, como a presença de dois presidentes em algumas entidades, e outras não têm registro em cartório.

OS PERIGOS DO RONCO

Os roncos são um problema sério para quem sofre com esse incômodo. Além de atrapalhar o sono, podem causar problemas de saúde. É importante buscar soluções para reduzir o ruído, como o uso de protetores auriculares e a instalação de barreiras acústicas.

OS PERIGOS DO RONCO

Os roncos são um problema sério para quem sofre com esse incômodo. Além de atrapalhar o sono, podem causar problemas de saúde. É importante buscar soluções para reduzir o ruído, como o uso de protetores auriculares e a instalação de barreiras acústicas.

O Centro Espirita Amor e Caridade anuncia: Curso: O Espiritismo como Ciência

O Centro Espirita Amor e Caridade anuncia o curso "O Espiritismo como Ciência". O curso abordará os fundamentos do espiritismo e sua aplicação na vida cotidiana. O curso será ministrado pelo Dr. Heraldo Guimarães André e terá início em 04/03/09.

ESCOLA, BURACOS, M...

Os buracos nas ruas de Bauró representam um sério problema para a população. É necessário que as autoridades responsáveis tomem providências para a manutenção e reparação das vias públicas.

ESCOLA, BURACOS, M...

Os buracos nas ruas de Bauró representam um sério problema para a população. É necessário que as autoridades responsáveis tomem providências para a manutenção e reparação das vias públicas.

EMPRESARIAL BENEFICENTE PARÓQUIA DE SANTA TERESINHA

A Paróquia de Santa Teresinha promove o Bazar Tradicional, uma oportunidade para arrecadar fundos e apoiar causas sociais. O bazar ocorrerá em 15/03/2009, a partir das 15h.

EMPRESARIAL BENEFICENTE PARÓQUIA DE SANTA TERESINHA

A Paróquia de Santa Teresinha promove o Bazar Tradicional, uma oportunidade para arrecadar fundos e apoiar causas sociais. O bazar ocorrerá em 15/03/2009, a partir das 15h.

EXPOSIÇÃO DOS COM...

A exposição dos com... será realizada em Bauró, apresentando obras de arte e artesanato. É uma ótima oportunidade para apreciar a cultura local e apoiar artistas locais.

EXPOSIÇÃO DOS COM...

A exposição dos com... será realizada em Bauró, apresentando obras de arte e artesanato. É uma ótima oportunidade para apreciar a cultura local e apoiar artistas locais.

Editorial do Jornal do Comércio

Editorial do Jornal do Comércio

OS PERIGOS DO RONCO

Plumal é um problema sério para quem sofre com esse incômodo. Além de atrapalhar o sono, podem causar problemas de saúde. É importante buscar soluções para reduzir o ruído, como o uso de protetores auriculares e a instalação de barreiras acústicas.

O Centro Espirita Amor e Caridade anuncia: Curso: O Espiritismo como Ciência

O curso abordará os fundamentos do espiritismo e sua aplicação na vida cotidiana. O curso será ministrado pelo Dr. Heraldo Guimarães André e terá início em 04/03/09.

ESCOLA, BURACOS, M...

Os buracos nas ruas de Bauró representam um sério problema para a população. É necessário que as autoridades responsáveis tomem providências para a manutenção e reparação das vias públicas.

EMPRESARIAL BENEFICENTE PARÓQUIA DE SANTA TERESINHA

A Paróquia de Santa Teresinha promove o Bazar Tradicional, uma oportunidade para arrecadar fundos e apoiar causas sociais. O bazar ocorrerá em 15/03/2009, a partir das 15h.

EXPOSIÇÃO DOS COM...

A exposição dos com... será realizada em Bauró, apresentando obras de arte e artesanato. É uma ótima oportunidade para apreciar a cultura local e apoiar artistas locais.

SEXTA 06/03

Banda jack joe

SANTA MADALENA CASA DE LA MUSICA

TRADICIONAL BAZAR

Somente loja Falcão

Começa Amanhã e vai até Sábado. Milhares de peças, abaixo do custo NÃO PERCA!

Lei para calçadas retorna com multas

e o ano passado prefeitura não tem como punir quem não conserta ou instala calçadas por ausência de legislação

Gonçalves

prefeito Rodrigo Bo (PMDB) encaminha para a Câmara de Bauru projeto e disciplina o uso de e logradouro pública, a proposta ninar o vácuo atual, a prefeitura não tem tificar e punir muni- e estão com calça- ruídas ou sem pavim- razão da inexistência e norma legal. Desde 2008, a Secretaria de Planejamento não tem o que ando é acionada ou reclamação referente as com calçadas. Não tem lei para fiscalizar. Quando o Lei discutiu alteração na terrenos (mato alto), a parte sobre calçadas, no ano passado, o que tratou de regras instalação de calçadas. Desde então não o atuar sobre calçada prefeitura pode no

máximo enviar uma cartinha para o munícipe, mas não tem como aplicar sanção", comenta Agostinho.

Mas a nova proposta de lei não trata apenas de calçadas. O projeto dispõe sobre as obrigações de proprietários de imóveis no que diz respeito à construção, uso e conservação do passeio público, segundo normas técnicas, preservação da arborização urbana e rebaixamento de guias.

O texto classifica as penalidades previstas, notificações, autuações, apreensões e os recursos administrativos disponíveis. "As calçadas estão em muitos lugares imundas, tem que disciplinar isso. A responsabilidade da calçada é do munícipe e das guias e sarjetas é da prefeitura. A administração não vai resolver tudo, mas está estruturando equipe para acertar. A lei prevê notificação, prazo para adequação e em caso extremo aplicação de multa", disse o prefeito. Ele não soube pre-

cisar o valor da sanção.

Se a proposta avançar entre os vereadores, serão revogadas as leis que regulamentam o rebaixamento de guias e que trata da instalação de toldos e colocação de mesas nas calçadas. Ou seja, o projeto enviado pelo Executivo também pretende atualizar a utilização de parte do espaço nas calçadas por estabelecimentos comerciais, de acordo com a região da cidade.

O projeto foi elaborado pelos setores ligados ao serviço de fiscalização, com revisão da Secretaria dos Negócios Jurídicos (SNJ), conta a administração. Na avaliação de Agostinho, o Poder Público necessita de instrumentos legais para agir de forma mais rígida no uso das calçadas.

A administração quer instrumento que permita exercer o poder de polícia para corrigir distorções e adequar o exercício das atividades dos particulares em atenção e benefício do interesse público.



Proprietários de imóveis terão prazo para se adequar para reformar ou instalar calçadas

CHÁ EMPRESARIAL BENEFICENTE PARÓQUIA DE SANTA TERESINHA

Tribuna do Cidadão Rodrigo envia projeto de taxas de verba para a coleta seletiva

DONA HONÓRIA

Elas partem há exatos 12 meses. Desde a criação do seu subitmo, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo sempre permitiu a aquisição, em nome do beneficiário, um passivo, um rendimento, uma vantagem, ou, simplesmente, um benefício. E não falta um sorriso.

Dona Honória é a responsável pela coleta seletiva da Umbanda, com mais de 100 famílias. O projeto de lei de criação do subitmo de verba para a coleta seletiva, de autoria da grande inventora do subitmo, foi enviado ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em 15 de maio de 2008. O projeto de lei prevê a criação de uma taxa de inscrição municipal para a coleta seletiva, com o objetivo de permitir a criação de uma taxa de inscrição municipal para a coleta seletiva.

OLHAR CARINHOSO DO PREFEITO

Apesar das algumas observações feitas pela comissão de fiscalização do Conselho Municipal de Meio Ambiente, o projeto de lei de criação do subitmo de verba para a coleta seletiva, de autoria da grande inventora do subitmo, foi enviado ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em 15 de maio de 2008. O projeto de lei prevê a criação de uma taxa de inscrição municipal para a coleta seletiva, com o objetivo de permitir a criação de uma taxa de inscrição municipal para a coleta seletiva.

Segundo o secretário de Finanças, Marcos Roberto Garcia, a intenção de instituir as taxas é para facilitar o controle pela Prefeitura e também a vida do município. "As taxas são repeditas por vários setores, mas com a instituição a população vai procurar um lugar só", disse.

A taxa de licença gerou em 2008 R\$ 2,150 milhões, mesmo valor que a Prefeitura espera arrecadar em 2009.

A taxa de vigilância sanitária poderá gerar R\$ 450 mil e a de publicidade 550 mil. Essas três taxas são as que mais contribuem com a caixa da Prefeitura, pois os valores arrecadados com as outras taxas não superam R\$ 300 mil.

Em relação à coleta seletiva, o prefeito enviou projeto de lei ao Legislativo para permitir a criação de uma taxa de inscrição municipal para a coleta seletiva, com o objetivo de permitir a criação de uma taxa de inscrição municipal para a coleta seletiva.

A taxa de licença gerou em 2008 R\$ 2,150 milhões, mesmo valor que a Prefeitura espera arrecadar em 2009.

energia elétrica, bem como as despesas com regularização das edificações e pagamentos de encargos trabalhistas, assumindo a responsabilidade por todos os fatos decorrentes do uso.

A Coleta Seletiva livre é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Em virtude do disposto no Decreto Federal nº 5940, de 25 de outubro de 2005, todas as entidades públicas federais devem encaminhar os resíduos recicláveis às Cooperativas de Catadores e Recicladores.

No Município de Bauri a Cooperativa Coostamal Recicláveis foi devidamente constituída em 1992 e já recebe o material de algumas das entidades federais como a Receita Federal, Corvion e INSS, além da coleta seletiva do município, que arrecada 70% da cidade. A Cooperativa recebe mensalmente 100 toneladas de materiais

PSDB mulher discute violência feminina

encerrada na quadra 5 do Calçadão da Batista de Cavalho, quando das 11h às 13 horas, as homenagens foram entregues às homenageadas mulheres e são distribuídos informativos contendo locais e telefones que recebem denúncias contra a violência feminina.

A presidente do PSDB Mulher, Juliana Giannotti, e a vice-presidente, Maria Pericon, convidam as mulheres de Bauri e região para prestigiar os eventos que marcarão a data especial do Dia Internacional das Mulheres, comemorado oficialmente neste domingo, dia 8 de março.

encerrada na quadra 5 do Calçadão da Batista de Cavalho, quando das 11h às 13 horas, as homenagens foram entregues às homenageadas mulheres e são distribuídos informativos contendo locais e telefones que recebem denúncias contra a violência feminina.

A presidente do PSDB Mulher, Juliana Giannotti, e a vice-presidente, Maria Pericon, convidam as mulheres de Bauri e região para prestigiar os eventos que marcarão a data especial do Dia Internacional das Mulheres, comemorado oficialmente neste domingo, dia 8 de março.

encerrada na quadra 5 do Calçadão da Batista de Cavalho, quando das 11h às 13 horas, as homenagens foram entregues às homenageadas mulheres e são distribuídos informativos contendo locais e telefones que recebem denúncias contra a violência feminina.

encerrada na quadra 5 do Calçadão da Batista de Cavalho, quando das 11h às 13 horas, as homenagens foram entregues às homenageadas mulheres e são distribuídos informativos contendo locais e telefones que recebem denúncias contra a violência feminina.

encerrada na quadra 5 do Calçadão da Batista de Cavalho, quando das 11h às 13 horas, as homenagens foram entregues às homenageadas mulheres e são distribuídos informativos contendo locais e telefones que recebem denúncias contra a violência feminina.

encerrada na quadra 5 do Calçadão da Batista de Cavalho, quando das 11h às 13 horas, as homenagens foram entregues às homenageadas mulheres e são distribuídos informativos contendo locais e telefones que recebem denúncias contra a violência feminina.

encerrada na quadra 5 do Calçadão da Batista de Cavalho, quando das 11h às 13 horas, as homenagens foram entregues às homenageadas mulheres e são distribuídos informativos contendo locais e telefones que recebem denúncias contra a violência feminina.

encerrada na quadra 5 do Calçadão da Batista de Cavalho, quando das 11h às 13 horas, as homenagens foram entregues às homenageadas mulheres e são distribuídos informativos contendo locais e telefones que recebem denúncias contra a violência feminina.

encerrada na quadra 5 do Calçadão da Batista de Cavalho, quando das 11h às 13 horas, as homenagens foram entregues às homenageadas mulheres e são distribuídos informativos contendo locais e telefones que recebem denúncias contra a violência feminina.

encerrada na quadra 5 do Calçadão da Batista de Cavalho, quando das 11h às 13 horas, as homenagens foram entregues às homenageadas mulheres e são distribuídos informativos contendo locais e telefones que recebem denúncias contra a violência feminina.

encerrada na quadra 5 do Calçadão da Batista de Cavalho, quando das 11h às 13 horas, as homenagens foram entregues às homenageadas mulheres e são distribuídos informativos contendo locais e telefones que recebem denúncias contra a violência feminina.

encerrada na quadra 5 do Calçadão da Batista de Cavalho, quando das 11h às 13 horas, as homenagens foram entregues às homenageadas mulheres e são distribuídos informativos contendo locais e telefones que recebem denúncias contra a violência feminina.

encerrada na quadra 5 do Calçadão da Batista de Cavalho, quando das 11h às 13 horas, as homenagens foram entregues às homenageadas mulheres e são distribuídos informativos contendo locais e telefones que recebem denúncias contra a violência feminina.

encerrada na quadra 5 do Calçadão da Batista de Cavalho, quando das 11h às 13 horas, as homenagens foram entregues às homenageadas mulheres e são distribuídos informativos contendo locais e telefones que recebem denúncias contra a violência feminina.

encerrada na quadra 5 do Calçadão da Batista de Cavalho, quando das 11h às 13 horas, as homenagens foram entregues às homenageadas mulheres e são distribuídos informativos contendo locais e telefones que recebem denúncias contra a violência feminina.

encerrada na quadra 5 do Calçadão da Batista de Cavalho, quando das 11h às 13 horas, as homenagens foram entregues às homenageadas mulheres e são distribuídos informativos contendo locais e telefones que recebem denúncias contra a violência feminina.

ROMANHO

Arame farpado

Na semana passada, a jornalista brasileira, Ana Carolina, foi homenageada com o prêmio de melhor jornalista do mundo. Ela é uma mulher forte e independente, que não se deixa intimidar por ninguém. Ela é uma mulher que sabe o que quer e não desiste de lutar por seus objetivos.

PARCELAS PARA A PÁSCOA

Juicy

LIQUIDA TUDO!

Estude e participe

599

espaçointerno

Arqueólogo

Arqueólogo

Arqueólogo brasileiro, conhecido por suas descobertas em diversas partes do mundo. Ele é um homem dedicado e apaixonado por sua profissão. Ele tem descoberto muitas coisas importantes sobre a história da humanidade.

PARCELAS PARA A PÁSCOA

Juicy

LIQUIDA TUDO!

Estude e participe

599

espaçointerno

Arqueólogo

Arqueólogo

Arqueólogo brasileiro, conhecido por suas descobertas em diversas partes do mundo. Ele é um homem dedicado e apaixonado por sua profissão. Ele tem descoberto muitas coisas importantes sobre a história da humanidade.

PARCELAS PARA A PÁSCOA

Juicy

LIQUIDA TUDO!

Estude e participe

599

espaçointerno

PANELÃO

ALTO ALEGRE

0,99

ALTO ALEGRE

1,95

Arroz Baviere

6,99

Arroz Baviere

2,69

Arroz Baviere

5,75

Arroz Baviere

9,95

Arroz Baviere

1,19

Arroz Baviere

0,89

Arroz Baviere

4,99

Arroz Baviere

6,99

Arroz Baviere

1,39

Arroz Baviere

1,185

Arroz Baviere

0,79

Livro sobre violência será entregue no encontro de hoje

Arqueólogo brasileiro, conhecido por suas descobertas em diversas partes do mundo. Ele é um homem dedicado e apaixonado por sua profissão. Ele tem descoberto muitas coisas importantes sobre a história da humanidade.

Arqueólogo brasileiro, conhecido por suas descobertas em diversas partes do mundo. Ele é um homem dedicado e apaixonado por sua profissão. Ele tem descoberto muitas coisas importantes sobre a história da humanidade.

Arqueólogo brasileiro, conhecido por suas descobertas em diversas partes do mundo. Ele é um homem dedicado e apaixonado por sua profissão. Ele tem descoberto muitas coisas importantes sobre a história da humanidade.

Arqueólogo brasileiro, conhecido por suas descobertas em diversas partes do mundo. Ele é um homem dedicado e apaixonado por sua profissão. Ele tem descoberto muitas coisas importantes sobre a história da humanidade.

Arqueólogo brasileiro, conhecido por suas descobertas em diversas partes do mundo. Ele é um homem dedicado e apaixonado por sua profissão. Ele tem descoberto muitas coisas importantes sobre a história da humanidade.

Arqueólogo brasileiro, conhecido por suas descobertas em diversas partes do mundo. Ele é um homem dedicado e apaixonado por sua profissão. Ele tem descoberto muitas coisas importantes sobre a história da humanidade.

Arqueólogo brasileiro, conhecido por suas descobertas em diversas partes do mundo. Ele é um homem dedicado e apaixonado por sua profissão. Ele tem descoberto muitas coisas importantes sobre a história da humanidade.

Arqueólogo brasileiro, conhecido por suas descobertas em diversas partes do mundo. Ele é um homem dedicado e apaixonado por sua profissão. Ele tem descoberto muitas coisas importantes sobre a história da humanidade.

Arqueólogo brasileiro, conhecido por suas descobertas em diversas partes do mundo. Ele é um homem dedicado e apaixonado por sua profissão. Ele tem descoberto muitas coisas importantes sobre a história da humanidade.

Arqueólogo brasileiro, conhecido por suas descobertas em diversas partes do mundo. Ele é um homem dedicado e apaixonado por sua profissão. Ele tem descoberto muitas coisas importantes sobre a história da humanidade.

Arqueólogo brasileiro, conhecido por suas descobertas em diversas partes do mundo. Ele é um homem dedicado e apaixonado por sua profissão. Ele tem descoberto muitas coisas importantes sobre a história da humanidade.

Arqueólogo brasileiro, conhecido por suas descobertas em diversas partes do mundo. Ele é um homem dedicado e apaixonado por sua profissão. Ele tem descoberto muitas coisas importantes sobre a história da humanidade.

Arqueólogo brasileiro, conhecido por suas descobertas em diversas partes do mundo. Ele é um homem dedicado e apaixonado por sua profissão. Ele tem descoberto muitas coisas importantes sobre a história da humanidade.

Arqueólogo brasileiro, conhecido por suas descobertas em diversas partes do mundo. Ele é um homem dedicado e apaixonado por sua profissão. Ele tem descoberto muitas coisas importantes sobre a história da humanidade.

POLÍTICA

Vereadores reagem contra mais radares

Integrantes da oposição e situação receberam mal a meta da Emdurb de aumentar de 5 para 10 aparelhos multando

Ricardo Santana

A proposta de dobrar de cinco para 10 radares fixos multando no trânsito, divulgada ontem pelo IC, conseguiu desagradar vereadores da bancada de situação e de oposição. A idéia consta do plano de ação e metas entregue pela Empresa Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural de Bauri (Emdurb) aos parlamentares anteontem. A repercussão negativa é uma prévia das críticas que a direção da empresa municipal vai receber na audiência pública marcada para esta sexta-feira, no próprio Legislativo, para a discussão do plano de metas de 2009 no setor viário, de gerenciamento de funerários, cemitérios e limpeza pública.

O líder do prefeito na Câmara Municipal, vereador Renato Purini (PMDB) foi enfático ao afirmar que é temeroso de uma tacada só dobrar o número de radares. Atualmente, dos 17 radares fixos existentes nas ruas, apenas cinco funcionam si-

pliação foi para cinco radares funcionando 24 horas no rodízio. Desta vez, a Emdurb quer duplicar para 10, com a mesma justificativa de há cinco anos.

Ao argumentar sobre a polêmica em relação à emissão que geriu no início do governo anterior, em 2005, Purini disse que os técnicos da Emdurb pensam de forma técnica e não financeira. Entretanto, o vereador peemedebista voltou a defender que se o problema é de ordem financeira, a solução é a Prefeitura de Bauri assumir pelo pagamento da prestação do serviço realizado pela Diretoria do Sistema Viário (DSV) da empresa.

Purini aguarda uma boa argumentação dos representantes da Emdurb na audiência pública em que a empresa apresentará, entre outros temas, as justificativas para sugerir o aumento de radares. "Quero na sexta-feira ouvir os técnicos, conversar com o Rubito (presidente da Emdurb), conversar com o prefeito para saber efetivamente qual é a idéia real

los Pereira Batata (PT) critica a proposta de ampliação do número de radares por entender que não é penalizando o usuário do sistema viário que a Emdurb corrigirá as distorções de déficit de caixa. Para Batata, o mais sensato seria a autarquia promover um trabalho educativo ao invés de punitivo. O vereador entendeu que a prefeitura deveria tirar da Emdurb a responsabilidade de cuidar do trânsito da cidade e criar a Secretaria Municipal de Transportes, que se responsabilizaria pelos transportes rodoviários e ferroviários.

O parlamentar Roberval Sakai Bastos Pinto (PP) também é contrário a mais radares multando. "A não ser que eles me provevem o contrário. Acho que não é por esse caminho, mas orientando. A multa é em último caso", salienta Sakai.

O vereador Gilberto dos Santos (PSDB), o Giba, preferiu a cautela ao comentar a possibilidade de



Estudo da Emdurb inclui ampliar pontos de fiscalização móvel mesmo com as placas

Indicadores de violência

A principal argumentação do presidente da Emdurb, Rubito Ribeiro, para a defesa da ampliação do monitoramento eletrônico nas ruas é o aumento dos índices de violência no trânsito. "Em 2009 já temos seis mortes no trânsito, um aumento muito significativo para o período. E isso está acontecendo porque na negligência do motorista está o abuso com a velocidade em pontos de avenidas, principalmente, onde não há o radar fixo. Por isso estamos com estudo para aumentar a fiscalização e evitar abusos para evitar mortes", contou.

Estado vai suprir 1.700 vagas escolares

Tucanos anunciam a construção de três escolas e culpam gestão passada pelo imprevisto na Educação municipal

Da Redação

O governo do Estado vai construir três novas escolas públicas em Bauru, nos bairros Vila Dutra, Nova Bauru e Jardim Tangará. As obras vão beneficiar cerca de 1,7 mil alunos do ensino fundamental, de 5.º a 9.º ano. Além disso, uma quadra poliesportiva ganhará cobertura na escola Carlos Chagas, na Vila São Paulo. O anúncio foi feito ontem pela banca da tucana, que fez as solicitações ao deputado estadual Pedro Tobias (PSDB), autor do pedido junto ao governo Serra, através dos vereadores Marcelo Borges, Giba dos Santos e Fernando Mantovani. "As construções serão feitas em locais onde a demanda é grande. Temos muitos alunos que dependem do transporte escolar para estudar em outros bairros porque não há outra opção", afirma o líder do partido no Legislativo, Marcelo Borges.

Das três unidades escolares, a construção da unidade no bairro Vila Dutra é a que conta com projeto em fase mais adiantada. A concessão da área e o processo de licitação foram

de R\$ 4 milhões. Já a do Tangará, a Prefeitura ainda precisa autorizar a desapropriação da área para o início dos trabalhos. "A construção da escola no bairro Nova Bauru vai beneficiar, principalmente, a população da Pousada 1 e 2 e Vila São Paulo. Temos, aproximadamente, 700 estudantes que deixam os bairros para estudar em outras localidades", afirma Fernando Mantovani.

Quanto aos professores e funcionários das novas unidades, os vereadores prevêem que assim que as obras estiverem concluídas, o governo do Estado deverá abrir concurso público para o preenchimento das vagas. "E vamos trabalhar também pela melhoria das outras escolas estaduais, como a colocação de cobertura nas quadras poliesportivas das unidades que ainda não têm", diz Giba dos Santos.

Além do anúncio, os representantes do Legislativo também criticaram o administração anterior, do ex-prefeito Tuga Angerami, pelas dificuldades na implantação do ensino fundamental de 9 anos em Bauru, antecipado de

pelo governador José Serra.

"Desde o governo anterior, tenho dito que o poder público tinha que preparar o município para a inclusão das crianças de 6 anos no ensino fundamental e não obtive resposta", diz Borges. Por isso, segundo o vereador, o município deixou de aumentar o repasse de verbas do antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef), hoje transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), aos cofres municipais. "Se Bauru já tivesse implantado o ensino fundamental de 9 anos, o repasse aumentaria, pois as crianças que no Fundef não recebiam nada passariam para o ensino fundamental, pago pelo governo. Com isso, o município perdeu dinheiro."

No início deste ano, a Prefeitura de Bauru teve de improvisar 2.114 vagas no 1.º ano do ensino fundamental para abrigar os alunos que completaram 6 anos que, por determinação da lei não podem frequentar mais o último ano do ensino infantil. Na ocasião, mais de 35



Fernando Mantovani, Marcelo Borges e Giba dos Santos fizeram o anúncio das o

montadas, seis novas linhas de ônibus para o transporte coletivo implantadas e novos professores contratados.

Para explicar os planos do

Executivo na acomodação dos novos alunos, a secretária de Educação de Bauru, Majô Jandreice, foi convocada para participar de uma audiência públi-

ca na Câmara Municipal. "Vamos cobrar para que as obras da prefeitura sejam cumpridas e que os alunos não sejam prejudicados", afirma Borg

Proposta de novo estatuto defende jornada diferenciada para profess

POLÍTICA

Monti vai atacar remendos em salários

cretário apresentou em audiência pública quadro que mostra distorções na Saúde; corrigir vai exigir consertar erros

Redação

O secretário Municipal Saúde de Bauru, José Fernando Monti (PR), se cometeu ontem a resolver a paridade de salário entre servidores municipais, durante audiência pública realizada na Câmara Municipal. O evento contou com a presença de 10 vereadores, secretários, funcionários, usuários do sistema público e do prefeito Rodrigo Agostinho.

O secretário afirmou, na frente do prefeito Rodrigo Agostinho (PMDB), que será necessário apresentar plano de cargos e salários para a cidade separado do restante da Prefeitura para corrigir distorções. Mas, para acertar os parâmetros do passado a administração terá de enfrentar obstáculos como cortar a despesa de pagar adicionais para quem não desempenha nenhuma atividade em urgência e emergência, mas recebe total diferença em relação a outros profissionais só por estar vinculado ao Pronto-Socorro Municipal.

mesma carga horária, que atua no setor de urgência e emergência, recebe R\$ 2.250,75, uma diferença de mais de R\$ 1 mil para a realização do mesmo serviço (leia quadro nesta página).

"Essa desigualdade é decorrente de remendos feitos em outras gestões. Com a implementação de um plano de cargos e carreiras, queremos que o servidor da Saúde, onde ele estiver, receba o mesmo salário pela função que exercer", afirma Monti. Somente o serviço de urgência e emergência, por exemplo, consome cerca de 54,8% da folha de pagamento. Já no setor ambulatorial, os funcionários custam apenas 1,16%.

Para o prefeito de Bauru, Rodrigo Agostinho (PMDB), a mudança na grade salarial dos servidores da saúde municipal é necessária. A Prefeitura dispensa, por ano, 75,7% do orçamento da Secretaria de Saúde somente com o pagamento de servidores municipais. "Estamos estruturando toda a rede de saúde. Além de

90 milhões."

De acordo com o secretário, há uma demanda de 30 mil consultas de especialidades pendentes desde 2006. "Precisamos gerir este sistema e garantir que essas pessoas sejam atendidas e não precisem esperar tantos anos para passar por um especialista."

A contratação de médicos e a regulação dos sistemas de consultas no município foi uma das soluções apresentadas para minimizar a demanda de consultas na área de atenção básica e de especialidades. "Foi publicado no Diário Oficial o nome de 30 médicos que passaram por concurso público. Vamos estudar com o Estado uma forma de melhorar esse atendimento, seja na compra de cotas ou no gerenciamento do serviço."

O secretário também quer discutir com a Direção Regional de Saúde (DRS-6) a implantação do Ambulatório Municipal de Especialidades (AME), que atende o município e região em diversas especialidades. "Queremos criar,



Secretário Fernando Monti apresentou custos e planejamento da Saúde para 2009, ontem

Filas em xeque

Durante a audiência, os vereadores Amarildo de Oliveira (PPS) e Roque Ferreira (PT) questionaram Monti sobre as filas nos serviços de Saúde. Até o final do ano, segundo o secretário, será adotado nas unidades um programa de acolhimento por parte dos funcionários. "Quem mais precisa do atendimento médico não vai

para a fila porque não tem condição. Com esse programa, o usuário será atendido de acordo com a urgência e não com o seu lugar na fila. Mas isso também vai depender da postura das pessoas", afirma.

Mais cinco equipes de Saúde da Família devem ser implantadas até o final do ano, de acordo com plano de ação da pasta. Três na área de cobertura atual, que compreende

a Vila São Paulo e os bairros Pousada 1 e 2, e as demais na região do Mary Dota. Em seis meses, a população terá à disposição uma Unidade de Pronto-Atendimento (UPA) no Mary Dota. "Acreditamos que no prazo de nove meses, entregaremos à comunidade mais uma UPA, desta vez no Ipiranga. Isso irá desafogar também outras unidades, diminuindo o problema das filas."

Comparativo de salário

Unidade Saúde Mental Urgência e Saúde Coletiva

Licença-maternidade de seis meses já vale para grávidas

Da Redação

A Câmara aprovou ontem, por unanimidade, a ampliação de 120 dias (4 meses) para 180 dias (seis meses) a licença-maternidade às servidoras municipais de Bauru. Um acordo do legislativo com o prefeito Rodrigo Agostinho (PMDB) vai possibilitar que a medida beneficie já as mulheres que estão afastadas. A proposta do vereador Marcelo Mantovani (PSDB) de aplicar o benefício às grávidas afastadas, que seria acrescentada em emenda à lei, vai ser incorporada na regulamentação da lei pelo prefeito, segundo o tucano.

Essa foi a maneira encontrada para que o novo benefício contemple já as funcionárias afastadas em função do nascimento de seus filhos, que estavam enquadradas pela regra anterior de 4 meses. A regulamentação deve ser feita assim que a lei for sancionada pelo prefeito Rodrigo Agostinho (PMDB), o que deve ocorrer nos próximos dias.

O projeto de licença-maternidade aprovado dá nova redação aos artigos 171, 171-B, 171-C e 171-D do

Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, previsto na lei de número 1.574. Na justificativa, o prefeito lembrou que a ampliação da licença-maternidade pelo prazo de 60 dias atende solicitação das servidoras e uma moção do Legislativo municipal.

“A aprovação dessa lei é uma vitória. A licença é muito importante, principalmente para os bebês, que necessitam de cuidados e do contato com a mãe durante os primeiros meses de vida”, diz a vereadora Chiara (DEM), grávida de nove meses prestes a se afastar do legislativo nos próximos dias.

Para Mantovani, as servidoras que estiverem no gozo da licença-maternidade ou por adoção na data de publicação da lei, também terão os mesmos direitos que as futuras mães. “Queremos que o benefício atenda não somente as próximas servidoras que se afastarem pela maternidade, mas as que também estão de licença. Por isso, encaminhamos uma nova emenda à lei.” Ele desistiu de manter a emenda por questão de legalidade, mas disse que o problema será corrigido no decreto que

regulamenta toda a lei.

A diretora do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru e Região (Sinserm), Idelma Corral, afirma que a reivindicação era antiga. “A ampliação dos dias do benefício às servidoras era reivindicado pelo Sinserm desde quando o projeto federal foi aprovado, e hoje, portanto, se consolidou com o envio do projeto à esta Casa de leis pelo Executivo e a aprovação dele pelo Legislativo.”

No âmbito federal o projeto de lei que criava o Programa Empresa Cidadã foi convertido na lei 11.770, de 9 de setembro de 2008, aprovada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que prevê incentivo fiscal para as empresas do setor privado que aderirem à prorrogação da licença-maternidade de 120 dias para 180 dias. Porém, para o funcionalismo público municipal é preciso prever o benefício em legislação própria.

Benefício aprovado ontem pela Câmara é para as servidoras municipais

Projeto de plebiscito é adiado

A pedido do próprio autor do projeto, o vereador

apurou que o recuo é devido a suposta inconstitucionalidade



Para Rodrigo, decreto foi equívoco

dia depois da repercussão de publicar o aumento no DOM, prefeito admite a sindicato que foi "apressado"

Edição

O prefeito Rodrigo Inho (PMDB) admitiu à tarde perante representantes do sindicato dos servidores que foi um "equívoco" a publicação do decreto 10.884 no Diário Oficial do Município estipulando reajuste de vencimentos servidores sem, no entanto, terminar a rodada de negociações com a categoria e nem aprovar a lei na Câmara. "Admito que um pouco de pressa da Prefeitura Municipal de Administração em fazer a publicação", afirmou.

Anteontem, o prefeito defendeu a publicação antecipada na Câmara. Rodrigo disse que a redação do decreto "fui", o que muitos questionamentos por parte dos servidores foram feitos na redação com

os próprios vereadores fossem consultados pelo prefeito. Rodrigo justificou que todo ano é feito desta forma ou seja baixa-se um decreto e depois a administração envia o projeto de lei para votação. Isso é feito, segundo ele, para dar tempo de rodar a folha de pagamento e depois é encaminhado o projeto de lei ao legislativo.

O prefeito voltou a defender a gratificação de função de 50% para o Diretor de Departamento, cargo de confiança sem necessidade de concurso público.

Na Câmara, o vereador Marcelo Borges (PSDB) questionou como benefício embutido no decreto que nem o sindicato dos servidores tinha percebido.

Agostinho diz que a medida visa atrair os servidores de carreira para estas funções.

res, o que representa reajuste de 25%, e o vale-refeição de R\$ 4 para R\$ 6 na folha, um aumento de 50%, aos servidores que se encontram dentro do limite de R\$ 1.010.

Negociação emperrada

Em rodada de negociação ontem entre o prefeito e o sindicato dos servidores não avançou nada ainda.

A Prefeitura tem uma semana para fazer novos estudos de impacto econômico com novos percentuais de reajuste de salário e abono para servidores municipais ativos e inativos. Esse foi o resultado da reunião com o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Bauru (Sinserm). As planilhas devem ser apresentadas aos servidores municipais na segunda-feira, dia 23, em encontro com o prefeito na sede do poder público municipal.

"Vamos refazer alguns estudos e ver o que é possível fazer, simular algumas situações inclusive para ter números claros para trazer aos representantes do



João Rosar

Rodada de negociação ontem à tarde entre sindicato dos servidores e prefeito Rodrigo

gamentário, de fazer uma proposta diferente da atual."

Durante a reunião, várias possibilidades foram cogitadas, como a redução do percentual de abono para que se contemple também os inativos e até mesmo o aumento no reajuste de 6% para toda a categoria. "Va-

pensado no sentido. Ainda vão persistir algumas injustiças que a gente quer resolver no plano de cargos e salário. Eu tenho uma posição contrária a voltar atrás na questão do abono, mas isso não quer dizer que não vamos discutir com o sindicato."

Participaram também

Protesto

Um grupo de aproximadamente 50 pessoas, entre elas aposentados da administração municipal, se reuniu ontem na frente do prédio da Prefeitura de Bauru. O intuito foi protestar contra a exclusão dos apo-

Vereadores cobram solução imediata para viaduto Mauá

A notícia de que uma equipe do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) do Estado de São Paulo virá para Bauru no dia 30 para iniciar o levantamento de dados técnicos para elaboração de laudo sobre o Viaduto Mauá foi alvo de discursos durante a sessão de ontem da Câmara.

Os vereadores Amarildo de Oliveira (PPS), Roberval Sakai (PP) e Fabiano Mariano (PDT) cobraram solução para pôr um fim na interdição parcial do viaduto Mauá, devido a problema na estrutura que se arrasta desde o ano passado. "São nove meses para a apresentação do laudo do IPT. O viaduto está interditado e os agentes nem sequer fazem ronda naquela região", critica Mariano, que também usou seu tempo para discursar sobre a importância da água.

Numa sessão onde ape-

nas 11 vereadores puderam usar a tribuna devido ao tempo adiantado da sessão, o vereador Fábio Manfrinato (DEM), que substituiu Chiara Ranieri durante sua licença-maternidade foi o destaque. "Estou muito feliz e quero agradecer aos 2.430 bauruenses que votaram em mim", diz. **(leia texto nesta página)**

José Roberto Segalla (DEM) não esteve presente durante a sessão, mas acompanhou de sua casa o andamento dos projetos e José Carlos Pereira (PT), o Batata, faltou à sessão e não se justificou.

Foram aprovados em primeira discussão o projeto de lei que autoriza o Executivo a ceder o uso de um veículo ao Departamento de Água e Esgoto (DAE) e o que altera a redação do artigo 1º da lei 5.666. Ambos, de autoria da Prefeitura.

Também aprovados o projeto que nomeia praça Manoel dos Reis Machado (Mestre Bimba), a moção de aplauso ao Alameda Quality Center pela promoção do evento internacional em Bauru e de apelo para implantação de um Posto de Informações Turísticas de Bauru (PIT) no Parque Zoológico Municipal. Apenas o vereador Roque Ferreira (PT) votou contra à moção de aplauso. "A empresa Constantino está numa reportagem do site do Ministério do Trabalho como uma das empresas que utilizam trabalho escravo. Eu não poderia aprovar isso", justifica. **(Monise Centurion)**



LOTERIAS

Lotofácil - Quatro ganhadores acertaram os 15 acertos do concurso 411 da Lotofácil. O valor da premiação é de R\$ 381.115,94. Os 14 acertos foi feito por 766 apostadores que receberam, R\$ 852,93. Os números sorteados foram: 01-05-07-09-11-12-14-16-17-18-20-21-22-24-25

Excomunhão

Recordo-me de uma época em que dr. Ademar de Barros era governador do nosso Estado,

jornalista perguntou ao excomungado: - Doutor, como é que o senhor está se sentindo de ser exco-

de 33 anos, estreou ontem na Câmara de Bauru em substituição a Chiara Ranieri (DEM), afastada do cargo pela licença-maternidade.

Manfrinato fez espécie de "curso intensivo" ao ocupar a assessoria parlamentar no gabinete de Chiara desde a posse dela em 1 de janeiro. Durante esse período, ao lado da titular do cargo, segundo ele, foi possível conhecer o regimento interno e a Lei Orgânica do Município.

Ele, no entanto, não volta ao cargo de assessor parlamentar quando terminar a licença de Chiara. "Meuotorado é diferente e pode não entender se voltar ao gabinete. Fico na Câmara até terminar a licença (da vereadora)", disse Manfrinato.

(com direito a 180 dias), segundo o Manfrinato.

O parlamentar assinou o termo de posse ontem de manhã no gabinete da presidência da Câmara, cuja cerimônia contou com a presença de Dudu Ranieri (presidente do DEM e pai de Chiara) e à tarde ele já participou da sessão ordinária. No DEM, Manfrinato foi o segundo mais votado na última eleição com 2.430 votos, mas a primeira vez que concorreu a cargo eletivo. Anteriormente foi filiado ao PSDB.

Lutador de queda-debraço, modalidade do que qual ostenta 5 títulos mundiais, 11 brasileiros e 12 paulistas, Manfrinato comparou o cargo interino de vereador a um pódio. "Ao assumir

assim que e buna da Câmara deficiência.

Ele disse esse curto período pretendo de melhoria e ajudar projeto na (criar um e direcionado ais). Manfrinato escolhido om como represente as comissões Casa. Manfrinato intenção de deputado esta conforme um havia sido fei do federal J Neto. "Não p partido", final dor demista. f

Rodrigo aceita proposta de R para acertar readaptação func

Em reunião ontem com integrantes da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa do Legislativo, o prefeito Rodrigo Agostinho (PMDB) se comprometeu a enviar para a Câmara um projeto de lei que regulamente a questão da readaptação funcional e ainda se comprometeu a manter os empregados readaptados em suas funções atuais. O Executivo atendeu requerimento enviado pelo vereador Roque Ferreira (PT).

"Até o momento que



O vereador Roque Ferreira e...

go Agostinho (PMDB) e com o presidente da autarquia

pra de equipamentos e bobinas. A equipe de leituristas

No primeiro ano, só um mês de faturamento do DAE, pa-

término das licitações em vez andamento para compras da dis

Proposta de aumento a servidores da Câmara de Bauru fica em 6%

A Câmara de Bauru definiu oficialmente ontem o reajuste salarial de 6% aos seus funcionários. A decisão veio após o envio do projeto de lei do Executivo que reajusta vencimentos, salários, proventos, pensões e concede ainda abono salarial aos

servidores públicos municipais. O anúncio do índice deve ser feito sexta-feira, durante a reunião da Mesa Diretora.

O presidente do legislativo bauruense, Pastor Luiz Carlos Barbosa (PTB), recusou em conceder aumento diferenciado conforme che-

gou a cogitar. Ele vai seguir o mesmo percentual de reajuste da Prefeitura. Segundo ele, a proposta do prefeito é boa, ajuda a recompor as perdas salariais do funcionalismo municipal e os servidores da Câmara se mostraram satisfeitos com o mesmo índice. A direção da Câmara estava apenas aguardando o envio do projeto de lei do prefeito à Câmara, o que foi feito ontem. **(Monise Centurion)**

Vereador pede eleição de co

O vereador Paulo Eduardo de Souza (PSB) encaminhou requerimento por meio da Câmara à diretora-presidente da Sicoob-Crediserv, Vanuza Costa Beluci, solicitando informações sobre o processo de eleição da nova diretoria e esclarecimentos do funcionamento da cooperativa.

No documento, o parlamentar pede informações do estatuto, número de associados/cooperados - com discriminação por setor da administração municipal direta e indireta -, organograma da cooperativa com nomes das atuais administradores e relatório de

Politicando

Ex-fumante

Anos e anos de fumo deram finalmente o seu troco no candidato a vereador de Palmatal quando Luizinho, o "cabeção", famoso contador de piadas, gozador emérito, passou mal de manhã no trabalho. Levado às pressas para o hospital, passou pelo interrogatório do médico de plantão:

- O senhor fuma?
- Não, parei.
- Muito bom.

Quando o senhor parou?

- Por volta de 9h30 da manhã!

(Cirso Mendes Silveira)

LOTERIAS

Dupla Sena acumula

Não houve vencedores das faixas principais de premiação do **curso 745 da Dupla Sena** e prêmio acumulou. Foram sorteados: 1º sorteio: **01 - 06 - 19 - 25 - 35 - 40**; 2º sorteio: **02 - 06 - 10 - 22 - 23 - 29**.

Quina - Não houve vencedores do **curso 2.031 da Quina** e o valor acumulado ficou em R\$ 389.988,93. Os números foram sorteados nesta terça-feira, pelo Caminhão da Sorte da Caixa Federal, em Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro. Os números sorteados: **10 - 13 - 41 - 61 - 76**.

Manfrinato faz Herrmann e

O vereador Fabio Manfrinato (DEM) voltou a rejeitar o convite para trocar de partido e se candidatar a deputado estadual pelo PDT. Ele visitou ontem à tarde o escritório político do deputado federal João Herrmann (PDT) em Bauru, onde foi pedir apoio para conseguir verba federal para projetos paradesportivos.

Manfrinato está substituindo a vereadora Chiara Ranieri (DEM) durante a licença-maternidade dela. Nos próximos 90 dias, o vereador pretende dedicar-se a iniciativas

Jornal da Cidade
Bauru e grande região

Nossa missão: promover a cidadania democratizando a informação

Publicação: **JORNAL DA CIDADE DE BAURU LTDA**

DIRETORIA:

RENATO DELICATO ZAIDEN Diretor Administrativo e de Marketing	MARCO ANTONIO C. OLIVEIRA Diretor Industrial e de Tecnologia
--	--

JOÃO JABBOUR Gerente de Produtos Editoriais	GISELE HILÁRIO Jornalista Responsável	MÁRCIA DURAN Editora Executiva
---	---	--

JOÃO CARLOS P. do AMARAL Gerente de Marketing/Comercial	EVANDRO FERREIRA CAMPANHA Gerente de Tecnologia da Informação	CÉLIO MARCOS DA SILVA Gerente Industrial
---	---	--

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:
Rua Xingu, 4-44 - CEP 17013-510 - Tel: 3104-3104
CNPJ: 46.912.218/0001-02
Noticiário Nacional: Agência Estado e Folha EBN
Internacional: Reuters

SUCURSAL - SÃO PAULO:
Alameda Gabriel Monteiro da Silva, 2373
CEP 01441-002 - Jd. Paulista
Telefone: (11) 3546-0300 Fax: (11) 3546-0322 / 3546-0311

FILIADO A **ANJ** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS
www.anj.org.br

APJ ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE JORNALISTAS
www.apj.inf.br

POLÍTICA

Pastor quer convocar DAE na Câmara

Luiz Carlos Barbosa defende convocação de Paulo Campanha em audiência pública para explicar fim de contrato

Aurélio Alonso

O presidente do Departamento de Água e Esgoto (DAE), Paulo Sérgio Campanha, vai ser convocado para explicar em audiência pública na Câmara de Bauru qual é o plano da autarquia para a retomada do serviço de leitura, impressão e entrega de contas de água, atualmente terceirizado à Empresa de Correios Telégrafos (ECT).

O presidente da Câmara, Pastor Luiz Carlos Barbosa (PTB), confirmou ontem ao JC que o pedido de convocação será formalizado na reunião com a mesa diretora na sexta-feira. Depois o requerimento será submetido ao plenário da Câmara.

A data deve ser marcada na próxima semana. Até ontem não ficou definido se seria convocação ou convite.

O petebista admitiu que o fato de Campanha afirmar

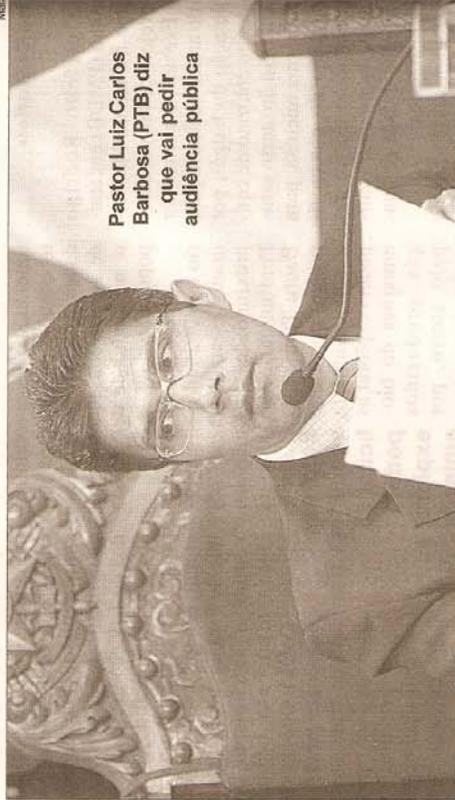
em média vai custar 30% a menos assumir o serviço em comparação ao prestado atualmente pelos Correios e também devido a ação judicial que tramita na Justiça Federal que questiona o contrato com a ECT.

Em primeira instância, a Justiça considerou o contrato nulo, mas está em grau de recurso no Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região. No processo é questionado que os Correios não poderiam fazer a leitura dos hidrômetros só a entrega das contas. Uma liminar estaria garantindo a continuidade provisória dos serviços, conforme o departamento jurídico da autarquia municipal. "Podemos ficar na mão a qualquer momento com nova decisão desfavorável", disse o presidente do DAE.

Sobre a convocação pela Câmara anunciada pelo Pastor Luiz, Campanha disse ontem que é prerrogativa do legislativo e, se

não renovação). O DAE insiste que não se trata de rescisão unilateral do contrato. Pelas regras é possível prorrogá-lo por mais 12 meses, mas Campanha confirmou que a autarquia já treina o pessoal e vai comprar os equipamentos de leitura.

O pregão com a abertura das propostas está marcado para 1 de abril. Caso a licitação enfrente contestações, o diretor jurídico disse que o DAE alugaria equipamentos e faria contrato emergencial de 180 dias até a conclusão da concorrência.



Pastor Luiz Carlos Barbosa (PTB) diz que vai pedir audiência pública

Páscoa do seu jeito!

Variedade com os melhores preços em um só lugar.

CONFIANÇA
SUPERMERCADOS

POLÍTICA

Rodrigo paga sem aval da Câmara

Servidores vão receber pagamento a partir de hoje com aumento, mas legislativo ainda não votou a lei do pref

Monise Centurion

A Câmara de Bauri ainda nem votou o projeto de lei que reajusta vencimentos, salários, proventos, pensões e concede aumento salarial aos servidores municipais, mas o pagamento será feito hoje, com os reajustes determinados pelo decreto 10.884 do Executivo. Apesar de o prefeito Rodrigo Agostinho (PMDB) justificar que a prática já foi utilizada pelas administrações anteriores por facilitar a elaboração da folha de pagamento dos funcionários, há vereadores que discordam dessa antecipação.

“Seria mais prudente se o prefeito tivesse esperado a análise da Câmara e o término das negociações com o sindicato da categoria. Ele poderia fazer o pagamento normalmente e, depois de aprovada a lei pelos vereadores e funcionários, pagar os valores por meio de uma folha suplementar”, afirma o vereador

for, a diferença tem que ser devolvida”, diz Marcelo Borges (PSDB) da bancada de oposição.

Os vereadores terão de aprovar, além dos percentuais de reajuste, as manobras do Executivo para garantir o pagamento de R\$ 100 de abono aos 1.650 aposentados. Parte do dinheiro será excluída do abono de 25% do cálculo da gratificação natalina (13.º salário) dos servidores da ativa e outra parte, custeada pela Funprev. Segundo o projeto de lei, o abono será pago integralmente para Funprev até fevereiro de 2010, mas a Prefeitura tem prazo de até 30 de março do próximo ano para repassar à fundação previdenciária os valores correspondentes à correção monetária. A medida foi aprovada pelo departamento jurídico da Prefeitura e pela direção da fundação.

O abono a todos os inativos custará aos cofres públicos R\$ 1,650 milhão ao ano. Porém, a exclusão do

Grade salarial

Referência de 01 a 14

Grade Atual	Valor da Grade Ref. Fev/09	25% Abono	Reajuste de 6%	Valor Total do Reajuste	Total	Percentual	Quantid
1A- Servente de limpeza	465,85	116,46	27,95	144,41	610,26	31,00%	336
2A- Ajudante geral	467,51	116,88	28,05	144,93	612,44	31,00%	245
3A- Copieiro	469,16	117,29	28,15	145,44	614,60	31,00%	1.145
4A- Atendente 2	472,45	118,11	28,35	146,46	618,91	31,00%	124
5A- Assessorador de guias 1	474,13	118,53	28,45	146,98	621,11	31,00%	19
6A- Auxiliar de administração	477,44	119,36	28,65	148,01	625,45	31,00%	231
7A- Auxiliar de biblioteca 2	480,73	120,18	28,84	149,03	629,76	31,00%	93
8A- Eletricista de veículos 1	485,69	121,42	29,14	150,56	636,25	31,00%	102
9A- Agente comunitário	488,99	122,25	29,34	151,59	640,58	31,00%	260
10A- Operador de computador 2	502,22	125,56	30,13	155,69	657,91	31,00%	19
11A- Desenhista técnico 1	522,08	130,52	31,32	161,84	683,92	31,00%	387
12A- Fiscal de posturas 2	563,40	140,85	33,80	174,65	738,05	31,00%	168
13A- Mestre de obras	626,23	156,56	37,57	194,13	820,36	31,00%	39
14A- Operador de sistema áudio-visual	654,34	163,59	39,26	202,85	857,19	31,00%	348

Referência de 15 a 25

Grade Atual	Valor da Grade Ref. Fev/09	25% Abono	Reajuste de 6%	Valor Total do Reajuste	Total	Percentual	Quantid
15A- Educador sanitário	712,22	178,06	42,73	220,79	933,01	31,00%	37
16A- Químico 2	775,08	193,77	46,50	240,27	1.015,35	31,00%	24
17A- Zootecnista 1	874,26	218,57	52,46	271,02	1.145,28	31,00%	649
18A- Professor ens. fund. 3	985,04	246,26	59,10	305,36	1.290,40	31,00%	181
19A- Psicólogo 2	1.089,22	272,31	65,35	337,66	1.426,88	31,00%	244
20A- Médico 1	1.216,56	304,14	72,99	377,13	1.593,69	31,00%	241
21A- Diretor de escola	1.307,49	326,87	78,45	405,32	1.712,81	31,00%	97
22A- Administrador regional**	1.464,54	0,00	87,87	87,87	1.552,41	6,00%	112

Triga cheia

ry Vieira, am- pescarias, can- a vereador na e de Palmital, me ajuda. Ela- lustrações em nifos "ensinan- o a eleitor

"santão" ori- oeleitor a como her a cédula e, a sugestão de u Ary. Por op- u esquecimen- o constava o do candidato a o, o trunculen- Boiadeiro. Em desso, o Ary foi lo de participar



dos comícios, não mais podendo subir em palanques.

O Ary deu o tro- co. Responsável pelo "lanche" dos comi- que consistia em pão com carne moída e tubaina, ele passou a distribuir o lanche sempre antes do can- didato fazer uso da palavra. O povo, sa- tisfeito, comia ou le- vava o lanche e ia embora. O comício ficava "às moscas". Nenhum dos dois foi eleito.

(Contada por Cir- so Mendes Silveira)

para construir escola

Em reunião ontem en- tre representantes da Prefei- tura de Bauru e Direção Regional de Ensino ficou acertada a doação de um ter- reno avaliado em R\$ 47,7 mil no bairro Vila Daura para a construção de uma escola. A decisão será publicada hoje no Diário Oficial do município. Além disso, uma área no Jardim Tangará está sendo desapropriada para que outra unidade escolar seja construída. "A previsão é a de que as escolas estejam prontas ainda este ano", afir- ma o prefeito Rodrigo Ago- stinho (PMDB).

Além das duas insti- tuções, o Estado também vai Paulo. (MC)



Marcelo Borges reclama da falta de cobertura de ponto de ônibus em avenida

Vereador questiona fim da cobertura de ponto

os usuários.

Em outro documento, também encaminhado ao prefeito Rodrigo Agostinho (PMDB), solicitando infor- mações sobre a cobertura de pontos de ônibus da cida- de. O parlamentar quer saber quem retirou a co- bertura do ponto de ônibus da avenida Rodrigues Al- ves, em frente ao colégio São José, se vai ser reins- talada e qual a previsão para que isso aconteça.

Para idoso e deficiente

O vereador Fábio Man- frinato (DEM) apresentou na Câmara projeto de lei que dá prioridade de tramitação aos procedimentos administrai- vos nos órgãos da admin- tração municipal, em que figure como requerente pes- soa com idade igual ou supe- rior a 60 anos ou pessoa com deficiência. (MC)

LOTERIAS

Dupla Sena acumula

A Caixa Econômica Federal divulgou o roteio do concurso 746 da Dupla Sena, cujos números sorteados foram: Primeiro sorteio 05, 21, 22, 28, 42, 45. Segundo sorteio 01, 08, 17, 37, 44, 47. Não teve apostas com acerto na sena nem do primeiro sorteio nem do segundo sorteio e o prêmio principal acumulou em R\$ 490.930,75.

Jornal da Cidade

Bauru e grande região

Objetivo: promover a cidadania democratizando a informação

edição: JORNAL DA CIDADE DE BAURU LTDA

DIRETORIA:

DELICATO ZANDEN Diretor de Marketing	MARCO ANTONIO C. OLIVEIRA Diretor Industrial e de Tecnologia
BOUR Bos Editoriais	GISELLE HILÁRIO Jornalista Responsável
do AMARAL Rep-Comercial	MÁRCIA DUJARI Editora Executiva
de comunicação: R. 1703-1501-02 - 1104-3194 48-21280001-02 - 2104-3194 Fones: Bauru - São Paulo	CÉLIO MARCOS DA SILVA Gerente Industrial
www.anj.org.br	APJ Associação Paulista de Jornalismo www.apj.int.br

NE
NC

Solução de problemas

om- pamento tenna siao uamnicado intencionalmente.

O vereador Marcelo Borges (PSDB) disse ontem que Campanha foi "fritado". "Há um grupo no DAE que quer voltar a mandar e trabalha contra quem está no comando. Serve de alerta ao novo presidente", disse.

Borges disse que o DAE não apresentou uma planilha do custo de quanto ficaria mais em conta o serviço retomado pela autarquia. Na opinião do tucano, isso o desgastou. "Ele estava sendo pressionado para romper o contrato e com medo de não dar certo a mudança no sistema de leitura de água acabou levando a demissão."

os diretores



Richard Leutz, e Pollyanna Teixeira

o. A esportiva. Amigo pessoal de des- Pollyanna, ele trabalha de- volíti- 1996 na área. "Já traba- a. Há lhei na área esportiva duran- ra de te 10 anos como voluntário. pediu Acho que dá para fazer me- cupa- lhor do que estava sendo fei- erno. to, por isso aceitei o convi- área te", disse Richard Leutz.

noite que, ate sexta-feira, deve concluir o levantamento do custo do serviço de leitura de água e entrega das contas. Com a demissão de Paulo Campanha, em tese, esvaziou o pedido de convocação do presidente do DAE pela Câmara para explicar em audiência pública na sexta-feira de manhã aos vereadores o plano da autarquia de não renovação do contrato com os

ua convocação ter sido feita ao ex-presidente. Ele disse que pretende se inteirar dos pedidos de informações dos vereadores para fazer o levantamento do custo dos serviços de leitura a ser retomado pelo DAE. A autarquia continua, no entanto, segundo Rafael, com duas hipóteses: o fim do contrato ou a renovação por mais um ano.

O prazo para informar o

pretende definir. O mesmo dia, ele não descartou buscar negociação com a Diretoria dos Correios para abaixar os custos em caso de possível renovação.

O novo presidente do DAE foi procurador jurídico da prefeitura de Itapuí e trabalhou na área jurídica para o PMDB em 2000, PSB em 2004 e na campanha do atual prefeito no ano passado. (AA)

Vereadores criticam falta de estudo para retomar serviço

O contrato entre o Departamento de Água e Esgoto (DAE) de Bauru e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), responsável pela leitura e entrega das contas de água nas residências, foi alvo de críticas de boa parte dos vereadores que usaram a tribuna da Câmara ontem. A falta da apresentação dos estudos de impacto sobre os custos do serviço foi o principal argumento usado pelos parlamentares para censurar a administração municipal.

"Sem os números, não temos como analisar se é melhor o serviço ser feito pelo DAE ou pelos Correios. São só suposições. Precisamos fazer essa discussão", afirma o vereador Roque Ferreira (PT).

Marcelo Borges (PSDB) pediu que o serviço continuasse a ser feito pela estatal. "Quando o trabalho foi passado para os Correios,

eu critiquei. Mas hoje, volto atrás, e peço que o serviço continue sendo feito como está. O DAE tem problemas mais urgentes, como falta de água, por exemplo."

A qualidade do serviço também foi questionada pelos vereadores Fabiano Mariano (PDT) e Amarildo de Oliveira (PPS). "A população não pode sair prejudicada. Temos que analisar a qualidade do serviço e o impacto econômico do contrato", diz Mariano.

O vereador Renato Purini (PMDB) saiu em defesa da administração municipal e rebateu as críticas com a apresentação de um estudo de impacto. "Temos os custos que provam que o serviço, realizado pelo DAE, custa R\$ 0,84 por leitura. O feito pelos Correios é R\$ 1,30. Na audiência que será feita, os valores e as planilhas serão mostradas. Em nenhum momento

eu critiquei a qualidade dos serviços prestados. O contrato pode ser renovado ou não. Isso é uma decisão meramente administrativa. Não há nada de pessoal por minha parte nesta questão." Depois de se ausentar por três sessões para tratamento de saúde, o vereador José Roberto Segalla (DEM) afirma que é preciso analisar a situação. "Precisamos ver o estudo, que não foi apresentado. Ele foi mostrado pelo vereador Purini, mas para a gente ele ainda não foi enviado."

O presidente do Legislativo, Pastor Luiz Carlos Barbosa (PTB), salientou que as dúvidas serão sanadas com a convocação do presidente da instituição para prestar esclarecimentos. "Com isso, acho que vamos esclarecer a respeito do trabalho do DAE, se está ou não gerando prejuízo ao município." (Monise Centurion)

15
til e
ram
- 10

Mercado financeiro é tema de palestra

Quem já investe no mercado financeiro - ou ainda pretende fazer isso - tem uma grande oportunidade, hoje à noite, para se informar melhor sobre como aplicar seus recursos sem perder rentabilidade em tempos de crise. Gabriel Levy, economista da Sparta Administradora de Recursos, irá ministrar a palestra gratuita "Mercado financeiro 2009 - Riscos e Oportunidades", às 19h, no escritório de advocacia Frei-

mercado em campeões de rentabilidade em plena crise financeira mundial, com ganhos de 200% em um ano (no caso do Sparta Cíclico). O segundo colocado apareceu com alta de 29% no mesmo período. Nos últimos quatro anos, os ganhos acumulados ultrapassaram 1.000% sob a administração da empresa.

Segundo informações de seu site, a Sparta iniciou suas atividades em 1993 com a finalidade de gerir investi-

do fundo ativo de ações denominado Sparta Flex.

A rápida elevação do Sparta Cíclico nos rankings de multimercado foi uma generosa vitrine para a gestora de fundos, que não pára de crescer e atualmente possui 3.900 clientes. (Patrícia Zamboni)

Serviço

Palestra "Mercado financeiro 2009 - Riscos e

Conlutas faz protesto

Integrantes de entidades ligadas à Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) protestaram ontem em Bauru contra as demissões e cobrou do governo Lula que banqueiros e empresários paguem pela crise. O ato envolveu membros do Sindicato dos Bancários de Bauru e Região, Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (Sinserm) e Sindicato dos Trabalhadores no

ção

RA

glio

AN